



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Universidade Lusófona - Centro Universitário do Porto

**Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da
Informação**

Literacia dos *Media* e da Informação e Cidadania Digital

O Fact-checking e a ordem informativa:

O caso Prova dos Factos do “Público”

Dissertação de Mestrado apresentada a provas públicas para a obtenção do grau de mestre em Literacia dos *Media* e da Informação e Cidadania Digital, orientada pela Professora Doutora Vanessa Ribeiro-Rodrigues

Patrícia Sousa Ferreira

2025



Centro Universitário do Porto

**Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da
Informação**

Literacia dos *Media* e da Informação e Cidadania Digital

**O Fact-checking e a ordem informativa: O caso Prova dos Factos
do “Público”**

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona, Centro Universitário do Porto no dia 17/03/2025, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº: 01/2025, de 2 de janeiro, com a seguinte composição:

Presidente: Prof^a Doutora Maria José Lisboa Brites de Azeredo

Arguente: Prof. Doutor João José Figueira da Silva (Universidade de Coimbra)

Orientadora: Prof^a Doutora Vanessa Ribeiro-Rodrigues

Patrícia Sousa Ferreira

2025

É autorizada a reprodução parcial desta dissertação, apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Dedicatória

À Bete e ao Dario,

Que me mostraram que família não são apenas aqueles com quem partilhamos o sangue, mas sim o coração.

Que me mostraram o que é realmente amor de avós, e que marcaram presença em todas as etapas da minha vida, fossem elas relacionadas com a escola, aniversários, atividades da dança, da música, do ATL, catequese... em todas estiveram lá com o maior orgulho para me apoiar.

Para mim são o maior símbolo representativo do que é a entrega ao outro, por me terem acolhido como uma neta nos seus corações e olharem por mim com todo o amor e carinho.

Tenho muita pena que já cá não estejam para assistir à conclusão desta grande etapa. Sei que se sentiriam muito orgulhosos e iriam aplaudir todo o meu esforço, mas acredito que onde quer que estejam estão a assistir a tudo e estão felizes pela entrega desta dissertação de mestrado e conclusão de mais uma etapa.

Foi muitas vezes, nos momentos de maior fraqueza que me recordei deles e me apoiei em todo o amor e ensinamentos que me deram. As saudades são muitas, principalmente nestas datas, mas o céu nunca é demasiado distante para o olharmos e nos lembrarmos de quem mais amamos.

A eles os dois, um enorme obrigada por tudo o que fizeram por mim e por todo o amor que me deram, serão para sempre os meus eternos avós.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha orientadora, Vanessa Rodrigues, por todo o apoio e dedicação ao longo da construção desta dissertação de mestrado, e que acreditou sempre em mim, mesmo quando parecia impossível.

Agradecer também às coordenadoras do mestrado de Literacia dos Media e Informação e Cidadania Digital, Maria José Brites e Elisabete Pinto da Costa, e aos restantes professores da Universidade Lusófona do Porto, que acompanharam esta etapa académica e me promoveram aprendizagens que levarei para sempre.

O maior agradecimento é para os meus pais, que me apoiaram sempre ao longo de todo o processo e de toda a minha vida, sempre com reconforto nas quedas e sorrisos nas vitórias. Eles são o meu exemplo de vida e de luta, foi graças a eles que consegui avançar em todas as etapas e desafios. A minha mãe sempre com o seu sorriso meigo e abraço acolhedor, e o meu pai com o seu infinito amor por mim, mas sempre discreto, à maneira dele. São os meus pilares e o exemplo que quero seguir.

Em segundo lugar, ao meu namorado, Tiago, que foi o meu braço direito ao longo de toda esta etapa e dos 7 anos em que já estamos juntos, que está sempre lá para me apoiar e não me deixa fraquejar. A ele que acreditou sempre em mim e que ouviu muitos lamentos e choros ao longo do processo, mas mesmo assim me incentivou a continuar e a concluir esta etapa. Ele é o meu maior apoio e o meu abraço acolhedor em todos os momentos da vida, seja eles de alegria ou de tristeza. O seu sorriso e as suas palavras, que são sempre as mais corretas e carinhosas, são o que o torna tão único e tão especial, e que completa cada pedaço de mim.

Em terceiro lugar, à minha colega de mestrado, Sofia Coelho, por todo o apoio ao longo desta etapa, pois juntas partilhávamos todos os nossos receios e conquistas, que nos levaram juntas à meta final.

Por último, às minhas melhores amigas, Viviana e Rita. À Viviana, uma amiga com um coração gigante e que me apoiou fortemente, atendendo todas as minhas urgências quando ficava mais nervosa, que eram resolvidas apenas com uma simples conversa e uma troca de

gargalhadas, ela que conseguiu manter o meu sorriso mesmo em dias mais cinzentos. À Rita, também pelo seu apoio, demonstrado de uma forma mais rígida, sempre a bordar o tema e a insistir comigo para trabalhar e não desistir. Cada uma delas à sua maneira deu o seu apoio, e sem elas não teria sido possível, são as minhas amigas de sempre para sempre e conseguirão sempre tirar o meu melhor sorriso. A elas obrigada.

Resumo

A desinformação é um fenómeno que se tornou sistémico e que se tem agudizado no quotidiano mundial, sendo epitomizado através da expressão *fake news*

As denominadas *fake news* não são simplesmente notícias falsas, antes sim, informações manipuladas ou descontextualizadas e apresentadas como discurso jornalístico. Na maioria das vezes, têm a finalidade de lançar a confusão no espaço público discursivo. Por essa razão, a denominação mais consensual para referir esta situação é desordens informativas, uma vez que toda a desinformação acaba por criar uma desordem informativa no espaço público discursivo.

Com o objetivo de mitigar e combater esse fenómeno surge o reforço nas práticas de *fact-checking*, como uma estratégia para verificar conteúdos partilhados principalmente no contexto da web, com vista a fornecer aos cidadãos análises mais profundas, factuais e transparentes sobre as notícias partilhadas, para que sejam capazes de distinguir entre a informação correta e a manipulação.

Por conseguinte, o objeto de estudo desta dissertação será o *fact-checking*, mais concretamente a rubrica *Prova dos Factos* do jornal PÚBLICO, como estudo de caso, com o objetivo de compreender de que forma contribui para a ordem informativa no espaço público discursivo. Tendo em conta o principal objetivo desta dissertação, foi possível constatar quais as temáticas mais abordadas entre o espaço temporal de julho de 2023 a julho de 2024, tal como o número de verificações verdadeiras, falsas, parcialmente verdadeiras, parcialmente falsas e inconclusivas. Este estudo de caso foca-se, sobretudo, na importância do *fact-checking* e no seu contributo para a literacia mediática, principalmente através da nova vertente do *Prova dos Factos*, com a publicação de notícias sobre desinformação.

Palavras-chave: *Fact-Checking*, Espaço Público Democrático, Desinformação e Prova dos Factos.

Abstract

Disinformation is a phenomenon that has been seen more and more, being characterized by an expression that has become common in everyday life, fake news.

Fake news is not literally fake news, but manipulated or decontextualized information. Many times, they have the purpose of creating lessons and creating confusion in the public space. Therefore, the most suitable topic to refer to this situation is informational disorders, as all misinformation ends up creating an informational disorder in the public discursive space.

With a view to solving at least part of this problem, fact-checking emerged as a way of verifying news shared mainly in the virtual world, providing citizens with in-depth analyzes of news shared, mainly online, so that they can distinguish the good information of, for example, a simple manipulation.

Taking into account this analytical work, the object of study of this dissertation will be fact-checking, through the case study of the “Prova dos Factos” section of the *PÚBLICO* newspaper, with the aim of understanding how this section contributes to the information order in the discursive public space.

Keywords: Fact-checking, Democratic Public Space, Disinformation and Prova dos Factos

Abreviaturas, siglas e símbolos

CDS	Centro Democrático Social
ERC	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
EUA	Estados Unidos da América
IA	Inteligência Artificial
IFCN	International Fact-Checking Network
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
OberCom	Observatório da Comunicação
PCP	Partido Comunista Português
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
RDP	Rádiodifusão Portuguesa
RFM	Renascença Frequência Modulada
RISJ	Reuters Institute for the Study of Journalism
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
SIC	Sociedade Independente de Comunicação
SNS	Sistema Nacional de Saúde
TSF	Telefonia sem Fios
TVI	Televisão Independente

Índice Geral

1.	Introdução	1
2.	Jornalismo e Espaço Público Democrático	4
2.1.	Viver democraticamente e ser informado livremente	4
2.2.	O espaço público: revisitando Habermas	8
2.3.	Tempos de uma “Falsa Democracia”.....	10
3.	O jornalismo e as desordens informativas	14
3.1.	O jornalismo na era digital.....	14
3.2.	Desordens Informativas.....	17
3.3.	Inteligência Artificial e desafios das Desordens Informativas.....	25
4.	<i>Fact-checking</i> : A Disciplina da Verificação	29
4.1.	O <i>Fact-checking</i> como disciplina para a ordem informativa	29
4.2.	O Sistema de Media em Portugal.....	32
4.3.	A confiança no jornalismo em Portugal	39
4.4.	Os órgãos de <i>fact-checking</i> em Portugal	50
5.	Metodologia.....	56
5.1.	Estudo de Caso	56
5.2.	Análise de Conteúdo	59
6.	O caso Prova dos Factos do “PÚBLICO”	60
6.1.	Apresentação e discussão dos resultados.....	63
6.2.	Considerações Finais.....	102
7.	Conclusões	106
8.	Bibliografia.....	108
9.	Apêndices.....	130

Índice de tabelas

Tabela 1: Percentagem de cidadãos que considera muito/ algo importantes os fatores que impactam a confiança nos meios noticiosos por idade, rendimentos, escolaridade e orientação política em Portugal, em 2024 (RDNR, Edição: OberCom, 2024, p.69).	49
Tabela 2: Escalas de avaliação da Prova dos Factos do PÚBLICO.	61
Tabela 3: Tópicos a responder ao longo da apresentação e discussão de resultados.	62
Tabela 4: Total de verificações e notícias analisadas.	63
Tabela 5: Número de verificações e notícias analisadas mensalmente entre julho de 2023 e julho de 2024 na Prova dos Factos.	64
Tabela 6: Temáticas abordadas entre julho de 2023 e julho de 2024 na Prova dos Factos.	65

Índice de figuras

Figura 1: Amostra global e de Portugal sobre temáticas de informação falsa e imprecisa, em 2024 (RDNR, Edição: OberCom, 2024, p.18).	20
Figura 2: Comparação internacional e portuguesa de pagamento por notícias online (RDNR, Edição: OberCom, 2024, p.25).	37
Figura 3: Confiança global em notícias em 2024 (RDNR, Edição: OberCom, 2024, p.62).	40
Figura 4: Confiança em Portugal em conteúdos noticiosos entre 2015 e 2024 (RDNR, Edição: OberCom, 2024, p.63).	42
Figura 5: A confiança em notícias em geral por idade, rendimentos, escolaridade e orientação política em Portugal, em 2024 (RDNR, Edição: OberCom, 2024, p.65).	43
Figura 6: Aspetos mais e menos importantes sobre os meios noticiosos em que os portugueses confiam, em 2024 (RDNR, Edição: OberCom, 2024, p.66).	45
Figura 7: Confiança em marcas de notícias em Portugal, em 2024 (RDNR, Edição: OberCom, 2024, p.72).	46
Figura 8: Facilidade e dificuldade em distinguir entre notícias e informação fiáveis e não fiáveis em cada uma das plataformas em Portugal, em 2024 (RDNR, Edição: OberCom, 2024, p.71).	47
Figura 9: Temas mencionados em julho de 2023.	69
Figura 10: Temas mencionados em agosto de 2023.	70
Figura 11: Temas mencionados em setembro de 2023.	71
Figura 12: Temas mencionados em outubro de 2023.	73
Figura 13: Temas mencionados em novembro de 2023.	74
Figura 14: Temas mencionados em dezembro de 2023.	76
Figura 15: Temas mencionados em janeiro de 2024.	77
Figura 16: Temas mencionados em fevereiro de 2024.	78
Figura 17: Temas mencionados em março de 2024.	79
Figura 18: Temas mencionados em abril de 2024.	80
Figura 19: Temas mencionados em maio de 2024.	81

Figura 20: Temas mencionados em junho de 2024.	81
Figura 21: Temas mencionados em julho de 2024.	82
Figura 22: Número de vezes que cada temática foi mencionada na Prova dos Factos.	83
Figura 23: Número de verificações ao longo do mês de julho de 2023.	85
Figura 24: Número de verificações ao longo do mês de agosto de 2023.	86
Figura 25: Número de verificações ao longo do mês de setembro de 2023.	87
Figura 26: Número de verificações ao longo do mês de outubro de 2023.	88
Figura 27: Número de verificações ao longo do mês de novembro de 2023.	89
Figura 28: Número de verificações ao longo do mês de dezembro de 2023.	90
Figura 29: Número de verificações ao longo do mês de janeiro de 2024.	91
Figura 30: Número de verificações ao longo do mês de fevereiro de 2024.	92
Figura 31: Número de verificações ao longo do mês de março de 2024.	93
Figura 32: Número de verificações ao longo do mês de abril de 2024.	94
Figura 33: Número de verificações ao longo do mês de maio de 2024.	94
Figura 34: Número de verificações ao longo do mês de junho de 2024.	95
Figura 35: Número de verificações ao longo do mês de julho de 2024	96
Figura 36: Total de verificações entre julho de 2023 e julho de 2024 na rubrica Prova dos Factos.	96
Figura 37: Verificações por temáticas.	96
Figura 38: Notícias sobre desinformação em Portugal, entre julho de 2023 e julho de 2024.	99
Figura 39: Partilha de informação falsa pelo partido “Chega”.	100
Figura 40: Imagens desinformativas sobre o conflito no Médio Oriente.	100
Figura 41: Debate para as eleições legislativas de 2024.	101
Figura 42: Exemplo de verificação de uma afirmação como correta.	101
Figura 43: Exemplo de verificação de uma afirmação como incorreta.	102

1. Introdução

Primeiramente, considerando o jornalismo como um dos pilares da Democracia, considera-se que premissas como o acesso à informação como Direito, visto que, em democracias, o acesso à informação é um direito fundamental, apesar de tal direito nem sempre ser respeitado, como denuncia, em Portugal, a plataforma artigo37.pt¹. Depois, como princípio, o jornalismo garante que os cidadãos tenham acesso a informações precisas, imparciais e verificáveis, necessárias para tomar decisões conscientes. Noutra dimensão, o Jornalismo, na sua relação com a Democracia deve promover uma arena para debate público, possibilitando que vozes plurais sejam escutadas e, assim, estimulando o pluralismo de ideias.

Além disso, tem um papel fiscalizador, de escrutínio, atuando como um *Watchdog* de poder, denunciando abusos, corrupção, violação de direitos, contribuindo para a transparência e a prestação de contas das instituições, governamentais e cidadãos com responsabilidades públicas.

Nesse diálogo entre Jornalismo e Democracia, há um papel fundamental de educação cívica, visto que o Jornalismo educa os cidadãos sobre os seus direitos, deveres e funcionamento do sistema político.

Apesar disso, há riscos à relação entre Jornalismo-Democracia, nomeadamente: i) a concentração de média em conglomerados corporativos que pode comprometer a diversidade de vozes e o pluralismo; ii) as informações falsificadas e a desinformação, como por exemplo a proliferação de informação mascarada de notícias, utilizando o seu formato e o discurso jornalístico, i.e., as denominadas *fake news* — apesar de este termo ser impreciso, como conotação política, como defende a plataforma *First Draft News*, da autoria de Claire Wardle, uma vez que, como princípio, uma notícia expressa informação verificada, logo verdadeira —

¹ Em 2021, jornalistas e académicos lançaram um site para denúncias de restrições à liberdade de informação num portal, denominado artigo37.pt — uma referência ao Artigo 37.º da Constituição da República Portuguesa, que consagra a liberdade de expressão e informação —, tendo como objetivo “tornar públicas as múltiplas ameaças à liberdade de informação”.

lesando a confiança no jornalismo e o discernimento do público perante o que é verdade e o que é mentira; iii) a censura e a repressão, visto que, em regimes autoritários, o jornalismo

independente é frequentemente atacado, reforçando um clima de insegurança e de intimidade, e isso enfraquece a democracia.

A possibilidade de vivermos numa “Falsa Democracia” é também uma premissa defendida por Natalie Fenton, baseada na diminuição da confiança na política e na monopolização dos media em grandes empresas, o que leva também ao enfraquecimento da democracia e do próprio jornalismo. É nestes pilares que se irá basear o segundo capítulo desta dissertação de mestrado.

A transição dos media para as redes sociais provocou um maior consumo de notícias, mas online, no qual qualquer cidadão pode aceder a todo o género de informação a qualquer hora do dia. Apesar, de inicialmente, esta transição parecer pouco impactante, surgiram algumas desvantagens ao longo do tempo, como a origem de desordens informativas, ou seja, informação que circula principalmente online, mas que sofre alterações antes de publicada ou é descontextualizada, um fenómeno muito conhecido por *fake news*, apesar de este não ser o termo científico correto. Uma das bases para a concretização destas desordens informativas, e sucessiva criação de bolhas informativas é a inteligência artificial, que avança com toda a força e que permite controlar todos os passos dos usuários online, criar *bots*, ou seja, pessoas falsas, que não existem, e *deepfakes*, no qual utilizam imagens e vídeos de pessoas, afirmações e espaços para passar mensagens falsas. Temáticas que serão abordadas no terceiro capítulo deste trabalho académico.

Toda esta enorme quantidade de desinformação leva a um aumento da desconfiança no jornalismo, e simultaneamente na democracia. Com o objetivo de suavizar esta situação os media criaram o *fact-checking*, um meio de verificação da informação, na qual elaboram o trabalho jornalístico de descobrir fontes, contextualizar e transmitir a verdade em publicações online ou afirmações de personagens de relevo no espaço público, como serão dados alguns exemplos a nível nacional e internacional. Também ao longo deste trabalho académico será brevemente explicado o funcionamento dos media em Portugal, e serão avaliados os níveis de

confiança dos portugueses no jornalismo, muitas vezes, em comparação com outros países da Europa e do Mundo, como se poderá verificar no quarto capítulo.

Depois de elaborada uma revisão de literatura acerca dos temas acima referidos é elaborada uma análise de conteúdo, a partir do estudo de caso da rubrica de *fact-checking* Prova dos Factos do jornal PÚBLICO, uma análise de um ano, entre julho de 2023 e julho de 2024, escrutinada no programa de software *webQDA*, com o objetivo de responder à pergunta inicial desta dissertação de mestrado: “De que forma a Prova dos Factos do jornal PÚBLICO contribui para a ordem informativa no espaço público discursivo?”

Seguindo o objetivo de responder a esta pergunta serão analisados gráficos sobre a quantidade de verificações realizadas ao longo da linha temporal em estudo, assim como as notícias sobre desinformação disponibilizadas pela Prova dos Factos nesse mesmo ano. Outros objetivos são descobrir quais as temáticas mais abordadas ao longo do ano em estudo e a quantidade de verificações com maior publicação tendo em conta a escala de verificação utilizada pela Prova dos Factos: Verdadeiro, Falso, Parcialmente Verdadeiro, Parcialmente Falso e Inconclusivo.

2. Jornalismo e Espaço Público Democrático

Jornalismo e Democracia são considerados dois pilares fundamentais, que se retroalimentam, uma vez que existe uma relação intrínseca, tendo em conta que ambos compartilham funções e valores fundamentais que sustentam a participação cidadã, a transparência e a responsabilidade nas sociedades sobretudo, promovendo a luta pela liberdade de expressão.

O primeiro contacto histórico que temos com uma ideia de democracia começa na Grécia Antiga, caracterizando-se maioritariamente pelas suas características orais de decisão. Este é um regime político que tem vindo a sofrer alterações ao longo dos anos e a passar por várias reprimendas, sendo principalmente destituído pelos regimes autoritários.

No que toca ao jornalismo, a informação assume uma grande importância desde os primórdios da Humanidade, em que informar e ser informado faz parte dos hábitos de vida em sociedade, mesmo em tempos de censura, em que parte da informação é manipulada, ou até mesmo retirada. Quer a democracia, quer o jornalismo atravessaram dificuldades e desafios ao longo da história, principalmente no que toca à retirada de liberdades, o que destrói a democracia e corrompe o jornalismo. Assim sendo, ambos apresentam a necessidade de liberdade como um aspeto em comum, e podem mesmo interligar-se, pois sem um o outro não consegue existir na sua forma mais plena. Neste capítulo será abordada esta relação de interdependência, assim como o seu efeito numa sociedade livre e informada.

2.1. Viver democraticamente e ser informado livremente

Há 50 anos que conhecemos o regime político português, como o de mais países a nível europeu e mundial, como democrático. Saídos das autoritárias ditaduras do século XX, que marcaram um período na história, assim como nas liberdades individuais e também de imprensa, vivemos hoje num mundo em que a liberdade está presente nas mais pequenas tarefas e

situações do dia a dia, como ter acesso a uma simples notícia, que nos informa sobre algo considerado importante, e de provável debate, no nosso país e/ ou no mundo. No entanto, apesar de este ser um sistema político no qual vivemos há relativamente poucos anos, sendo que no caso de Portugal foi implementada há 50 anos concretamente, a democracia e os seus ideais têm bases bastante antigas.

Apesar das suas raízes antigas, a democracia não se conseguiu estabelecer ao longo dos séculos como o modelo de sistema político a seguir, principalmente aquando a ascensão das ditaduras e monarquias autoritárias, que marcando uma fase negra da história começam a ser colocadas em causa e questionadas, iniciando-se assim “a procura de caminhos alternativos, perante dúvidas sobre os benefícios e os custos de um sistema de poder que tem por base a “opinião pública”, termo utilizado pela primeira vez em 1744, embora sem um sentido político” (Traquina, 2005, p.43).

Depois de todos os esforços Portugal e grande parte dos países da Europa e do mundo vivem hoje em democracia, um sistema político, no qual o povo exerce deveres e direitos, sendo ele o decisor principal, elegendo quem irá dirigir o país, de maneira a lidar com a organização do mesmo e com todas as situações complexas. Numa sociedade democrática, os cidadãos são livres no exercício do voto, forma como elegem o seu representante.

No que toca aos direitos que uma democracia oferece, um dos, ou o mais importante de todos é, como referido de forma sucinta anteriormente, a liberdade. Para conseguirmos compreender a democracia e o seu elo ao jornalismo, um dos principais focos a querer referenciar, é necessário focarmo-nos em liberdades importantes para ser possível compreender o contexto abordado, sendo elas a liberdade de imprensa, de expressão e de pensamento. Relativamente à liberdade de imprensa, o jornalismo pode exercer o seu papel em liberdade e informar os cidadãos sem se encontrar sujeito a censura, ou seja, limitações no seu trabalho e rejeição de certa informação nos seus artigos. Toda a informação, seja ela considerada boa, ou má é transmitida e não omitida. No que respeita à liberdade de expressão e pensamento, todos os cidadãos são livres de exprimir os seus pensamentos e opiniões, por mais divergentes que sejam, algo que não acontecia em regimes ditatoriais, nos quais os cidadãos acabavam por ser manipulados e controlados por uma só informação e opinião, proveniente do Estado. Todas elas

são essenciais para o bom funcionamento de uma democracia e para, conseqüentemente, se conseguir exercer bom jornalismo.

Uma premissa a salientar é a coexistência e dependência entre o jornalismo e a democracia, para ambos viverem na sua forma mais plena. O jornalismo e os jornalistas tornam-se assim uma referência para manter a saúde democrática. Kovach e Rosentiel (2005) defendem que é impossível desassociar o jornalismo e as notícias que produz da democracia, assim como as lições que a história nos revela, de que “quanto mais democrática for uma sociedade mais notícias e informação circulam”.

Traquina (2005) enaltece no seu livro “Teorias do Jornalismo” esta relação entre jornalismo e democracia, uma relação simbólica, situada no século XIX na qual o jornalismo era apelidado de “Quarto Poder” devido aos anos de poder autoritário que causaram uma enorme desconfiança e medo em relação ao poder político por parte dos cidadãos. Assim, o autor explica que “mesmo nas chamadas democracias estáveis” a liberdade é vista como uma conquista por parte dos jornalistas, pois a sua maior função é informar os cidadãos sem qualquer tipo de censura, o que por si só sugere a liberdade. Traquina (2005) destaca também a capacidade de o jornalismo fomentar a troca de ideias e opiniões entre a comunidade, assim como “a responsabilidade de ser o guardião (watchdog) do governo.

Kovack e Rosentiel (2021) também focam esta correlação entre jornalismo e democracia afirmando:

“a informação criou a democracia (...) O jornalismo visava construir um sentido de comunidade que o governo não pudesse controlar. O jornalismo era pela cidadania. O jornalismo era pela democracia. (...) É difícil, olhando para trás, separar o conceito de jornalismo do conceito de criação de comunidade e, mais tarde, de democracia.”

Segundo os autores, “objetivo principal do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e autogovernados”. (Kovack & Rosentiel, 2021). Ou seja, através de uma informação livre, independente, contextualizada e plural, como princípio, os cidadãos ficam melhor capacitados para tomar melhores decisões e ações que se

baseiam nessa informação. É que, tal como colocam Kovach e Rosenstiel o jornalismo é essa “moderna cartografia” que permite às pessoas aceder aos conhecimentos sobre o mundo.

Esse é um aspeto fulcral da função do jornalismo numa sociedade democrática, o de dar a conhecer a informação mais relevante e no interesse público, pois, é a partir daí que o cidadão consegue elaborar o seu processo de raciocínio, para que desenvolva o pensamento crítico. Assim sendo, o discurso jornalístico “promove engajamento existencial, oferecendo motivações, explicações e razões de ser, ordenando e hierarquizando os valores adotados pela comunidade vinculada ao campo. Sustenta crenças e convicções fundamentais que cimentam a identidade da instituição” (Gomes, 2007).

Para Shuddon (2008), o jornalismo exerce seis importantes funções na sociedade democrática. A primeira, a de informar, pois são os media quem podem prestar informação sustentada na qual os cidadãos possam basear as suas opções e opiniões. Em segundo, a investigação, principalmente no que toca às fontes a consultar, que podem ser muitas das vezes do sistema governativo, ou seja, fontes de difícil acesso e credíveis. A análise ocupa o terceiro lugar, dado que os jornalistas ajudam a interpretar a informação da melhor forma e auxiliam os cidadãos a compreender aqueles que são os temas do dia a dia, até os complexos, da forma mais simples e completa. Em quarto lugar o autor sobressai a empatia social, ou seja, a interação de histórias entre a sociedade e o mundo de forma a abordar os mais variados pontos de vista. Em quinto, o fórum público, uma questão muito importante para o bem-estar democrático e que irá ser abordado mais à frente, ou seja, a possibilidade de o jornalismo conseguir criar debates de opinião pública entre os cidadãos, e a criação de diferentes perspetivas, o que alimenta o pensamento crítico. Por último, a mobilização, função um pouco mais política, na qual o jornalismo pode apoiar “determinadas perspetivas ou programas políticos mobilizando as pessoas para apoiarem esses programas”.

Como foi aqui visto, um fim bastante importante, e que conserva ainda mais a democracia, é a possibilidade de o jornalismo informar a sociedade e, assim proporcionar conversas em comunidade, debates de opinião, e consequentemente proporcionar o estímulo do raciocínio e do pensamento crítico, dado que numa democracia todos têm o direito ao livre pensamento e divergência de opiniões, este é um dos principais alicerces para o bom funcionamento democrático e, também jornalístico. Esta possibilidade de troca de ideias surge

num espaço já estudado, e que ajudará a compreender esta ideia de debate, é ele o espaço público, ou esfera pública, que irá ser abordado no próximo subcapítulo.

2.2. O espaço público: revisitar Habermas

Destacando esta relação entre a democracia e o jornalismo, é importante destacar o conceito de esfera pública, como um tronco para este trabalho.

Em 1962, Jurgen Habermas, filósofo e sociólogo, alemão, nos seus variados estudos sobre democracia, deu a conhecer ao mundo a teoria da esfera pública, ou espaço público, definido como “um conceito normativo que não representa somente os acontecimentos em curso nas sociedades democráticas contemporâneas, mas incorpora os ideais ancorados nas práticas políticas e nas conceções éticas” (Voirol, 2008).

Partindo da definição sintetizada de Voirol, o espaço público, ou esfera pública, de Habermas integra-se, sobretudo, numa sociedade democrática, que além de representar os acontecimentos decorrentes nessas mesmas sociedades, foca-se, principalmente, nos contextos e ideias políticas e éticas deste regime político, formando-se, assim, um espaço onde são debatidos os temas em destaque na sociedade. Esse é o espaço público, um local de debate.

A origem do conceito de espaço público de Habermas é abordada por Silva, um autor que transportou este conceito para a atualidade, (2002, p.16-18), que destaca a ascensão desta teoria com uma relação direta para a burguesia. Os burgueses distinguiam-se na época, das restantes classes sociais, pelo seu poderio económico e político, e privilegiavam de um maior e mais facilitado acesso à educação, o que fazia deles uma classe culta e de relevo. Os seus vários privilégios e educação permitiam que se destacassem no centro dos debates sociais, “as práticas das pessoas privadas reunidas em um público e que se entretinham com obras da cultura oferecem a base de um modelo de comunicação sem coerção entre pessoas livres no uso público da razão” (Voirol, 2008, p.35). Este era, tal como demonstrado nesta perspetiva, um grupo privado, que fazia uso das suas bases educativas para formar o debate através da argumentação e do uso da razão, ou seja, realizar o exercício do pensamento crítico, construindo assim a esfera pública, o local do debate. O seu destaque político proporcionava também a esta classe a capacidade de decidir e nomear os representantes políticos.

Além destas características, o espaço público identificava-se ainda pelo seu lado publicitário, composto pela publicidade representativa, “a publicidade própria das cortes feudais” (Silva, 2002, p.18), e pela publicidade crítica, “caracterizada pelo uso público da razão e, portanto, por princípios de crítica, de transparência e igualdade” (Silva, 2002, p.18) Esta é uma das particularidades do espaço público, que, de certa forma, se relaciona com o aspeto político.

A publicidade, intrinsecamente ligada à política, na esfera pública, e até nos dias de hoje, funciona como uma das bases desta teoria, pois é a partir da publicidade que se dão a conhecer, por exemplo, os candidatos para representantes da sociedade, oferecendo aos cidadãos a oportunidade de, a partir do que é publicitado, formar as suas ideias e opiniões, colocando em prática o debate público e o pensamento crítico. Um propósito que é igualmente encontrado no jornalismo, que através da divulgação de informação tem como um dos seus objetivos proporcionar cultura aos cidadãos, criar debates sobre temas de destaque social, e estimular assim o pensamento crítico, pois sem informação e debate este não consegue ser colocado em prática.

A teoria de espaço público, ou esfera pública de Habermas, associa-se à democracia e ao contexto atual dos media no espaço digital, “qualquer discussão sobre media digitais e comunicação e os seus papéis no fortalecimento da democracia e da participação política, frequentemente, recai sobre o conceito de esfera pública de Habermas” (Fenton, 2018, p.28).

E como se associa o espaço público de Habermas ao jornalismo? Sabemos que este conceito surge num contexto de reunião da burguesia em espaços públicos e do debate de ideias entre si. Ora esse debate de ideias é algo que ainda acontece nos dias de hoje, em que as notícias mais impactantes do dia a dia são comentadas pela sociedade, sendo expostas as várias, opiniões, observações e compreensão dos mesmos. Assim “a necessidade de ampliar o debate enquanto esfera para além dos círculos dos cafés e salões transformou a imprensa numa das principais instituições da argumentação pública, ao lado de partidos associações, reuniões públicas, comités e outros” (Habermas, 1992).

O espaço, ou esfera pública, mostra-se assim uma grande representação da ligação entre democracia e jornalismo, pois esta:

“representa o uso público da razão entre indivíduos livres e capazes de argumentar, em defesa de bens comunitários; é a participação e interação entre os indivíduos que vai alimentar e fortalecer as relações interpessoais, as ações políticas, as mudanças sociais e a própria democracia em si” (Habermas, 1992).

A questão que agora se coloca é a satisfação com os sistemas de informação e com a própria democracia. Esse tem sido um grande debate dos últimos tempos entre a sociedade. Relativamente a essa questão Natalie Fenton coloca uma interrogação bastante provocadora e que leva a alguma reflexão: Vivemos numa falsa democracia?

2.3. Tempos de uma “Falsa Democracia”

O conceito de esfera pública de Habermas consegue ser bastante atual e integrar-se no contexto presente dos media digitais, “qualquer discussão sobre media digitais e comunicação e os seus papéis no fortalecimento da democracia e da participação política, frequentemente, recai sobre o conceito de esfera pública de Habermas” (Fenton, 2018, p.28).

Fenton (2018) relembra, resumidamente, este conceito para lançar a sua premissa, a de que vivemos numa falsa democracia. A autora começa por lembrar que a teoria da esfera pública recai sobre uma democracia liberal, na qual os cidadãos elegem os representantes políticos, ou seja, podem exercer o direito de voto. Além do mais, os eleitores têm o direito de ser devidamente informados através da publicidade sobre questões importantes ligadas a este aspeto.

Daí parte a questão da falsa democracia.

Numa democracia o contexto político é deveras importante, com o destaque para a liberdade de voto e a confiança que os eleitores depositam naqueles que podem representá-los na sociedade e defender os seus direitos. Fenton (2018) afirma que o contexto de democracia começa a enfraquecer e a ter cada vez menos sucesso, devido ao “descontentamento político” (Fenton, 2018, p.30) e à “desigualdade surpreendente e crescente” (Fenton, 2018, p.30).

Com isto, Fenton (2018) quer realçar que numa verdadeira democracia o descontentamento político não deveria existir, nem tão pouco as desigualdades, pois o principal de uma democracia é a representação dos cidadãos e a igualdade entre todos, um conceito ligeiramente diferente daquele que é inicialmente abordado por Habermas na teoria da esfera pública, que era especialmente direcionada a uma classe em especial, a burguesia, e não à sociedade em geral. Hoje em dia, são realmente visíveis o descontentamento e a desilusão da população com a democracia, algo que se reflete nas taxas de abstenção por exemplo, que tendem a aumentar com o tempo.

Uma outra vertente que Fenton e Freedman (2017) sobressaem na sua abordagem de falsa democracia, é, além da vertente política, a vertente direcionada aos media. Ao sobressair este aspeto a autora afirma que “os media livres fornecem o oxigénio, a lubrificação ou, mesmo, que são os tendões de uma democracia funcional e robusta” (Fenton & Freedman, 2017, p.107). Esta ideia sustenta o que foi abordado anteriormente, sobre o jornalismo conseguir desenvolver o pensamento crítico dos cidadãos, desenvolver debates e contribuir, assim, para um bom funcionamento da democracia.

O problema que se enfrenta, hoje em dia, é que o jornalismo já não consegue desempenhar esse papel tão influenciador na sociedade, e com a sua presença no digital acabou por fornecer notícias sensacionalistas e que não levam a debates ou a desenvolvimento do pensamento crítico.

Fenton e Freedman (2017) descrevem os media atuais como dependentes dos mais vulneráveis e entregues principalmente às elites, como fonte de informação que lentamente colocou de parte a importância da autenticidade dos factos e que se dedica cada vez mais a fofuques, como algo comercial, que vê a sociedade como consumidores de informação e não como indivíduos que tiram partido dos benefícios do jornalismo.

Todas estas características acabam por dar origem a uma enorme perda da credibilidade dos media, e este começa a ser visto como desnecessário ou indiferente pela sociedade, pois “este sensacionalismo (...) degrada a qualidade do debate político e reduzem a competência dos cidadãos” (Fenton & Freedman, 2017, p.110). Este é um ponto de abordagem fulcral pois os media são a fonte de informação, que deve ser a principal no fornecimento de informações políticas, para que os cidadãos possam debater pontos de vista diferentes, de partidos diferentes, e deve sobretudo, influenciar, de certo modo, a sociedade a colocar em prática o seu direito de voto, algo que é cada vez menos notório nos media. O que era principal numa democracia tem sido colocado em segundo plano pelos media, que deveriam ser o principal aliado do funcionamento democrático, “a grande media falhou em usar o seu poder simbólico para oferecer visões alternativas e narrativas verdadeiramente representativas, apresentando histórias que são frequentemente superficiais” (Fenton & Freedman, 2017, p.111).

Esta perda de credibilidade do jornalismo e adesão ao sensacionalismo deve-se um pouco à sua migração para o digital, onde é possível aceder a uma enorme quantidade de informação por segundo, sendo que muitas delas acabam por passar por informações fidedignas, mas sendo muitas vezes alteradas ou manipuladas para espalhar versões erradas das histórias, este é “um grande espaço disponível online que abre novas possibilidades para a apresentação de notícias que podem não ser encontradas na forma de imprensa” (Fenton, 2010, p.5).

Estamos perante uma nova esfera pública, mas no digital. Os debates deixaram de ser realizados em modo presencial e passaram a modo virtual em caixas de comentários, *posts* e discussões com desconhecidos. Estes debates acabam por perder também eles a sua credibilidade por serem, muitas vezes, baseados em sensacionalismos e não em temas importantes, e também por partirem de informação que não é de referência e que surge apenas nas páginas principais em forma de informação. É necessário que a sociedade consiga compreender a que informação está a aceder, pois “num mundo de sobrecarga de informações e comunicação com um clique, as notícias importam, talvez mais do que nunca” (Fenton, 2010, p.4).

Todos estes aspetos sustentam aquilo a que Natalie Fenton chama de falsa democracia, em que a política e a informação se encontram cada vez mais degradadas e com menos credibilidade, enquanto deviam trabalhar unidas e ser a base de uma sociedade crítica. A autora

chama, por isso, à atenção de que as elites não devem ser responsáveis por todo o poder perante os cidadãos, que perante informações podem ser facilmente sujeitos a lavagens cerebrais, como se de rebanhos se tratassem. (Fenton, 2017).

Ao longo do seu discurso acerca da democracia falsa, Natalie Fenton deixa uma mensagem, que deve servir de reflexão para o momento em que vivemos, e em que realmente é questionável se todos estes fatores contribuem ou não para a degradação da democracia:

“Quando setores do público não pensam mais que a mudança é possível, então a democracia liberal fracassou. Onde os governos não cumprem mais as promessas no manifesto, a democracia liberal fracassou. Quando os interesses das elites prevalecem o sistema político não funciona mais para a massa de pessoas comuns, a democracia liberal falhou. Quando as pessoas sentem que são dispensáveis, que as suas vidas não importam mais e não precisam de ser ouvidas, então a democracia liberal falhou” (Fenton, 2018, p.33).

Esta mensagem reflete bastante aquilo que é a falsa democracia, pelo lado político de descontentamento e de quebra de confiança, e também pelo lado informacional no que toca às elites, erradamente, dominarem completamente os media, em vez de existir uma diversidade de dirigentes, pois já não vivemos mais numa sociedade de classes.

A essa sociedade foi sucedendo uma mais evoluída, cheia de progressos, onde se abriram portas a um mundo completamente novo e acessível através de um simples “clique”. O digital chegou e revolucionou tudo à sua volta, principalmente ao nível da socialização e partilha de pensamentos e opiniões.

Destacando-se como moderador nesse campo, o jornalismo teve, também ele, de se adaptar e entrar para este novo mundo, apesar das vantagens e desvantagens serem bastante debatidas.

3. O jornalismo e as desordens informativas

3.1. O jornalismo na era digital

Desde sempre que o jornalismo foi evoluindo e adaptando-se ao longo dos anos consoante as evoluções tecnológicas e as necessidades das suas audiências, “(...) passou por várias etapas, o que causou mudanças na apresentação e nas características do produto, na forma de transmissão e na própria presença na sociedade.” (Jorge, 2007, p.67). No início o jornalismo afirmou-se com a imprensa, os jornais, que nem sempre eram acessíveis a todos pela necessidade de leitura. Depois a rádio, em que os cidadãos podiam sentir uma maior interação com a informação, que era recebida a partir da audição, existia alguém do outro lado a falar para eles, a informá-los. E finalmente a televisão, em que além de se conseguir ouvir foi também possível ver quem estava dentro daquela “caixa mágica” que dava a conhecer todos os acontecimentos.

Em todos estes contextos a informação era exatamente a mesma para todos, ou seja, a mesma informação para uma larga audiência, ao que se pode chamar massificação. No entanto, com o aparecimento da internet, o jornalismo teve mais uma vez de se adaptar a este novo meio, um meio muito apelativo e que consegue agarrar todos os dias a população. O jornalismo necessitou de se adaptar e também transferir-se para a internet, de maneira a conseguir manter a sua audiência e conquistar novos leitores, e é com esta adaptação que se inicia o paradigma da individualização. A informação deixa de ser a mesma para todos e passa a ser personalizada, uma passagem de *broadcasting* para *narrowcasting*, em que “o recetor agora tem o controlo, o poder de aceder a uma infinidade de fontes, sem as barreiras de tempo e espaço que limitavam sua ação” (Alves, 2006, p.96), ou seja, já não há um horário fixo para receber informação, pode-se, agora, aceder a ela a toda a hora em qualquer lugar através de um clique.

Com a enorme necessidade de estar presente na internet surgiu o jornalismo digital, “a modalidade na qual as novas tecnologias já não são consideradas apenas como ferramentas, mas, sim, como constitutivas dessa prática jornalística” (Barbosa, 2006, p.94).

Apesar de este ser um fenómeno considerado recente, “o movimento para colocar os jornais nas redes tem origem nos anos 1970, que pode ser considerada a primeira fase do jornalismo eletrónico”. Segundo Jorge, (2006), p.65, a fase de exploração da tecnologia começou em 1977, na Alemanha, quando “o primeiro teleperiódico, o Bildschmerzeitung, faz o seu lançamento na Exposição Eletrónica de Berlim.”, e no ano seguinte, em 1978, “a companhia telefónica Francesa cria o Minitel, sistema videotextos gerados a partir centros de servidores, interligando vários computadores.”. A segunda fase descrita por Jorge, (2006), p.65 começa em 1981, nos Estados Unidos, quando “o Columbus Dispatch coloca partes da edição diária à disposição dos leitores, na tela do computador, e tenta impor taxas para o uso do serviço”. Seguidamente, “em 1990, Tim Berners- Lee já tinha criado o código WWW e a internet havia ganho esse nome (o que aconteceu em 1981) e os países começam a conectar-se à rede.” Em relação à terceira fase esta “estaria marcada com a afirmação do hipertexto, a partir de 1995, quando os links alcançaram o auge. Por último, a quarta fase desdobrar-se-ia, segundo Palvik, a partir de 1997, “quando conteúdos e desenhos específicos para produtos da Web passam a ser engendrados, processo que atinge principalmente o jornalismo digital.”

Entretanto, também nos finais dos anos de 1970, altura considerada a primeira fase do jornalismo eletrónico, Roger Fidler, pioneiro e visionário dos novos média, “logo se deu conta de que os computadores eram o futuro meio de distribuição dos jornais. Não os computadores da época, mas os tablets ou painéis que seriam inventados. Mas esse flat panels ou tablets, na visão de Fidler reproduziriam as páginas dos jornais, de maneira praticamente idêntica”.

Fidler foi um pioneiro no estudo acerca do surgimento dos novos meios que surgiram no século XX, ao qual deu o nome de midiamorfose, “observou que o nascimento de um novo meio de comunicação causa uma espécie de terramoto no ambiente mediático. Durante esse abalo, os meios tradicionais passam por uma metamorfose para se adaptar à nova realidade. Assim, depois do terremoto e das falsas profecias de que os velhos meios desaparecerão, o meio novo, que a princípio simplesmente reproduzia o que se fazia nos meios tradicionais, encontraria sua própria linguagem, ou seja, o seu código comunicacional.” (Alves,2006, p.94).

Tendo em conta este fenómeno, a primeira década do jornalismo digital pode ser

comparada à midiamorfose, pois “os meios tradicionais simplesmente levaram para a Internet os seus códigos comunicacionais ou linguagens.” (Alves, R. 2006, p.95).

No entanto, este fenómeno de passagem e adaptação aos meios digitais origina, como falado anteriormente, um novo paradigma, o paradigma da individualização. Não foi apenas acrescentado um sentido como a audição ou a visão, mas houve sim uma transformação total pois a Web “oferece um alcance global, rompendo barreiras de tempo e espaço como não tínhamos visto antes. A indexação do meio digital permite a acumulação de conteúdo, rompendo os paradigmas organizacionais que o jornalismo tinha criado. Além disso, a web oferece um grau de interatividade que também nos era desconhecido. Trata-se de um meio ativo, que requer constante interação com seus usuários, contrastando com a relativa passividade que marca a relação do telespectador, ouvinte ou leitor com os meios tradicionais.” (Alves, 2006, p.95). Com esta mudança deixamos de assistir ao monólogo dos meios tradicionais em que a informação era apenas transmitida pelos emissores e recebida pelos telespectadores, e passamos, a um diálogo e a uma interação constante entre estes dois, levando a que o emissor deixe o seu papel de recetor de informação e passa também ele a participar neste processo devido a uma maior possibilidade de contacto oferecida pela Web. O recetor já não tem de receber toda a informação que era comum para todos, e pode agora filtrar tudo o que mais lhe interessa, os temas com os quais se quer manter informado e procurar em diferentes canais de difusão em qualquer horário e em qualquer local, “O recetor não se senta passivamente diante da TV ou não abre simplesmente um jornal ou uma revista para consumir as mensagens que os *gatekeepers* prepararam para ele naquela edição ou naquela hora. O recetor agora tem o controlo, o poder de aceder uma infinidade de fontes, sem as barreiras de tempo e espaço que limitavam sua ação até o advento da web.” (Alves, R. 2006, p.96).

Este poder de decisão dos recetores é já um fenómeno da segunda década do jornalismo digital e “abre caminho para uma comunicação que poderíamos chamar de eu-cêntrica, pois está baseada nas decisões individuais do recetor, diante do enorme leque de opções que a Internet lhe abre. A comunicação torna-se eu-cêntrica porque tenho acesso somente ao que eu quero, na hora em que eu quero, no formato em que eu quero e onde eu quero. Trata-se, sobretudo, de uma transferência importante de poder ou de privilégio, que passa do emissor para o recetor, numa evidente rutura dos modelos fechados que se conheciam até agora.” (Alves, 2006, p.96).

Todos se sentem tentados a aceder a informação na Web e a controlá-la, tendo em conta que grande parte dos leitores já nasceu com a Web e não sabe viver sem ela, ou acompanhou todo o seu processo de crescimento e quer sentir-se ativo neste novo meio.

Apesar da Web fornecer uma possibilidade de escolha de informação que agrada aos seus usuários, todo este fenómeno pode trazer graves consequências para o jornalismo e os seus profissionais, “pensemos também em midiacidio – ou seja, a possibilidade de a rutura tecnológica provocar a morte de meios tradicionais que não tenham capacidade ou não saibam se adaptar ao novo ambiente mediático em gestação. Esse midiacidio também incluiria a “morte” de carreiras (no caso de jornalistas que não consigam adaptar-se à nova realidade).” (Alves, 2006, p.95). Este midiacidio, além de se caracterizar pela pouca capacidade de adaptação dos meios tradicionais à Web e à morte das carreiras jornalísticas, pode ser provocado não apenas pela dificuldade de adaptação, mas também porque a função de *gatekeeping* e os critérios de noticiabilidade estão a começar a ser partilhados pelos jornalistas e usuários, que “têm acesso a uma infinidade de fontes e dispõem de mais recursos de acesso e seleção.” (Alves,2006, p.98), começando eles próprios a produzir notícias, colocando de parte a importância da credibilidade jornalística, e em causa a importância do papel do jornalismo e do jornalista.

3.2. Desordens Informativas

A internet e a redes sociais são locais muito propícios para a divulgação de notícias falsas, fake news, sendo que estas contorcem informação verdadeira e sustentam-se, sobretudo, da opinião, embora que maioritariamente encoberta, dos seus escritores. Estas notícias são muito fáceis de ser confundidas com notícias reais, principalmente pela sua esquematização, dada a facilidade com que se pode encontrar as regras esquemáticas das verdadeiras notícias, tal como afirma Salaverría (2010):

“...existe um vasto campo de normas de comportamento profissional, que são específicas da Internet, assim como um amplo repertório de princípios estilísticos, que deveriam determinar questões como os géneros multimédia, utilizados, as normas específicas de titulação, formas de inserção dos links, etc.”.

Assim, é muito fácil disfarçar notícias falsas em notícias reais e credíveis.

Sendo que os usuários passam a maior parte do tempo na internet, muitos acreditam-se em tudo o que leem e não procuram as fontes em que estão sustentadas as informações que lhes são apresentadas. Basta uma página se estruturar ou difundir como de informação e é o suficiente para confiar no que se encontra ali descrito, acabando por partilhar, induzindo em erro todos os outros usuários que, depois, vão ler aquela notícia, e que acabam também eles, por vezes, a partilhar, criando-se um círculo vicioso de partilha de *fake news*.

Notícia que é notícia não pode ser falsa, por isso apesar de ser utilizado termo notícia falsa ou *fake new*, esta não deveria ser a sua denominação correta, dado que as notícias são sempre verdadeiras, desde que produzidas por jornalistas, e que elaboram o seu trabalho com base na pesquisa, comunicação e relação com fontes, e sobretudo, credibilidade. Pode, por vezes, existir algum erro na notícia publicada, ou alguma informação que esteja mal descrita, mas se assim acontecer o órgão de comunicação e/ou o jornalista irão sempre assumir a responsabilidade do seu erro, corrigi-lo e partilhar a correção do mesmo.

No âmbito de toda esta situação Wardle e Derakshan, criaram em 2017, o conceito de desinformação, associado às desordens informativas. “Para os autores, as desordens informativas compreendem problemas relacionados aos processos e ambientes de circulação de informações na sociedade. Neste contexto, a noção de desinformação (*disinformation*) para os autores, evidencia a criação e circulação de conteúdos com o propósito de enganar ou manipular a opinião pública, diferentemente de sátiras, piadas ou ironias” (Recuero & Stumpf, 2022, p.2).

Wardle e Derakshan (2017), tendo em base a sua definição de desinformação, que é erradamente confundida com *fake news*, identificaram três tipos de perturbação da informação, sendo eles:

- *Mis- Information*, “termo que não possui tradução na língua portuguesa, mas que pode ser chamado de cacoinformação. a informação que é falsa sem a intenção de enganar e assume sua falsidade, mas as pessoas compreendem por verdadeiro por engano – como as sátiras (Sudbrack, 2019, p.55).
- *Dis-Information*, ou seja, a desinformação, informação falsa criada com o propósito de causar danos, ou até mesmo a confusão;
- *Mal- Information*, má informação, uma informação baseada na realidade, mas que é deturpada com o objetivo de prejudicar ou causar danos a alguém ou algo.

Wardle e Derakshan (2017) referem, posteriormente, que para compreender as desordens informativas é importante considerar três elementos: os agentes, ou seja, quem produziu e distribuiu a mensagem e compreender os seus propósitos; a mensagem em si, as suas características; e o intérprete, no qual é importante perceber, no momento de receção da mensagem como é que a pessoa a interpretou e se tomou alguma medida.

Existem também outros fatores, que foram indicados pelos autores, como sinergia na problemática da desinformação. Sudbrack (2019) enumera-os:

“o facto do consumo de informação se ter tornado uma prática pública e partilhada nas plataformas de redes sociais online; a velocidade em que a informação é disseminada online; e o facto que a informação é transmitida entre pares que confiam um no outro o que faz com que seja menos provável que essas informações sejam confrontadas ou questionadas,”

Todas estas problemáticas expostas por Wardle & Derakshan (2017) acabam por se refletir num gráfico publicado pelo “Digital News Report (2024)”, acerca de percepções sobre desinformação. Ou seja, a uma percentagem de cidadãos, foram-lhe apresentados temas

específicos e tiveram que responder se se depararam com alguma informação falsa ou imprecisa sobre os temas destacados. Veja-se o gráfico:

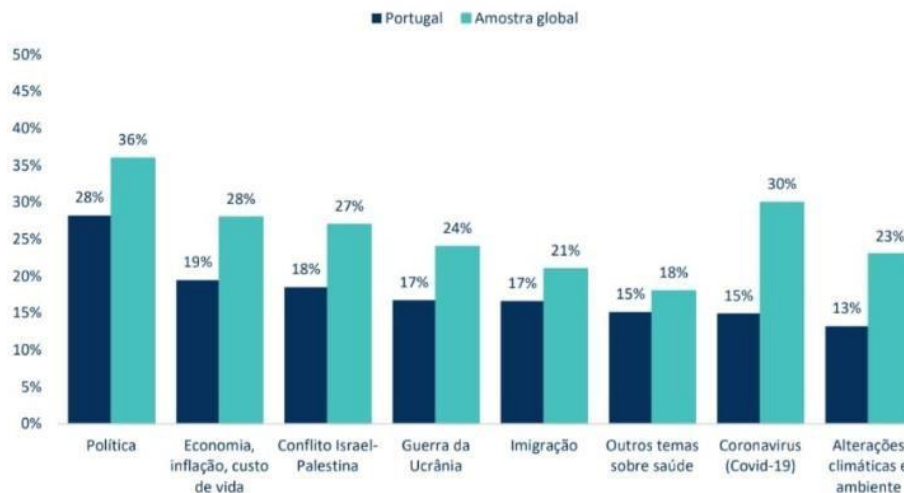


Figura 1: Amostra global e de Portugal sobre temáticas de informação falsa e imprecisa, em 2024 (RDNR, Edição: *OberCom*, 2024, p.18).

No gráfico aqui presente são fornecidas amostras a nível global e nacional e apresentados os seguintes temas para análise: Política; Economia, inflação, custo de vida; Conflito Israel-Palestina; Guerra da Ucrânia; Imigração; Outros temas sobre saúde; Coronavírus; Alterações climáticas e ambiente. Todos eles são temas da ordem do dia e que marcam presença no fluxo midiático do quotidiano.

Tanto os inquiridos a nível nacional (28%), como internacional (36%), destacaram o tema “Política” como o qual se depararam com um maior número de informação falsa ou imprecisa. As percentagens mais baixas da tabela referem-se às alterações climáticas e ambiente, que não parece ter, para já, um grande impacto a nível de desinformação.

No entanto, o preocupante que é possível observar neste gráfico são as baixas percentagens de cidadãos que conseguem identificar se se trata de desinformação ou de informação autêntica. No caso português, não chega a 3 em 10 pessoas, quem consegue distinguir autenticidade de manipulação ou falsidade, algo preocupante dado os tempos que correm e do enorme fluxo de informação online, e pode infelizmente, dizer-se que pelo menos 7 em cada 10 portugueses não consegue distinguir uma informação falsa ou imprecisa.

Mesmo que muitos usuários não se apercebam da falsidade destas notícias, outros não verificam a informação, porque esta, simplesmente, vai de encontro à sua opinião e maneira de pensar, e alimentam o seu ego achando mesmo que o que pensam, apesar de estar completamente errado, é o correto. O mesmo acontece, com os próprios criadores das *fake news*, que as preenchem a partir da sua opinião e das ideias que defendem, acabando por achar que o verdadeiro jornalismo omite informações e que não é assim tão credível. A este ato de orientação a partir das próprias opiniões e crenças dá-se o nome de pós-verdade.

Pós-verdade é, segundo o Dicionário de Oxford “Um ambiente relacionado com ou denotando circunstâncias nas quais os factos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e às crenças pessoais”. Ou seja, a evidência, e a credibilidade da informação não influenciam a opinião pública da mesma maneira que as emoções e crenças pessoais de cada um. Esta afirmação é sustentada por Rochlin (2017, as cited in Santos, 2019, p.70) fala da “substituição da evidência por crenças pessoais e emoções”.

Partindo da definição disponível nos dicionários de Oxford, estes “definem pós-verdade como relacionada ou denotando circunstâncias nas quais factos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e crenças pessoais” (MCintyre, 2018).

Além desta definição disponível no dicionário de Oxford, o autor MCintyre (2018) define pós-verdade, afirmando que “equivale a uma forma de supremacia ideológica, por meio da qual os seus praticantes tentam compelir alguém a acreditar em algo, haja ou não boas evidências para isso”. Ou seja, a pós-verdade baseia-se na distribuição de factos, por alguém que coloca as suas crenças e emoções acima daquela que é a realidade factual, dissipando-a e levando outros a acreditar, a partilhar da mesma ideia, ou estimulando-os a acreditar no que descrevem.

Seria um bom resumo para descrever mentir, mas não é necessariamente isso. Nessa linha de pensamento, de existir a possibilidade de comparar a pós-verdade à mentira, Ferreira de Souza, et al. (2019, p.165) afirma que “pós-verdade não é necessariamente a falsificação da verdade, mas situações em que a verdade ou o facto são pouco relevantes”.

Na situação da pós-verdade, os factos comprovados cientificamente, são colocados à

parte e substituídos pelas crenças, ou sentimentos, pessoais em relação a um tema específico, e o facto de circular todo o género de informação, em grande quantidade, no meio digital faz também com que essas crenças sejam espalhadas como factos e interpretadas e aceites por outras pessoas, que ou não conseguem perceber que estão a ser alvo de desinformação, ou acreditam no mesmo que foi partilhado e encontram ali uma prova de que o seu raciocínio é realmente o correto, “a pós-verdade só encontra o seu lugar no momento em que o discurso surte efeito num auditório que o acolhe sem questionar” (Ferreira de Souza, et al. 2019, p.165).

Um autor que faz também referência à pós-verdade nos dias de hoje é Keys, que chama à atenção de que no presente a sociedade consegue ter mais habilitações e estar melhor informada, mas mesmo assim, à necessidade de distorcer a verdade, “Agora, pessoas inteligentes que somos, apresentamos razões para manipular a verdade, de modo que possamos dissimular sem culpa. Eu chamo a isso pós-verdade” (Keys, 2018).

MCintyre (2018) explica que muitas vezes não existe o objetivo de dissipar uma mentira, ou um erro. Todos nós estamos sujeitos a dizer informações que não são verdade, sem o objetivo de mentir. Por outro lado, existe também a possibilidade de se ateimar numa premissa, achando que ela é verdadeira, e partilhando com os outros, sem se verificar se as informações que se está a falar são ou não corretas. Nesse caso, os factos estão disponíveis, e cabe ao indivíduo informar-se para verificar a certeza dos factos de que fala, e aí torna-se grave, porque para a pós-verdade se espalhar é necessário um público, que é facilmente encontrado, e a partir do momento em que o objetivo é a manipulação dos factos direcionada a um público específico, aí o indivíduo que coloca as suas crenças acima dos factos não pode passar por impune. Mas para MCintyre existe uma forma de pós-verdade ainda mais grave, “quando o autoengano e a ilusão estão envolvidos e alguém realmente acredita numa inverdade que praticamente todas as fontes confiáveis contestariam. Na sua forma mais pura, pós-verdade é quando se pensa que a reação da multidão realmente muda os factos sobre uma mentira” (MCintyre, 2018).

Muitas destas pessoas defendem as suas crenças online, e isso faz com que a sociedade digital, que acredita naquelas manipulações e partilha da mesma opinião, e não só, comece a colocar ainda mais em causa o jornalismo e os factos transmitidos pelos media. Assim “o

público consumidor do jornalismo não só é estimulado a duvidar da existência da verdade, mas também a acreditar que verdade e jornalismo caminham em lados antagónicos” (D’ Ancona, 2017). Este é um fator que tem vindo a contribuir também para esta descrença no conteúdo jornalístico, a percepção de que verdade e jornalismo não estão mais interligados.

Com esta fácil dissimulação de conteúdos manipulados e presença no digital parece que o jornalismo já não consegue colocar em prática o seu papel numa democracia, o de questionar as informações que vagueiam principalmente pelos novos canais de informação e que dão origem a diferentes versões dos factos. Com o jornalismo, na sua forma autêntica não é possível existirem várias versões de um mesmo facto, existe só uma, a verdade.

E é com este desenvolvimento digital que o jornalismo começa a assumir novos papéis, tal como afirma Ferreira de Souza (2019, p.169) o de interpretar e verificar a informação, ajudar a sociedade a compreender que fontes deve consultar e que lhe fornecerão informações verdadeiras. A internet e as redes sociais tornam-se assim, espaços propícios à circulação destas *fake news* baseadas na pós-verdade, em que a principal fonte é o seu autor movido pelas suas crenças pessoais e emoções com rejeição total da evidência, dos factos reais e credíveis.

São muitas as pessoas que rejeitam totalmente a evidência e os factos reais alimentando-se somente das suas teorias e crenças, sendo estas partilhadas por muitos usuários da internet e das redes sociais que apresentam a mesma opinião, ou simplesmente se acreditam em tudo o que leem.

Estes autores de *fake news* tornam as suas crenças suficientemente credíveis para que os usuários se acreditem nelas e comecem a partilhar também eles, e difundir estas opiniões disfarçadas de notícias.

Não tendo consciência que tudo o que está na internet e nas redes sociais é verdadeiro, muitos usuários consumidos pelas suas teorias e crenças tentam encontrar aqui afirmações que apoiem a sua opinião, não acreditando em nenhuma da informação que se opõe à sua crença. Estes pesquisam e leem artigos conforme o seu interesse, dado que uma opinião no mundo da internet igual à sua é o suficiente para comprovar que a sua opinião está correta e partilhá-la na sua rede com o dever de informar os restantes usuários e mostrar a verdadeira realidade.

Como acreditam naquela teoria e estão completamente de acordo é óbvio que a informação é verdadeira nada nem ninguém pode provar o contrário. Estes criadores e difusores de *fake news* alimentam assim esta pós-verdade que começou a minar a sociedade, alimentando crenças e teorias sem sentido, tornando-as tão credíveis que faz com que a maior parte dos usuários acredite, partilhe e forme uma opinião sustentada na falsidade que leu.

Este é o principal efeito negativo da internet e das redes sociais no jornalismo, que acaba por ser posto em causa com a enorme quantidade de informação que circula sem qualquer selo de autenticidade, não se conseguindo distinguir o que é verdadeiro e falso e colocando os usuários a questionar se as notícias disponibilizadas pelos meios de comunicação são realmente reais.

O conteúdo sensacionalista da informação jornalística e a presença nos meios digitais são dois aspetos que acabam por contribuir para a perda de credibilidade do jornalismo. A grande afluência de informação online acaba por conseguir misturar informação real, escrita por jornalistas e baseada naquele que é o Código Deontológico do Jornalista, como pode dar asas a informações deturpadas e a factos sem sustento científico, que se tornam apelativos para a maioria do público digital, principalmente quando partilham da mesma opinião. A esta situação é dado o nome de pós verdade.

De forma a responder a esta crise jornalística e para auxiliar a sociedade na procura da verdade, chamando à atenção de que ainda podem acreditar no jornalismo têm sido criadas novas formas de divulgar a informação verificada, através, por exemplo, do *fact-checking*.

3.3. Inteligência Artificial e desafios das Desordens Informativas

Abordando as desordens informativas, e sendo esse um dos temas principais desta dissertação, torna-se importante falar acerca de uma das temáticas mais marcantes da atualidade, a inteligência artificial.

Cada vez mais se torna recorrente a exposição desta palavra quer nos jornais, na televisão, ou nas redes sociais. Há muitas vezes informações dos avanços tecnológicos, e de como a inteligência artificial contribui para os mesmos, discutindo-se também as suas potencialidades e as suas lacunas, ou até mesmo os receios que gera em relação ao futuro, sendo como tudo, apelativo, mas receoso, com vantagens e desvantagens.

Mas, primeiro de tudo, antes de se falar do que é novo, da sua relação com as desordens informativas, vantagens e desvantagens é essencial compreender o que é a inteligência artificial:

“refere-se a um campo de conhecimento associado à linguagem e à inteligência, ao raciocínio, à aprendizagem e à resolução de problemas. A IA (Inteligência Artificial) propicia a simbiose entre o humano e a máquina ao acoplar sistemas inteligentes artificiais ao corpo humano (...) e a interação entre o homem e a máquina como duas “espécies” distintas conectadas (homem-aplicativos, homem-algoritmos de IA). Tema de pesquisa em diversas áreas- Computação, Linguística, Filosofia, Matemática, Neurociência, entre outras.” (Kaufman, 2018).

Esta questão da simbiose entre o humano e a máquina, é ainda um debate, visto por uns como uma tremenda evolução vantajosa, e por outros que preferem uma evolução mais demorada e com cautela. Para Teixeira (2019) a inteligência artificial é, do ponto de vista filosófico e antropológico, uma ameaça à inteligência humana. O autor demonstra-se preocupado perante a possibilidade de esta replicar a inteligência humana, ou até mesmo superá-la, e questiona como será, e quais serão as reações no dia em que esse receio se tornar realidade e esteja à vista de todos nas notícias do dia.

Por outro lado, Kaufman (2018) aborda diferentes pontos de vista em relação a esta temática relembrando a ligação do conceito às capacidades humanas, visa que esta é uma temática ainda, ligeiramente limitada, a inteligência artificial demonstra capacidades de raciocínio e aprendizagem, tais como “análise de texto, processamento de linguagem natural, raciocínio lógico, sistemas de apoio à decisão, análise de dados e análise preditiva.” (Kaufman, 2018).

A Inteligência Artificial é já presença comum no quotidiano, e a sua denominação já foi, nem que brevemente, ouvida por todos em canais informativos, quer seja na televisão, na rádio, no jornal ou na *Web*. Vivemos rodeados pela IA, principalmente no meio digital, por exemplo quando visitamos algum website de uma marca de sapatilhas, depois de visitar essa página, qualquer passo dado posteriormente online, seja para mudar de rede social ou fazer novas pesquisas vai ser “inundado” com publicidade relacionada com a marca de sapatilhas que estivemos a ver. Esta situação repete-se inúmeras vezes no dia a dia, e tudo acontece por causa do algoritmo, que se trata de “qualquer conjunto de instruções matemáticas para manipular dados ou raciocínios através de um problema” (Finn, 2017). Estes algoritmos acabam por tomar o controlo por todo o percurso individual online e acaba, muitas vezes por influenciar decisões pessoais. “De acordo com a análise de comportamento- um exemplo de input e output, quando o usuário entra a partir dos dados obtidos-, como um processo de cognição computacional, no qual a máquina interpreta os signos dos internautas” (Prado, 2022). O algoritmo, apesar de ajudar a compreender melhor os fenómenos de pesquisa na *Web*, pode também relacionar-se com a informação e a desinformação.

A Inteligência Artificial tem sido um grande aliado na propaganda de desinformação online, pois após a coleta dos dados pessoais através dos algoritmos, iniciam a sua atividade os “chamados “robôs sociais” (*social bots*), que atuam dentro de redes de robôs (*botnets*) e que são contas controladas por software que geram artificialmente conteúdo e estabelecem interações com não robôs. Eles procuram imitar o comportamento humano e passar-se como tal de maneira a interferir em debates espontâneos e criar discussões forjadas.” (Filho et al., 2022).

Esta situação é particularmente preocupante pois estes robôs podem disseminar todo o género de informação ou conteúdo para qualquer usuário, desencadeando, maioritariamente a circulação de informação errada ou manipulada, ou criada para ir de encontro ao algoritmo de

um indivíduo em específico, alimentando o seu ego acerca de temas que pensa dominar ou ter uma opinião valorizada, como induzi-lo em erro e levar, por vezes, à partilha do mesmo. A situação acaba por se tornar uma “bola de neve” em que nenhuma das etapas se mostra a favor da boa informação.

Um outro enorme problema que surgiu com a Inteligência Artificial são as *deepfakes* “que se inserem num contexto mais amplo de reconstrução digital da imagem da pessoa, para criar vídeo-montagens com rostos quase idênticos aos reais, a partir de fotos e vídeos dos alvos (...) as *deepfakes* se referem a uma técnica baseada no *deep learning* (um aprofundamento do aprendizado de máquina característico da Inteligência Artificial), capaz de criar vídeos falsos, a partir da troca do rosto de uma pessoa pelo de outra pessoa. (...) No entanto, como se pode ver, o uso, inicialmente atrelado à pornografia, seguiu seu rumo também pelos caminhos da desinformação e do humor. Tamanha é a perfeição alcançada pela tecnologia que seria necessária muita atenção para identificar se tratar de uma fraude, o que é especialmente perigoso nos tempos atuais” (Filho et al., 2022).

A Inteligência Artificial já evoluiu tanto que chega a ser possível replicar a cara e a voz de outras pessoas, sem que qualquer um se aperceba. E esse sim é um enorme problema, pois o cidadão comum não detém literacia mediática suficiente para conseguir identificar um *deepfake*, e pode confiar facilmente naquilo que está a ouvir, principalmente se esses *deepfakes* tirarem partido de personalidades de relevo. Toda essa confiança exacerbada, por acreditar que aquilo que está a ver é real leva a acreditar em manipulações, mentiras, e à partilha das mesmas.

Perante toda esta capacidade da Inteligência Artificial chega a ser preocupante que nós próprios, a nossa cara, e a nossa voz sejam utilizados para fins infelizes, e os quais nem acreditamos ou concordamos.

Loschner and Zonta (2024) falam acerca da preocupação relativamente às *deepfakes*, afirmando que se relacionam diretamente com o viés da confirmação, pois leva os usuários que pesquisam informação que vá de encontro às suas crenças de maneira a confirmá-las. Assim sendo, qualquer um que tenha o mesmo interesse pode criar um *deepfake*, partilhar, e a partir daí levar toda uma comunidade que quer ver confirmadas as suas crenças a todo o custo, a utilizar aquela suposta “informação” como prova daquilo em que acredita. As autoras fazem

referência a esta situação utilizando a expressão “uma imagem vale mais que mil palavras”. E assim é, a imagem demonstrou o necessário, confirmou as ideologias, não interessa quem discordar e apontar argumentos contra, já que a imagem é a prova suficiente.

Saad e Santos (2023) resumem toda esta problemática em volta da Inteligência Artificial, afirmando que “A ação de sistemas inteligentes para a geração de desinformação implica num enfraquecimento da mídia como instituição representativa da sociedade. Abre-se a via da manipulação intencional, do anonimato dos produtores de conteúdo e/ou daqueles que assumem simulacros de conteúdos jornalísticos.”

Ou seja, a informação que deve contribuir para o enriquecimento da intelectualidade humana e para o desenvolvimento do pensamento crítico, acaba por ser cortada por novos debates em espaços virtuais, onde nem tudo é verdade e circula uma enorme quantidade de desinformação, originando enormes consequências, como personalizar e filtrar opiniões que acabam por colocar em dúvida o desenvolvimento dos debates, e do consequente desenvolvimento do pensamento crítico, que enfraquecidos promovem uma grande desvantagem tanto para o jornalismo, como para a democracia.

4. *Fact-checking*: A Disciplina da Verificação

4.1. O *Fact-checking* como disciplina para a ordem informativa

Tendo em conta a urgência em recuperar a credibilidade do jornalismo, e também com o objetivo de combater a desinformação e/ou a deturpação de afirmações, o jornalismo ensaia robustecer-se através da “disciplina da verificação” e, nesse sentido, emergem vários projetos com ênfase na verificação de factos *fact-checking*.

Nascimento (2021, pp. 3-4) fala acerca do contexto em que está inserido o surgimento do *fact-checking*, que “surge com o objetivo de recuperar a credibilidade por parte das práticas jornalísticas (...) e mostrar erros e informações falsas, tanto em textos e vídeos noticiosos, quanto em boatos que circulam nas redes ou discursos de personalidades públicas”.

Valentim (2019, p.199) segue a mesma linha de pensamento e define *fact-checking* como:

“uma modalidade jornalística que tem como função precípua, cotejar e o que é dito ou publicado em jornais, rádios, canais de TV, principalmente por políticos, com dados públicos fidedignos, fornecendo ao público consumidor dessa modalidade jornalística, uma informação filtrada e lastreada em factos verificados. (...) é uma ferramenta jornalística que auxilia o seu público a ter uma visão mais crítica sobre o que está velado sobre a retórica dos políticos”.

Nascimento (2021, p.4) chama à atenção que, na sua maioria os canais ou agências de *fact-checking* dedicam-se a análises de afirmações de personalidades influentes ou boatos e informações manipuladas que circulam principalmente nas redes sociais. Não corrigem órgãos de comunicação, pois o jornalismo parte do princípio da verdade, ainda que a informação divulgada e tenha tornado um pouco sensacionalista, tal como se abordou anteriormente. No

entanto, esta importância de verificar informação segue-se muito da proliferação da desinformação no ambiente digital.

De modo a verificar a informação e demonstrar à sociedade a informação verdadeira o *fact-checking* “demonstra onde os dados foram coletados, assim como os caminhos percorridos para se chegar a tal conclusão” (Valentim, 2019, p. 200). Este trajeto integra-se no processo jornalístico de coleta de dados autênticos e divulgação de informação verdadeira. O *fact-checking* acaba por realizar um processo de construção jornalística, mas de forma mais pública, para que também a sociedade saiba confrontar e confirmar a informação quando a lê.

Um dos aspetos a sobressair no que toca à definição de *fact-checking* é que este verifica afirmações principalmente de políticos. No seu discurso, Valentim (2019, p.200) sobressai que “o *fact-checking* apresenta-se como uma ferramenta que auxilia na tomada de decisão frente ao voto por parte do seu público, fornecendo uma informação neutra, ou seja, sem viés partidário”.

Esta ideia vai de encontro ao que é abordado por Natali Fenton no que toca ao campo político da suposta falsa democracia em que vivemos. Apesar do aumento da descrença política, o jornalismo de *fact-checking* contribui para apurar as afirmações dos políticos, de forma que os cidadãos consigam perceber em quem querem confiar e com que ideias se identificam, provocando um debate de ideias, tal como é suposto numa democracia, em que o jornalismo funciona como uma das suas bases. Esta noção de informar a sociedade vai também de encontro à ideia inicial de espaço público de Habermas, na qual os cidadãos realizam as suas opções políticas, e o seu voto, baseados no acesso à informação verdadeira e ao fomento do debate e desenvolvimento do pensamento crítico.

Também com foco no *fact-checking* Kovack and Rosenstiel, na sua versão de 2021, do livro “Elementos do Jornalismo”, além dos muitos outros aspetos relacionados com o jornalismo, apresentam um capítulo dedicado ao *fact-checking*, como um manual para os jornalistas, ou seja, como estes devem proceder à verificação dos factos, de modo a que o problema da desinformação vá diminuindo, aos poucos, o impacto negativo que tem na sociedade atual.

Os autores começam por questionar como é possível “examinar os rumores, os mexericos, as memórias falhadas, as agendas manipuladoras e tentar captar algo com a maior

precisão possível, sujeito a revisão à luz de novas informações e perspetivas?” (Kovach & Rosentiel, 2021). Ou seja, se existe tanto ruído em volta da informação como é que pode ser possível elaborar um trabalho perfeito e prestar factos reais. Kovack and Rosentiel (2021) afirmam que a propaganda é o um meio para a manipulação, com invenção de factos, com pontos de vista muitos pessoais do que é verdade, e não de uma verdade geral, ou seja, a credibilidade informativa, por isso a “disciplina da verificação” é que vai realmente separar o que é jornalismo do que é apenas propaganda ou entretenimento. E é esse um dos maiores propósitos do jornalismo, atualmente, ou seja, compreender o que aconteceu e esclarecer a verdade.

Um dos maiores problemas para conseguir ser informado com base no que é real, credível e objetivo, é, como já visto anteriormente, a *Web*, com circulação constante de conteúdos e um fluxo de notícias inumerável, o que aumenta a maior probabilidade de circulação de informação falsa,

Neste sentido Kovack and Rosentiel (2021) recordam um passado, no qual os cidadãos dependiam dos jornalistas, e confiavam no trabalho jornalístico para saber quais as histórias da sua cidade, país e do mundo. A informação era acedida, principalmente através dos jornais e da televisão, existindo uma era a que os autores apelidam de “Confia em Mim”.

Hoje, tudo mudou e vivemos na era do “Mostra-me”, na qual o detentor do poder é o consumidor de notícias e não o jornalista. Nesta era “Dependemos de recomendações de amigos, resultados de pesquisas, referências de redes sociais, histórias enviadas por e-mail e distribuição curada e agregada”. (Kovack & Rosentiel, 2021). Torna-se por isso, cada vez mais importante que cada notícia acentue as evidências na produção da mesma, de modo a que o conteúdo seja claro.

O jornalista é agora, mais que nunca produtor e verificador de notícias, para controlar, o mais e melhor possível toda a desinformação que circula no espaço público virtual, pois “a natureza aberta da Web torna mais fácil para os malfeitores manipularem, com informações falsas, virilidade impulsionada por *bots*, *deepfakes*, falsas acusações e muito mais” (Kovack & Rosentiel, 2021).

Este é o novo desafio que o jornalismo enfrenta, numa esfera pública, que agora passou

também a esfera pública virtual, na qual todos os dias circulam “ameaças” à objetividade e à credibilidade jornalística, colocando os cidadãos em dúvida para com os profissionais, e manipulando de certa forma o debate social, tão importante para o bom funcionamento do jornalismo e da democracia.

4.2. O Sistema de Media em Portugal

Partindo com referência a capítulos anteriores desta dissertação, acerca da importância e da ligação intrínseca entre democracia e jornalismo, esta vertente torna-se, novamente, pertinente quando o objetivo é conhecer o sistema dos media em Portugal. Ou seja, como funcionam? Quais os media? Será que de alguma forma a política interfere ou coordena o sistema mediático português?

Primeiramente, é necessário referenciar que Portugal vive num regime democrático, tal como já foi referenciado em capítulos anteriores. Assim sendo, os cidadãos e as instituições beneficiam de direitos, mas também de deveres.

Segundo Rodrigues (2021), para compreendermos o sistema dos media em Portugal é necessário compreender contextos históricos, políticos e culturais, evidenciando quatro características, neste que é o caso português, e passo a citar:

“ i) a passagem tardia do país de um antigo regime para a modernidade e, ato contínuo, para a democracia liberal; ii) uma ditadura que se estendia ao domínio imperial de províncias ultramarinas; iii) os anos da crise económica da intervenção da Troika e as respetivas políticas de austeridade; iv) e o poder da Igreja católica, que ainda hoje detém a Rádio Renascença e foi uma das fundadoras do canal privado televisivo de âmbito nacional, a TVI.” (Rodrigues, 2021, 104).

Todos os aspetos mencionados acabam por moldar e interferir na forma como o sistema dos media se formou, funcionou, funciona e funcionará em Portugal.

Antes de abordar a ampla oferta de canais televisivos, rádios e imprensa que compõem a imprensa em Portugal, seria importante sublinhar outros aspetos importantes para o sistema dos media.

Para começar, a liberdade de expressão, é um dos fatores fulcrais para o bom funcionamento do jornalismo e dos media, assim como da própria democracia, pois sem liberdade de expressão a informação não é transmitida ao leitor de forma autêntica, sendo que a autenticidade e a veracidade dos factos as principais componentes da informação.

Acerca da liberdade de expressão Cádima et al. (2014) referenciam Francisco Teixeira da Mota, advogado e colunista do jornal *PÚBLICO* na qual garantiu que esta liberdade, dentro da estrutura essencial, está garantida no nosso país. Os autores partem desta citação para avançar da liberdade de expressão para o direito à informação, que coincidem sempre que se abordam estas temáticas destacando o artigo nº37 da Constituição da República Portuguesa “Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações”.

Seguindo esta linha de pensamento, a autora Rodrigues (2001) menciona algo, que se dirá positivo para Portugal nesta categoria, sendo que em 2021 se destacava com o 9º lugar no ranking mundial de liberdade de expressão, dois lugares acima de 2019, informação essa retirada do Índice dos Repórteres sem Fronteiras.

A tendência crescente neste ranking mantém-se, visto que em 2024, o ano em que está a ser escrita esta dissertação, Portugal ocupa o 7º lugar da tabela mundial. O Índice dos Repórteres sem Fronteiras, dá, igualmente, ênfase à liberdade de expressão caracterizando-a como “robusta”, na qual “Os jornalistas podem realizar as suas reportagens sem restrições, mas enfrentam desafios econômicos, jurídicos e de segurança”. Ou seja, apesar de não se verificarem entraves a nível de liberdade de expressão e imprensa, fundamentais para o bom funcionamento do espaço público democrático, existem aspetos que não se podem caracterizar, passando a expressão, como “robustos”, designadamente ligados à economia, segurança e bases jurídicas.

Ainda com base neste relatório, acedendo à página sobre Portugal é possível encontrar um resumo de vários parâmetros que descrevem a situação atual do país, sendo eles:

- O cenário mediático, no qual apresentam os grupos de media do país, tema que será abordado posteriormente;
- O contexto político onde é valorizado o respeito dos partidos políticos pelo trabalho desenvolvido pelos média, exceto num aspeto que é importante realçar, sendo referenciadas situações de ameaças ou agressões físicas e/ou verbais, especialmente por “membros ou simpatizantes do partido de extrema-direita Chega”.
- O quadro jurídico em que a nível de legislação jurídica “continua a garantir jurídica e constitucionalmente uma forte liberdade de imprensa”, apesar existirem algumas pressões judiciais, como o caso de 2018, em que alguns jornalistas foram vigiados, no propósito de uma investigação de violação de sigilo judicial, sendo considerados culpados.
- O contexto económico, com bastantes preocupações pelas perdas financeiras justificada pela diminuição das vendas de notícias impressas, algo que foi idealizado solucionar através das assinaturas online dos jornais, mas que ficou bastante aquém do expectável, não conseguindo colmatar essas mesmas perdas financeiras. Evidencia-se também as condições precárias dos jornalistas, com salários baixos.
- O contexto sociocultural no qual é exaltado o respeito pelo trabalho jornalístico em Portugal, assim como os elevados níveis de confiança nos meios de comunicação (um dos mais elevados da Europa), mas tendo em conta o aumento do nível de desconfiança nas gerações mais jovens.
- A segurança, o último ponto abordado neste relatório, que aponta para jornalistas agredidos física e verbalmente no momento em que exerciam as suas funções. Sobressaem-se incidentes com o partido de extrema-direita, Chega, e agressões a jornalistas em jogos de futebol.

É certo que muitos destes parâmetros colocam Portugal a um nível de excelência no parâmetro mundial, mas outros levantam algumas questões e preocupações, que serão exploradas brevemente.

Torna-se agora relevante descrever o mercado dos media em Portugal, podendo-se descrever como amplo e diversificado: “No mercado da televisão, os serviços em sinal aberto são atualmente fornecidos por três operadores: RTP (detida pelo Estado), SIC (detida pelo grupo privado Impresa) e TVI (detida pelo grupo privado Media Capital). A RTP é um prestador de serviço público. A SIC e a TVI são típicas operadoras de televisão comercial” (Cádima et al., 2014).

Relativamente ao mercado da rádio, este é bastante diversificado principalmente a nível local. No entanto, as principais empresas dominantes são “RDP (detido pelo Estado), Renascença (detido pela Igreja Católica), Media Capital (capital privado) e Global Media (capital privado)” (Cádima et al., 2014). Estes são os nomes das empresas que dominam e gerem as rádios que fazem parte da vida quotidiana dos portugueses, como por exemplo, a RFM, a Rádio Comercial, MegaHits, M80, TSF, Cidade FM, etc. Quanto à Antena 1, 2 e 3, estas pertencem ao Estado português, juntamente com a RTP.

O setor da imprensa, tal como o da rádio é bastante abundante a nível local, “no entanto, os mercados de jornais de cobertura nacional são controlados por um número reduzido de grupos privados. Os grupos dominantes são Cofina, Global Media e Impresa” (Cádima et al., 2014).

Pode por isso, afirmar-se que o mercado português é bastante amplo e *cross-media*, ou seja, o serviço de informação é distribuído por várias plataformas de comunicação, como a televisão, a rádio, a imprensa, e até mesmo o setor digital.

De forma a complementar o raciocínio anterior, acerca do mercado dos media em Portugal, e para compreender da melhor forma como tudo se estrutura é significativo citar Cádima, Martins and Silva (2014):

“O grupo de comunicação social Impresa, o maior do mercado português, está presente em televisão (sinal aberto e cabo), imprensa (jornais e revistas) e conteúdos online. O grupo Media Capital, outro operador dominante, está presente na televisão (sinal aberto e cabo), rádio e conteúdos digitais. O grupo Cofina está presente na imprensa (jornais e revistas), nos conteúdos digitais e na televisão por cabo. O grupo Global Media está presente na imprensa (jornais e revistas), na rádio e nos conteúdos online. O grupo Sonaecom tem como core-business as telecomunicações, mas é proprietário de um jornal diário de referência (*PÚBLICO*). O grupo Newshold é recente em Portugal (tendo sido criado com capital angolano) e tem expandido a sua presença nos mercados da imprensa, investindo também no Grupo Cofina.”

Estando apresentada a estrutura do mercado mediático em Portugal, é pertinente referir um ponto abordado no Índice dos Repórteres sem Fronteiras, ou seja, o contexto económico, que se caracteriza pela diminuição das vendas, problema esse que se pensaria solucionar facilmente com as assinaturas online dos jornais, solução essa que ficou aquém do expectável.

Através do *Digital News Report* de 2024 é possível fazer uma análise das assinaturas online em Portugal ao longo dos anos:

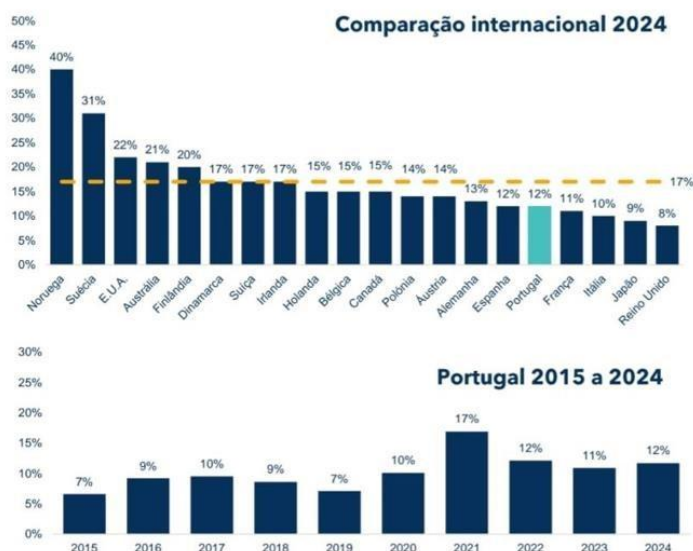


Figura 2: Comparação internacional e portuguesa de pagamento por notícias online (RDNR, Edição: *OberCom*, 2024, p.25).

Inicialmente, o gráfico apresenta uma perspetiva a nível internacional, no qual compara o pagamento de notícias em 20 países. O país que se destaca é a Noruega, com 40% da população a pagar para receber informação. (Quando se fala sobre pagar para receber informação, não se está a referir a impostos que são automaticamente cobrados em informação, como acontece, por exemplo, com a RTP, em Portugal. Fala-se sim, de pagar para ler notícias, principalmente online, onde existe hoje maior fluxo de informação jornalística). Muitos dos países, como é possível observar, estimam percentagens entre os 20% e os 14%, sendo a média estimada 17%. Portugal está aquém desses resultados, com 5 pontos percentuais abaixo da média, ou seja, apenas 12% da população portuguesa paga para aceder a notícias online, o que significa que pouco mais de 1 em cada 10 portugueses têm assinaturas digitais de informação, um número consideravelmente baixo, e que pode levantar muitas questões e muitas problemáticas que serão discutidas e refletidas nesta dissertação.

Focando somente em Portugal, é possível observar entre 2015 e o ano atual de 2024, a percentagem de portugueses que foram aderindo às assinaturas digitais, ou que desistiram.

No ano de 2015, apenas 7% dos portugueses pagavam para aceder a informação online. Até 2020 a percentagem foi variando sempre entre os 7% e os 10%, com subidas e descidas.

Apenas o ano de 2021 se destaca, com uma considerável subida, em relação aos anos anteriores, para 17%, algo que se poderá justificar pela pandemia, que teve início em 2020, e na qual se abordou bastante o tema da desinformação e *fake news*, pois muita da informação que circulava online não era produzida por profissionais do jornalismo, e a autenticidade da informação tornou-se importante para muitos portugueses, principalmente no que toca a temas relacionados com saúde pública.

Infelizmente, a percentagem de 2017 não se manteve e nos anos seguintes voltou a diminuir, estando, neste ano, de 2024, situada nos 12%. Se analisarmos numa perspetiva de quase 10 anos, assistimos a uma subida média de 5 pontos percentuais.

Além deste aspeto negativo e deste problema de financiamento que o jornalismo enfrenta, existe um outro igualmente preocupante, as condições precárias do jornalista, que podem ser também efeito de toda esta crise de financiamento.

Cádima et al. (2014) aborda esta questão no seu trabalho e fala acerca dos desafios das condições laborais com que os profissionais se deparam em Portugal, tais como “irregularidades nos pagamentos, desregulação em matéria de estágios e insegurança e precariedade de emprego que atinge atualmente dimensões críticas, em função da crise económica que atinge o país”. Ou seja, o trabalho do jornalista, que tem de ser realizado com a maior credibilidade, que exige praticamente níveis de perfeição, e que é responsável de prestar informação de qualidade à população, enfrenta a maior parte das vezes este género de desafios, sendo uma profissão em que os profissionais dão tudo de si aos outros, mas muitas das vezes não são valorizados monetariamente e enfrentam sérios problemas a nível de condições laborais. Assistimos a dois problemas de desvalorização da profissão, quer pelas entidades patronais, quer pela população em geral, que como é analisado no gráfico anterior demonstra pouco interesse ou necessidade em pagar para receber informação de qualidade, e não qualquer frase que surja nas redes sociais. As mudanças exigem adaptações e resolver estes problemas parece estar ainda num processo de construção e descoberta, sendo o financiamento dos media, e também a remuneração dos jornalistas um dos maiores debates que o jornalismo enfrenta no momento.

Finalizando o sistema dos media em Portugal, é importante referir que existe uma entidade reguladora, a ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) que tem como principal função “regular e supervisionar todas as entidades que desenvolvem atividades de comunicação social, sob jurisdição do Estado português. Esta entidade começou a exercer as suas funções em 2006.

Este é o órgão que controla decisões de regulamentação dos meios de comunicação, age de forma transparente e realiza também estudos de media, tendo sempre relatórios disponíveis para esclarecer todo o género de dúvidas ou para aceder a informações. Todo esse trabalho contribui não só para regular todo o trabalho jornalístico, mas também oferecer uma confiança base desta área à população portuguesa.

4.3. A confiança no jornalismo em Portugal

O jornalismo, tem sido, ao longo de décadas de história a base da circulação de informação no, e entre o mundo. É graças a ele que conseguimos aceder a informações e notícias acerca de outros países, problemáticas como crises, guerras, fenómenos naturais, etc. Além dos mais variados temas, desde a política, economia, desporto, cultura, etc.

Toda esta quantidade de informação que conseguimos receber ao longo do dia pode ser às vezes difícil de assimilar, mas o que é certo é que nos devemos sentir uns privilegiados por conseguirmos aceder, com tanta facilidade, a todas as notícias possíveis.

No entanto, dada a enorme quantidade de informação em circulação, e às diversas fontes da informação, o sentimento de confiança dos cidadãos para com os jornalistas pode sofrer alguns desequilíbrios.

Para falar acerca de confiança no jornalismo, nos dias em que vivemos, é imprescindível recorrer a números, e percentagens, que consigam fornecer informação precisa

nesta temática e da sua evolução ao longo dos anos, tanto em Portugal como no resto do Mundo, mas sendo que o foco local será em Portugal.

As seguintes informações, que serão descritas nesta dissertação de mestrado em relação à confiança no jornalismo em Portugal, são baseadas no “Digital News Report 2024”, um relatório anual, elaborado pelo “OberCom- Observatório da Comunicação”, desde o ano de 2016 e que se responsabiliza por “dar a conhecer a relação dos portugueses utilizadores de Internet com os conteúdos informativos, as marcas de notícias e o jornalismo”. Este relatório anual é produzido a par do relatório global do RISJ (Reuters Institute for the Study of Journalism), da Universidade de Oxford, no Reino Unido.

O primeiro gráfico a ser analisado é referente à confiança no jornalismo em todo o mundo, pois para conseguirmos compreender a posição de Portugal é necessário primeiramente analisar os níveis de confiança nos restantes países da Europa e do Mundo, e só aí será possível concluir a classificação portuguesa.



Figura 3: Confiança global em notícias em 2024 (RDNR, Edição: OberCom, 2024, p.62).

Este primeiro gráfico ilustra a confiança em notícias em todo o Mundo, dividido por continentes, sendo que o continente europeu está dividido em quatro categorias: Norte da Europa, Europa Central, Europa do Sul (onde se posiciona Portugal) e Europa de Leste.

A nível europeu Portugal encontra-se numa posição bastante favorável ocupando o 3º lugar da tabela, com 56% de confiança em notícias, encontrando-se, apenas, atrás da Finlândia, que ocupa o primeiro lugar da tabela europeia, com um índice de confiança de 69%, e da Dinamarca, com 57% de confiança em notícias, apenas um ponto percentual acima de Portugal.

Relativamente à disposição das percentagens a nível mundial, parece plausível destacar a confiança em notícias em países do continente africano, tais como o Quénia, a Nigéria e a África do Sul, que apresentam resultados percentuais bastante satisfatórios.

Assim sendo, contabilizando todos os países de todos os continentes, presentes no gráfico acima, Portugal encontra-se no 6º lugar da tabela, com 56% dos utilizadores de internet a declarar confiança em notícias em geral.

Segundo o relatório este resultado foi o menos animador em 9 anos, pois da antiga posição de 2º/3º país do mundo com maior confiança em notícias Portugal desceu para o 6º lugar. Por outro lado, países como o Quénia e a Nigéria assistem a um aumento da confiabilidade. No entanto, o relatório transparece uma informação bastante importante para este fenómeno nestes países, pois a amostra para este estudo é realizada a partir de utilizadores de Internet e não da população a nível nacional, não sendo possível considerar uma amostra representativa de todos os cidadãos.

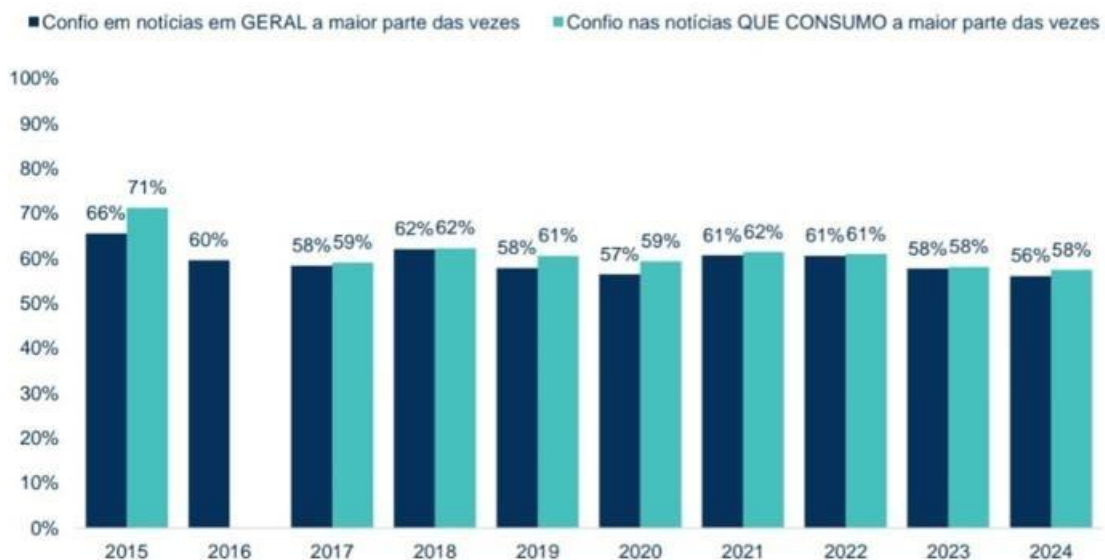


Figura 4: Confiança em Portugal em conteúdos noticiosos entre 2015 e 2024 (RDNR, Edição: OberCom, 2024, p.63).

Neste segundo gráfico a análise é direcionada somente para Portugal, sendo possível observar a evolução da confiança em conteúdos noticiosos entre 2015 e o ano em que nos encontramos, em 2024.

Este gráfico explora duas perspetivas muito interessantes, sendo que são avaliados dois tópicos, que apesar de parecerem semelhantes, têm grandes diferenças. O tópico representado a cor azul-escuro remete para o, eu como cidadão, confio nas notícias em geral a maior parte das vezes, enquanto que o tópico representado a azul-claro direciona-se para o, eu como cidadão confio nas notícias que consumo a maior parte das vezes.

O que acontece é que existe uma grande diferença entre consumir notícias em geral e restringir o consumo de notícias aquilo que vai de encontro com o nosso padrão pessoal. Todos estes tópicos acabam por ressaltar partes importantes desta dissertação de mestrado, pois os conteúdos abordados anteriormente, acabam sempre por acabar repescados novamente e por se interligar com os capítulos e análises que vão surgindo. Nesta situação acaba-se por voltar a chamar à atenção para o fenómeno que é a pós-verdade, no qual os cidadãos acabam por construir um filtro noticioso, no qual prestam atenção apenas aos temas que mais lhe interessam e acabam por acreditar na versão, que para eles, parece sim a mais correta e “verdadeira”.

Colocando agora de parte esta breve reflexão, e dirigindo novamente o foco para o gráfico que está a ser abordado, Portugal encontra-se neste preciso momento na pior posição dos últimos 9 anos.

Enquanto que em 2015 a confiança nas notícias em geral estava posicionada nos 66%, atualmente representa apenas 56%, ou seja, menos 10 pontos percentuais, uma descida considerável no nível de confiança. Em relação à confiança nas notícias que consumo a maior parte das vezes, apresenta também uma diferença significativa, sendo que em 2015 o gráfico aponta para 71% de confiança, em 2024 desce 13 pontos percentuais, para os 58%. O ano atual, ou seja 2024, em todo o gráfico acaba por se tornar o ano em que os níveis de confiança estiveram mais em baixo, e algo que de acordo com a observação do gráfico irá suceder todos os anos, pois tal como lá conseguimos ver, a tendência tem sido apenas uma, descer.

Esta reflexão leva-nos a compreender que pouco mais de metade da população portuguesa confia nos conteúdos noticiosos, enquanto que 44%, uma grande parte da população não confia nas notícias, as quais têm acesso todos os dias.

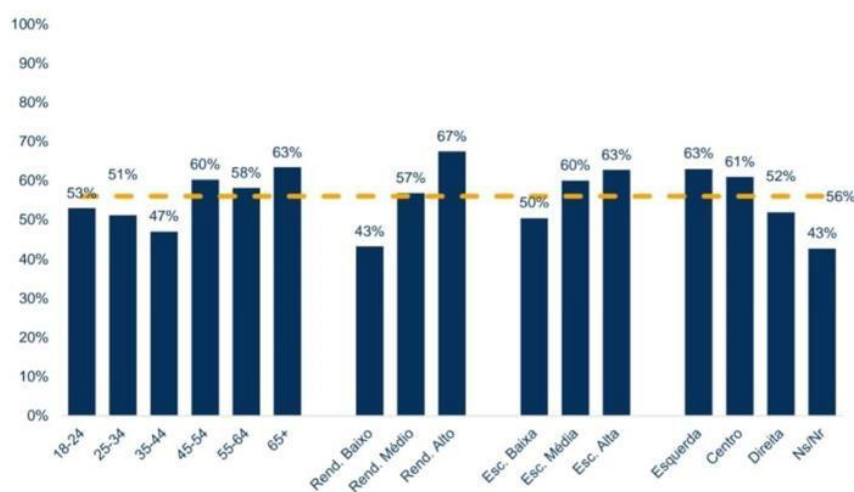


Figura 5: A confiança em notícias em geral por idade, rendimentos, escolaridade e orientação política em Portugal, em 2024 (RDNR, Edição: OberCom, 2024, p.65).

Depois de uma observação da confiança em notícias da população em geral, é importante destacar este gráfico, pois este apresenta uma análise mais detalhada das perspetivas de confiança da população em notícias, divididas por idade, rendimentos, escolaridade e orientação partidária.

Em relação à idade, é possível observar que os cidadãos com idades acima dos 65 anos apresentam a maior percentagem de confiabilidade em notícias, ou seja, 63% da população mais idosa confia nas notícias em geral. No entanto, a população com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos são quem menos tem confiança em notícias, sendo que nem metade dos cidadãos com idades equivalentes às referidas demonstram confiança.

A nível de rendimentos a situação ordena-se por ordem salarial. Os cidadãos que detêm rendimentos mais baixos são quem menos confia nas notícias (43%), enquanto que os detentores de rendimentos altos, são quem mais confia (67%). No que toca a este fenómeno seria plausível destacar o pagamento de notícias como a razão para estas percentagens? Sendo que, apesar da imprensa tradicional, mais especificamente os jornais, serem pagos desde sempre, com os tempos instalou-se o hábito de consultar notícias online, nas redes sociais, por exemplo, ou nos jornais no seu formato digital, que de início era totalmente gratuito, sendo que nos últimos anos caso os cidadãos queiram aceder a informação de qualidade, mesmo que online, têm de a pagar, fazendo, por exemplo, assinaturas dos jornais. A pergunta que fica no ar é a seguinte: Será que os cidadãos com rendimentos baixos demonstram menos confiança em notícias porque não conseguem dispor de uma parcela do seu salário mensal ou anual para pagar informação de qualidade e dispõem-se apenas a ler os títulos e leads, assim como os comentários acerca das notícias? É realmente algo interessante a identificar e é também uma das muitas reflexões pertinentes que este relatório oferece.

Quanto à escolaridade, os cidadãos que se integram na faixa de escolaridade mais elevada são os que apresentam maior confiança em notícias, com uma percentagem correspondente a 63%. Os cidadãos de escolaridade média posicionam-se apenas a 3 pontos percentuais abaixo, com 60%. Os cidadãos com escolaridade indicada como baixa são os que apresentam menores níveis de confiança em notícias, com 50%, ou seja, apenas metade destes cidadãos que se inserem naquela que é considerada a escolaridade baixa confiam nas notícias que ouvem e leem no seu dia a dia.

A última característica a observar neste gráfico refere-se à orientação política, dividida por partidos de esquerda, direita, centro e também aqueles que não sabem ou não querem responder qual a ala do seu partido. Os últimos referidos são aqueles que apresentam menor confiabilidade em notícias (43%), enquanto que os cidadãos que apoiam a esquerda são os que

apresentam maior confiança em notícias (63%) seguindo-se a ala de centro (61%) e a de direita (52%).

Assim sendo, pode-se concluir que os portugueses entre as idades mais jovens, com menores rendimentos e escolaridade apresentam níveis de menor confiança nas notícias em geral. Referente à orientação partidária, os portugueses que se identificam como de direita, indecisos ou não alinhados são os que apresentam menores níveis de confiabilidade em notícias, uma diferença percentual relativamente acentuada em relação aqueles que se identificam com a esquerda partidária.



Figura 6: Aspetos mais e menos importantes sobre os meios noticiosos em que os portugueses confiam, em 2024 (RDNR, Edição: OberCom, 2024, p.66).

Segundo o Relatório foram selecionados alguns fatores, de maneira a ser possível compreender o que os portugueses inquiridos entendem como confiança e o que é necessário para confiar nas notícias.

Assim sendo, os fatores selecionados foram os seguintes: Transparência na produção de notícias; Representação do cidadão justamente; Elevados padrões jornalísticos; Historial de divulgação de informação; Valores iguais aos dos cidadãos; Tendenciosidade; Exagero e/ou sensacionalismo da informação; Conotação demasiado negativa.

Como fator de maior importância e relevância, destaca-se a transparência na produção de notícias. Para 79% dos portugueses, quase 8 em cada 10, esta é a variável que lhe transmite mais confiança na produção de notícias. No segundo lugar da tabela, 75% dos portugueses realça a importância da representação justa dos cidadãos, e 74% afirma a importância dos elevados padrões jornalísticos. Nos níveis intermédios da tabela apresentada, os portugueses sobressaem o longo historial, aquelas marcas de media que estão presentes no espaço público português há consideravelmente mais tempo, e nos quais detêm maiores valores de confiança, sobressaem também a transmissão de valores semelhantes aos seus, com os quais se identificam e o tendencionismo, ou seja, se são tendenciosos ou parciais. Nos últimos lugares da tabela os portugueses consideram fatores de confiança importantes como o nível de exagero e o teor negativo dado às notícias. Estes acabam por ser os fatores menos importantes na motivação da confiança em notícias.

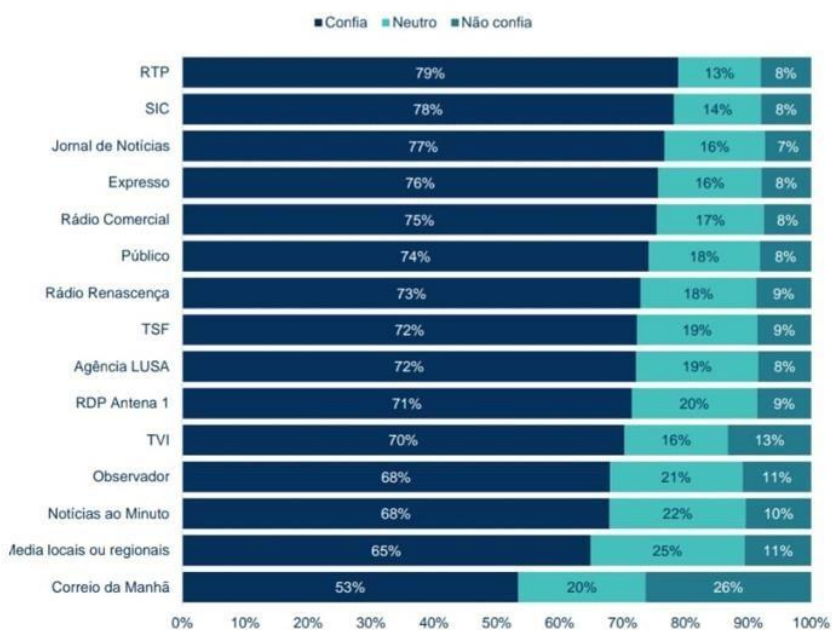


Figura 7: Confiança em marcas de notícias em Portugal, em 2024 (RDNR, Edição: OberCom, 2024, p.72).

No que toca a confiança em marcas de notícias em Portugal, a tabela é liderada pelo serviço público de televisão, a RTP, no qual 79% dos portugueses confiam. Seguem-se, também com altos valores de confiança, a SIC, o Jornal de Notícias, e o Expresso.

A rádio portuguesa que lidera a confiança dos portugueses é a Rádio Comercial, seguida da Rádio Renascença, TSF e RDP Antena 1.

Relativamente à Agência Lusa, 72% dos portugueses afirmam ter confiança nesta marca, apesar de, como agência noticiosa, não alcançar de forma direta os consumidores.

A marca de notícias à qual os portugueses não dão os mesmos níveis de confiança, é o Correio da Manhã, no qual 53% dos consumidores confiam, a percentagem mais baixa da tabela. No que corresponde a índices de não confiança é esta a marca que apresenta níveis mais altos, sendo que 26% dos portugueses, quase 3 em cada 10 não confia no Correio da Manhã.

Outras marcas que se encontram no fundo da tabela de confiança, mas acima do Correio da Manhã são os media locais e regionais e o website Notícias Ao Minuto.

É também importante salientar a posição da TVI em relação aos canais televisivos concorrentes, que neste caso se encontram no topo da tabela, enquanto que a TVI se encontra no 11º lugar na tabela de nível de confiança, num universo de 15 marcas de informação.

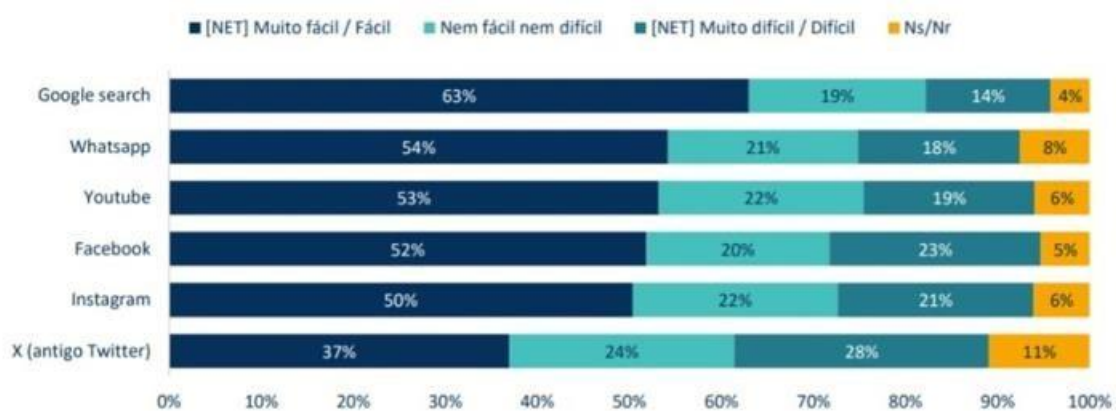


Figura 8: Facilidade e dificuldade em distinguir entre notícias e informação fiáveis e não fiáveis em cada uma das plataformas em Portugal, em 2024 (RDNR, Edição: OberCom, 2024, p.71).

Ainda relacionado com a confiança no jornalismo em Portugal, é necessário averiguar um aspeto importante nesta temática e que tem, também, sido abordado ao longo desta dissertação, ou seja, a capacidade de distinguir notícias fiáveis de não fiáveis. Veja-se a situação

portuguesa, com base em notícias presentes na Internet. As plataformas eleitas para este estudo foram o *Google Search*, *Whatsapp*, *YouTube*, *Facebook*, *Instagram* e *X*².

Grande parte dos inquiridos, 63% afirma ser fácil, ou muito fácil distinguir entre notícias fiáveis e não fiáveis no motor de busca do Google, sendo que apenas 15% dos inquiridos alegam ser difícil, ou muito difícil.

Nas posições seguintes, e com percentagens entre os 50% e os 54%, as redes sociais destacadas são o *Whatsapp* (54%), o *Youtube* (53%), o *Facebook* (52%) e o *Instagram* (50%). Ou seja, para cerca de metade dos portugueses inquiridos é fácil ou muito fácil distinguir entre notícias e informação fiável ou não fiável. No entanto, quando se trata de dificuldade em distinção, entre todos os abordados anteriormente, o *Facebook* e o *Instagram* são aqueles cujas percentagens se fixam acima dos 20%. Assim sendo, pode-se dizer que para 2 em cada 10 portugueses é difícil ou muito difícil distinguir entre o que é fiável e o que não é fiável, nestas duas redes sociais, que são tão utilizadas no quotidiano, e que oferecem acesso a tantas notícias e informação.

Por último, destaca-se o *X*, agora a cargo de Elon Musk, no qual apenas 37% dos inquiridos afirmam ser fácil ou muito fácil distinguir entre notícias e informação fiáveis ou não fiáveis. Além disso, os portugueses inquiridos destacaram também esta plataforma como a mais difícil de conseguir compreender as diferenças entre informação fiável ou não fiável. Apenas 9 pontos percentuais separam a opinião de fácil para difícil.

² Antigo Twitter.

	Amostra geral	18-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65+	Rend. Baixo	Rend. Médio	Rend. Alto
Serem transparentes sobre a forma como as notícias são produzidas	79%	68%	70%	72%	82%	85%	84%	69%	80%	89%
Representarem pessoas como eu de forma justa	75%	69%	72%	69%	75%	78%	79%	65%	78%	84%
Terem padrões jornalísticos elevados	74%	59%	67%	67%	77%	78%	83%	63%	75%	86%
Terem um longo historial	66%	64%	59%	59%	67%	69%	74%	59%	67%	76%
Terem valores que são iguais aos meus	64%	55%	58%	57%	66%	69%	71%	55%	66%	73%
Serem tendenciosos	61%	59%	60%	57%	59%	65%	62%	55%	63%	67%
Exagerarem ou sensacionalizarem as notícias	54%	61%	52%	52%	51%	55%	53%	50%	55%	56%
Serem demasiado negativos	48%	49%	49%	46%	46%	50%	51%	48%	51%	48%

	Amostra geral	Esc. Baixa	Esc. Média	Esc. Alta	Esquerda	Centro	Direita	Ns/Nr	Não confia em notícias	Neutro	Confia em notícias
Serem transparentes sobre a forma como as notícias são produzidas	79%	70%	83%	91%	85%	82%	85%	62%	71%	59%	91%
Representarem pessoas como eu de forma justa	75%	69%	79%	79%	81%	77%	81%	59%	65%	56%	86%
Terem padrões jornalísticos elevados	74%	64%	78%	87%	80%	77%	79%	56%	65%	54%	85%
Terem um longo historial	66%	59%	71%	74%	72%	70%	73%	47%	55%	47%	78%
Terem valores que são iguais aos meus	64%	58%	71%	69%	67%	69%	69%	49%	52%	47%	76%
Serem tendenciosos	61%	53%	63%	73%	68%	62%	67%	48%	56%	45%	70%
Exagerarem ou sensacionalizarem as notícias	54%	50%	53%	61%	58%	56%	57%	43%	49%	38%	62%
Serem demasiado negativos	48%	46%	51%	51%	54%	48%	47%	43%	46%	38%	54%

Tabela 1: Percentagem de cidadãos que considera muito/ algo importantes os fatores que impactam a confiança nos meios noticiosos por idade, rendimentos, escolaridade e orientação política em Portugal, em 2024 (RDNR, Edição: OberCom, 2024, p.69).

Nesta última tabela, podemos identificar a percentagem que considera muito/ algo importante os fatores que impactam a confiança nos meios noticiosos, através de fatores já avaliados em gráficos anteriores, como a idade, os rendimentos, a escolaridade e a orientação partidária.

Assim sendo, podemos concluir que os cidadãos com idades acima dos 45 anos, com rendimentos médios/altos, escolaridade média/alta e com orientação política solidificada são quem mais confia em notícias. Os fatores com maior destaque para esta relação de confiança em notícias continuam a ser a transparência na produção de notícias, considerada a mais importante pelos inquiridos, a representatividade das pessoas, os padrões jornalísticos elevados,

e também é possível considerar o longo historial, dado que as pessoas confiam mais facilmente nos media que se estabelecem no mercado da informação há consideravelmente mais tempo.

4.4. Os órgãos de *fact-checking* em Portugal

Face ao aumento da presença da informação noticiosa nas redes sociais, e à enorme facilidade e versatilidade que o mundo virtual oferece, cada vez mais somos confrontados com notícias acerca dos mais variados temas ao longo do quotidiano.

Receber informação e prestar atenção à mesma nunca é demais, mas acontece que somos bombardeados com tanta informação, que acaba por ser difícil distinguir o verdadeiro do falso. A expressão “notícia falsa” pode, muitas das vezes, não ser utilizada da forma mais correta, pois, como já abordado em capítulos anteriores nenhuma notícia elaborada por órgãos de comunicação e jornalistas profissionais é falsa, pois estes seguem um código deontológico, onde um dos princípios base é transmitir sempre a verdade, passando a citar aquele que é o primeiro princípio do Código Deontológico dos Jornalistas “O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público”. (Código Deontológico dos Jornalistas).

Este é um princípio base seguido por todos os jornalistas profissionais, que têm o dever de informar os cidadãos com informação precisa e rigorosa, não tendo qualquer intenção de distorcer informação.

Esse é um aspeto rigoroso, que com as redes sociais, se torna cada vez mais vulnerável, dada a facilidade do cidadão comum em criar conteúdo e informação não profissional, ou até mesmo manipular conteúdo, de maneira a distorcer a informação, e até denegrir, algumas vezes, os órgãos de comunicação.

A esta facilidade do cidadão comum ou usuário aplica-se um termo designado por “Jornalismo Cidadão”. No “Jornalismo Cidadão” os usuários dispõem frequentemente de informações que partilham nas suas redes sociais. Muitas vezes, partilham imagens ou vídeos

de algo a que assistiram ou que lhes enviaram, e por vezes, tornam-se úteis. Por outro lado, os usuários dispõem também, como já referido, de uma vontade de criar informação, mas, no entanto, não têm assente os pontos principais do ato jornalístico, como a credibilidade e a distinção entre notícias e opiniões.

Muitos usuários querem ajudar na partilha de informação para manter a sociedade informada, mas outros também se aproveitam desta facilidade de criação de informação nas redes sociais para espalhar factos não comprovados ou notícias falsas, conhecidas como *fake news*.

Nas redes sociais, qualquer um pode criar uma página de informação e divulgar notícias sem qualquer rigor, credibilidade ou fontes, e os outros usuários, já habituados há enorme presença de informação nas redes, acabam por partilhar sem verificar a credibilidade dos factos, divulgando assim informações falsas.

Além das redes sociais também é possível criar páginas de informação falsa na internet, que acabam por se confundir com as verdadeiras, porque seguem um idêntico design de páginas, dando assim o aspeto de um novo site de notícias criado com recurso da internet, tal como afirma Andreia Silva:

“No atual cenário assinala-se que a própria produção de *fake news* se refugia em páginas com designações semelhantes a jornais de referência, dificultando à maioria da população a identificação e distinção.” (Silva, 2019, vol.14, nº26).

Com esta enorme facilidade de criar informação acabam por circular notícias falsas, as *fake news*, e os usuários, muitas vezes, acreditam nelas, acham-nas úteis e partilham, não conseguindo distinguir se é uma notícia falsa ou verdadeira ou uma informação sustentada numa opinião, algo completamente ilegítimo no trabalho jornalístico, e que contribui para o aparecimento, e conseqüente aumento de desinformação.

Tendo em conta esta situação, alguns órgãos de comunicação portugueses optaram por criar espaços virtuais, ou até de algum tempo de antena em televisão, completamente dedicados à

análise de informação e de intervenções de personalidades de destaque, de forma a esclarecer a população acerca do que veem e ouvem.

Neste âmbito o primeiro órgão de *fact-checking* a surgir foi o Polígrafo em 2018, que procede à verificação de factos diariamente no seu website e semanalmente na SIC. Este apresenta-se como “um projeto jornalístico que tem como principal objetivo apurar a verdade no espaço público através do escrutínio ativo dos vários protagonistas que se movem no ecossistema comunicacional.” (website do Polígrafo). Ou seja, destacam-se pela enorme atenção a todo o género de declarações, sejam elas de personalidades de relevo nacional e internacional.

No seu website é possível aceder ao seu estatuto editorial, assim como os *fact-checks*, devidamente organizados por temas e ordem cronológica, uma secção dedicada à Geração V e ao conflito entre Israel e o Hamas, entre artigos, especiais, newsletter e exclusivos com artigos de opinião e notícias.

Para prosseguir à verificação de informação procede a vários passos, pela seguinte ordem: Consulta da fonte de informação original, consulta de fontes, ditas secundárias, que possam solidificar o processo de verificação, audição dos protagonistas da afirmação, sendo-lhes dada a possibilidade de se justificarem, contextualização da informação, e por fim, estipular em que escala de avaliação, ou seja em que grau de veracidade, se vai posicionar a checagem.

Relativamente às escalas de avaliação, que representam o grau de veracidade, o Polígrafo apresenta sete, sendo elas: verdadeiro, verdadeiro, mas..., impreciso, descontextualizado, manipulado e pimenta na língua.

Este é um trabalho certificado pelo IFCN (*International Fact-Checking Network*) e conta já com variados prémios. Na categoria de Meios e Publicidade de Criatividade e Inovação, venceu o Grande Prémio do Júri, Lançamento de Projeto Digital, Inovação Editorial, Lançamento de Jornal e Inovação em Media. Na categoria de Meios e Publicidade de Comunicação foi premiado com melhor site digital/social/influenciadores e melhor projeto de tecnologias de informação/ media e telecomunicações. Por último, na categoria de Prémios Associação da Economia Digital (Navegantes XXI), foi galardoado como “Melhor site de Media” e “Melhor projeto revelação digital”.

Um outro órgão de fact-checking português pertence ao “Observador”, um jornal online, independente e com periodicidade diária, que criou em 2018, entre todas as suas áreas exploratórias, uma secção dedicada ao fact-checking.

Este trabalho de checagem, é tal como o Polígrafo, certificado pelo IFCN e orienta-se sob 5 princípios:

- “Compromisso com o não-partidarismo e com a justiça”, ou seja, verificam e analisam as declarações em causa, estudando os dois lados presentes na situação, sendo que são as evidências que originam uma conclusão;
- “Compromisso com a transparência das fontes” , na qual todas as fontes de informação são expostas aos leitores, para que eles próprios, consigam, igualmente, rastrear o trabalho de fact-checking, exceto em casos de segurança pessoal e comprometimento, em que são fornecidas apenas as fontes possíveis;
- “Compromisso com a transparência do financiamento”, existindo uma transparência em relação às fontes de financiamento, não deixando que as organizações financiadoras impliquem nas conclusões do fact-checking;
- “Compromisso com a transparência da metodologia”, na qual a metodologia utilizada para “selecionar, escrever, editar, publicar e corrigir” os *fact-checks* é sempre explicada, e os próprios leitores são incentivados a enviar declarações para análise;
- “Compromisso com correções abertas e honestas”, que, por último, se baseia na publicação de uma política de correções, privilegiando a correção clara e transparente, de forma a que os leitores tenham acesso à versão corrigida.

Através destes 5 princípios fundamentais do “Observador” podemos constatar mais uma vez a importância da transparência e das fontes.

No que toca a escalas de avaliação, o “Observador” apresenta a seguinte escala de veracidade: Certo, Praticamente Certo, Esticado, Inconclusivo, Enganador e Errado.

Além de todo o trabalho no seu website, o “Observador” integra uma parceria com o

Facebook, desde abril de 2019, que consiste numa rede mundial de “*fact-checkers*” independentes que verificam a autenticidade do conteúdo partilhado nesta rede social. Além disso, faz também parceria com a TVI, no programa de fact-checking do canal, com o nome “A Hora da Verdade”.

O terceiro órgão de *fact-checking* português, denomina-se por “Prova dos Factos”, um projeto do jornal “PÚBLICO”, criado em 2021, e que será o objeto de estudo desta dissertação de mestrado.

Este projeto orienta-se pelo lema: “Numa era de ruído e desinformação, escrutinamos o que dizem os protagonistas do espaço público e confirmamos o que corre sem filtro nas redes sociais.”, demonstrando que o seu foco de checagem são as figuras de destaque no espaço público e a informação que é depositada e partilhada a toda a hora nas redes sociais.

Este projeto diferencia-se dos dois restantes por um simples motivo, algo que o pode destacar, ou seja, além de realizar fact-checking e de se orientar, como os restantes, por uma escala de avaliação, o “Prova dos Factos”, partilha nesta sua secção notícias em que o tema principal é a desinformação. Verificação de factos e desinformação são colocadas em pé de igualdade, e este aspeto diferenciador dos restantes pode sobressair-se como uma ferramenta de literacia mediática no que toca ao campo da desinformação.

Tal como os restantes, a “Prova dos Factos” rege-se por um estatuto editorial, no qual partem à análise das fontes de informação, contextualização com base nos “critérios de rigor e criatividade editorial, sem qualquer dependência de ordem ideológica, política ou económica”, além disso, no seu processo de escrutínio da informação com o apoio de diversas fontes de informação, os jornalistas do “PÚBLICO”, tentam, sempre que possível, confrontar o autor do conteúdo em causa, de forma apresentar informação o mais credível e equilibrada possível.

Apesar de se centrar maioritariamente numa análise nas plataformas digitais, o “Prova dos Factos” está também atenta ao que circula nos meios tradicionais, como os jornais e a televisão, que continuam a ser consumidos pelos cidadãos e continuam a funcionar como canais transmissores de mensagens sobre os mais variados temas, desde a política, à cultura, ao desporto, economia, etc.

Relativamente à sua escala de avaliação, este órgão de fact-checking rege-se pelas seguintes categorias: Verdadeiro, Parcialmente Verdadeiro, Inconclusivo, Parcialmente Falso e Falso.

O “Prova dos Factos” acrescenta, tal como os restantes, a mais-valia da possibilidade de interação dos leitores com o mesmo, sendo que defendem que quanto maior for o envolvimento dos leitores, mais rico se torna o conteúdo. Por isso, criou um canal aberto via WhatsApp, ou E-mail para onde podem ser enviadas sugestões.

No caso de situações de erro na divulgação da informação, ou de sugestão de correção por parte de algum leitor, o jornal “PÚBLICO” realiza a sua avaliação, e em caso de erro é realizada uma alteração, e deixada uma referência no final dessa mesma peça, com todos os aspetos que foram alterados, e a hora em que a mudança foi elaborada.

Esta secção do “PÚBLICO”, dedicada a atos exclusivos de verificação de desinformação, está disponível online, onde se podem consultar todas as análises. Além disso, semanalmente, ao sábado, é realizada a eleição de um *Prova dos Factos*, que pode ser lida na edição impressa do jornal.

Relativamente, às certificações, o *Prova dos Factos* é membro do IFCN, e pela *Online Secure Collaborative Platform for Fact-Checkers* (Observatório Europeu dos Meios de Comunicação Digitais), estando certificado pelas duas entidades.

Por fim, o último órgão de fact-checking nacional denomina-se “Viral Check”, que pertence à empresa que detém o “Polígrafo”, e que se dedica a verificar informação relacionada com a área da saúde, principalmente a partilhada no espaço online. Foi criado em 2022 e é também membro do IFCN.

5. Metodologia

De forma a responder à pergunta norteadora: De que forma o fact-checking Prova dos Factos do jornal “PÚBLICO” contribui para a ordem informativa no espaço público discursivo? foi delineado o esquema metodológico, partindo do estudo de caso (E.D.C.) como metodologia, tendo como objeto de estudo a Prova dos Factos do “PÚBLICO”.

O método será a análise de conteúdo, visto que se procederá a uma análise do website do órgão de comunicação em questão, assim como do processo de verificação da informação.

Para a realização deste trabalho será utilizada em primeiro lugar a análise qualitativa, de onde sairá um estudo exploratório, a partir da utilização da metodologia de estudo de caso e do método de análise de conteúdo. Além disso, procedeu-se a uma revisão de literatura sobre essas mesmas metodologias.

O objetivo, além de responder à pergunta inicial, é encontrar respostas a outras perguntas secundárias que irão aprimorar as respostas e a conclusão desta dissertação de mestrado, tais como:

- Quantas verificações foram realizadas no período de um ano
- Quantas notícias sobre desinformação foram publicadas no período de um ano
- Quais as temáticas abordadas
- Quais as tendências na escala de avaliação (quantas verificações verdadeiras, falsas, parcialmente verdadeiras, parcialmente falsas e conclusivas; e quais os temas em que existe maior incidência de verdadeiro e falso).

5.1. Estudo de Caso

Neste trabalho académico, a rubrica Prova dos Factos do “PÚBLICO”, será o estudo de caso. O estudo de caso “pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma

unidade social. Visa conhecer em profundidade o seu “como” e os seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade próprias. É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única em muitos aspetos, procurando identificar o que há nela de mais essencial e característico”. (Pontes, 1994, p.1) Ou seja, neste caso o objetivo é identificar quantas notícias foram submetidas a verificação durante 1 ano, os principais temas abordados ao longo de todos esses meses e as escalas de avaliação. Segundo Ventura (2007, p.384), o estudo de caso além de se caracterizar pela sua especificidade, por se dedicar a um objeto de estudo em específico, este delimita-se também a nível temporal e local para que se consigam alcançar informações e conclusões baseadas nestas delimitações circunstanciais. Existem vários autores que se dedicaram ao estudo de caso, e que ajudam a compreender esta metodologia e os seus aspetos centrais, entre eles Yin e Stake, os que mais se destacam no estudo de caso. Segundo Yin, o estudo de caso é um “fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não são claros e o pesquisador tem pouco controlo sobre o fenómeno e o contexto” (Yin, 2002, as cited in Yazan, 2016, p.157). Ventura (2007, p.384) fala sobre a definição de Yin acerca do estudo de caso como um “método abrangente” onde é construída uma planificação do estudo, são recolhidos e analisados os dados daquele caso único em específico. Partindo da definição apresentada por Yin, o investigador não tem praticamente nenhuma influência sobre o fenómeno em estudo e o contexto em que se insere. Neste caso o investigador não tem controlo sobre o fenómeno e o contexto da desinformação e do processo de verificação no “PÚBLICO”.

A partir deste estudo de caso pretende-se compreender o fenómeno da desinformação e como começou a iniciativa da verificação de factos, focando especialmente na forma como o “PÚBLICO” avalia e explica à sociedade as afirmações falsas, manipuladas ou descontextualizadas com que nos deparamos toxicamente todos os dias. O fenómeno da desinformação dura já há alguns anos, e enquanto não é encontrada uma solução para terminar radicalmente com o problema, o órgão de comunicação continua a sua tarefa de informar e ser de alguma forma, professor, passando alguma literacia para os telespectadores e internautas que estabelecem contacto com o programa e a página. Para Yin (2002) é importante responder a questões “como” e “porquê” em relação ao problema em questão. Para o autor “o estudo de

caso baseia-se em linhas múltiplas de evidência, a partir de propostas trianguladas, e utiliza-se do “desenvolvimento prévio de proposições teóricas para guiar a coleta de dados” (Yin, 2002, p. 13-14, as cited in Yazan, 2016, p.157). Ou seja, ao longo do estudo são abordados vários ângulos e perspectiva até se conseguir uma recolha de dados correta. No ponto de vista de Stake, “o estudo de caso caracteriza-se pelo interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação que pode abranger. Chama atenção para o facto que “nem tudo pode ser considerado um caso” pois um caso é “uma unidade específica, um sistema delimitado cujas partes são integrantes” (Ventura, 2007, p.384). Esta é uma definição que acaba por se diferenciar da apresentada por Yin, que se foca bastante nos métodos e etapas para a recolha de dados e retirada de conclusões, enquanto Stake afirma que nem tudo pode ser considerado um caso, o mais importante não são os métodos, e deve existir uma delimitação entre os atores do estudo. Stake (1972) afirma que “caso é uma coisa que funciona de modo específico, complexo, mais especificamente é um sistema integrado, que tem limite e peças em trabalho e intencional” (as cited in Yazan, 2016, p.157). Yazan (2016, p.157) fala sobre para as quatro características que Stake define para a pesquisa qualitativa válida do estudo de caso: “holísticos”, “empíricos”, “interpretativos” e “enfáticos”. Relativamente aos holísticos, estes referem-se à “inter-relação entre o fenómeno e os seus contextos”, o empírico relaciona-se com as observações no campo de estudo, os interpretativos pela relação entre “pesquisador assunto” e os enfáticos onde “os investigadores refletem as experiências vicárias dos sujeitos numa perspectiva êmica”.

O propósito principal deste estudo de caso é dar a conhecer o “Polígrafo” e o seu trabalho jornalístico no combate à desinformação, e a certo nível, de lecionar indiretamente uma literacia dos media aos cidadãos, de forma que estes consigam aceder a informação de qualidade, saber que passos dar quando se depara com uma notícia e em como ter acesso a informação de qualidade. “Trata-se de um tipo de pesquisa que tem sempre um forte cunho descritivo. O investigador não pretende intervir sobre a situação, mas dá-la a conhecer tal como ela lhe surge” (Ponte, 1994, p. 4).

5.2. Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo será o método utilizado para descodificar as principais temáticas que são submetidas a fact-checking, assim como as respetivas escalas de avaliação, no “PÚBLICO”. Para Bardin (1979), autora pioneira da análise de conteúdo, este método consiste num “conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção (variáveis inferidas) destas mensagens (...) Esta abordagem tem por finalidade efetuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração” (p.42). O principal propósito deste método consiste em compreender os conteúdos das informações e chegar até onde qualquer cidadão não consegue chegar, ou seja, descodificar as mensagens através da compreensão dos signos das mesmas, “A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (Bardin, 1979, p.44). Resumidamente, “o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade, resultam na elaboração de indicadores quantitativos e/ou qualitativos que devem levar o pesquisador a uma segunda leitura da comunicação (...) Essa nova compreensão do material textual, que vem substituir a leitura dita “normal” por parte do leigo, visa a revelar o que está escondido, latente, ou subentendido na mensagem” (Cappelle, et al., 2011, p.4). A análise de conteúdo consiste num trabalho árduo de compreensão das mensagens intrínsecas, que para serem descodificadas necessitam de passar por três fases importantes, de acordo com Bardin (1979): a pré-análise, onde são eleitas e organizadas as informações a ser analisadas; a exploração do material, no qual se inicia o processo de descodificação das mensagens; e por fim, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação onde são divulgadas as interpretações das mensagens pelo investigador.

6. O caso Prova dos Factos do “PÚBLICO”

O tema das *Desordens Informativas* não é novo, visto que, ao longo da História, temos assistido à Informação enquanto mercadoria de troca, de controlo e de poder, contudo, com o crescimento da Desinformação, o papel do Jornalismo está perante o dilema de precisar de tempo para verificar, competindo com o livre e veloz fluxo de conteúdos falsos. Tal como colocam Wardle e Derakhshan (2017): "A verdade tornou-se um campo de batalha, e o jornalismo precisou responder com novas ferramentas". Com efeito, meios como o jornal “PÚBLICO” reforçam essa *disciplina da verificação*, até porque, por um lado, “a verificação de factos não é uma panaceia, mas um passo essencial em defesa da verdade”. (Marwick & Lewis, 2017) e, por outro, indica McNair (2017), a era da pós-verdade exige “um jornalismo proativo e transparente.

De forma a conseguir responder à pergunta norteadora, optamos por incidir a análise num estudo de caso de um dos órgãos de comunicação social de referência, em Portugal, como é o caso do “PÚBLICO”, mais especificamente a rubrica online de *fact-checking Prova dos Factos*. Depois de proceder a uma pesquisa de trabalhos académicos, no qual a sua revisão de literatura se baseava, igualmente no *fact-checking*, concluímos que a maior parte dos trabalhos com recurso a estudos de caso se baseiam maioritariamente no *Polígrafo*, e também em menor dimensão, no *Observador*, tal como indicam trabalhos de Almeida (2023), Viana (2022), Garcia (2022), Borges (2021), Ferreira (2021), Oliveira (2020).

Com efeito, sendo a *Prova de Factos* ainda o menos estudado, optou-se por incidir a dissertação neste âmbito, de forma a compreender, de que forma esta “rubrica de verificação de informação (e desinformação)” (PÚBLICO, s/d), contribui para criar a ordem informativa que, como premissa, o Jornalismo se propõe a manter, a partir do método, análise e promoção, ou não da literacia dos média.

O jornal “PÚBLICO” foi criado em 1990, em versão impressa, e segue o lema “Abrir portas onde se erguem muros” (PÚBLICO, s/d), pois não devem existir muros entre a informação e os cidadãos. É um jornal diário e com uma versão online, mantém presença nas redes sociais, com contas no *Instagram*, *X*, *Linkedin*, *Youtube* e *Facebook*, somando-se os alertas

informativos e, em dezembro de 2024, oferecia conteúdos informativos ilimitados aos seus assinantes pelo valor de 7 euros por mês.

A rubrica do “PÚBLICO” dedicada ao *fact-checking* inaugurou-se em 2021, e sob o nome “Prova dos Factos”. A escala de verificação da informação é a seguinte: Verdadeiro, Falso, Parcialmente Verdadeiro, Parcialmente Falso, Inconclusivo, expondo as nuances que existem na forma como a informação é apresentada e manipulada.

VERDADEIRO	FALSO	PARCIALMENTE VERDADEIRO	PARCIALMENTE FALSO	INCONCLUSIVO
Quando uma determinada afirmação ou publicação é claramente verdadeira, não havendo qualquer dúvida	Quando uma determinada afirmação ou publicação é claramente falsa, sem qualquer dúvida	Quando uma determinada afirmação ou publicação é verdadeira, existindo, porém, alguns aspectos que carecem de uma melhor clarificação.	Quando uma determinada afirmação ou publicação é falsa, existindo, porém, alguns aspectos que carecem de uma melhor clarificação.	Quando uma determinada afirmação ou publicação é impossível de contextualizar.

Tabela 2: Escalas de avaliação da Prova dos Factos do PÚBLICO.

Esta rubrica de *fact-checking* em específico, apresenta uma característica que a diferencia dos restantes a nível nacional, além de avaliar a informação através das suas escalas, produz notícias sobre desinformação, como tema per se, para ensaiar contrariar tendências de bolhas informativas e, assim, promover literacia para os média e jornalismo.

Depois de escolhido o estudo de caso a elaborar, foi necessário criar uma linha temporal de estudo. Posteriormente, debruçamo-nos em averiguar sobre os vários eixos temáticos e acontecimentos que foram decorrendo ao longo da elaboração desta dissertação de mestrado, decidindo avançar com uma análise longitudinal de conteúdo temático de 12 meses, entre julho de 2023 e julho de 2024. Este intervalo de datas justifica-se por vários motivos: i) corresponde ao fim do ano letivo e início de férias permitindo iniciar uma análise num momento onde a atualidade política, tendencialmente, permanece menos intensa, para comparar com o momento de *rentrée*, e.g., início de anos letivos: ii) durante este intervalo de tempo as aulas

regressaram em setembro e com elas as greves dos professores e funcionários que podemos acompanhar ao longo dos meses; iii) durante este período realizaram-se eleições legislativas, de cariz antecipado; iv) por último, julho de 2024 coincide com a publicação do *Digital News Report*, que fornece dados sobre “a relação dos portugueses utilizadores de Internet com os conteúdos informativos, as marcas de notícias e o jornalismo”.

O objetivo com este estudo de caso é analisar o *Prova dos Factos*, de forma a : i) identificar os temas mais frequentemente abordados pela rubrica de *fact-checking*, interpretando padrões, temas ou categorias presentes no conteúdo textual, visual ou multimodal; ii) verificar mudanças nos tipos de desinformação combatidos ao longo do tempo; iii) avaliar o impacto de acontecimentos, com valor-notícia, (ex.: eleições, greves, etc.) nos temas analisados, para, assim, identificar no espaço temporal de um ano (julho de 2023 a julho de 2024) as incidências na tabela seguinte.

07/2023- 07/2024
Número de verificações de informação
Número de notícias sobre temas na ordem da desinformação
Número de verificações e notícias por mês
Temáticas
Tendências na escala de avaliação

Tabela 3: Tópicos a responder ao longo da apresentação e discussão de resultados.

6.1. Apresentação e discussão dos resultados

O percurso para obter os resultados deste estudo de caso foi marcado por duas etapas.

Inicialmente, elaborou-se uma tabela (que se encontra nos apêndices desta dissertação) organizada cronologicamente, com os títulos, lides, data, temática, tipo de informação (verificação ou notícia), escala de avaliação e o *link* de cada uma das publicações.

Esta tabela com os resultados de mapeamento do trabalho permite identificar, rapidamente, que no espaço cronológico em estudo, a *Prova dos Factos* publicou um total de 128 verificações de temas diversos e publicou notícias sobre o tema desinformação.

Além da totalidade de publicações foi possível, através dos títulos e lides, identificar quais as temáticas mais abordadas: Política Nacional; Política Internacional; Religião; Educação; Ambiente; Saúde; Desastres Naturais; Inteligência Artificial; Desporto; Redes Sociais; Legislativas Portuguesas 2024; Conflitos Armados; Media; Burlas Online.

Todas as informações obtidas foram depois codificadas e escrutinadas no software de análise qualitativa do WEBqda.

As duas primeiras parcelas da tabela referem-se à identificação de qual o número de verificações de informação, e o número de notícias sobre temas na ordem da desinformação.

A próxima tabela irá unir e resumir estes dois aspetos em análise:

Total de verificações e notícias analisadas:	
128	
VERIFICAÇÃO	NOTÍCIA
80	48

Tabela 4: Total de verificações e notícias analisadas.

Através da tabela apresenta é possível concluir que, entre julho de 2023 e julho de 2024, foram publicadas pela *Prova dos Factos*, um total de 128 publicações, das quais 80 foram

atos de verificação, ou seja, *fact-checking* sobre algum tema, e 48 foram notícias sobre temas na ordem de desinformação.

Passemos agora a uma análise por cada mês do ano:

MESES	TOTAL	VERIFICAÇÃO	NOTÍCIA
JULHO DE 2023	6	5	1
AGOSTO DE 2023	6	5	1
SETEMBRO DE 2023	11	10	1
OUTUBRO DE 2023	9	8	1
NOVEMBRO DE 2023	13	9	4
DEZEMBRO DE 2023	15	8	7
JANEIRO DE 2024	10	6	4
FEVEREIRO DE 2024	17	5	12
MARÇO DE 2024	9	8	1
ABRIL DE 2024	10	5	5
MAIO DE 2024	13	7	6
JUNHO DE 2024	4	0	4
JULHO DE 2024	5	4	1
TOTAL	128	80	48

Tabela 5: Número de verificações e notícias analisadas mensalmente entre julho de 2023 e julho de 2024 na Prova dos Factos.

Nesta tabela, é possível observar quantas publicações foram realizadas pela *Prova dos Factos*, ao longo dos 12 meses em análise, e especificamente a incidência que corresponde a verificações, e o número que corresponde a notícias. O número de fact-checkings publicados é relativamente superior na maioria dos meses, exceto em junho, mês em que não foi publicado nenhum fact-checking, mas sim quatro notícias acerca de desinformação. Pelo contrário, o número de notícias publicadas é constantemente maior, ou igual (como é o caso de abril), exceto em fevereiro, mês em que foram publicadas 12 notícias, face a 5 atos de verificação.

Seguindo a ordem da primeira tabela deste capítulo prosseguimos com a análise das temáticas:

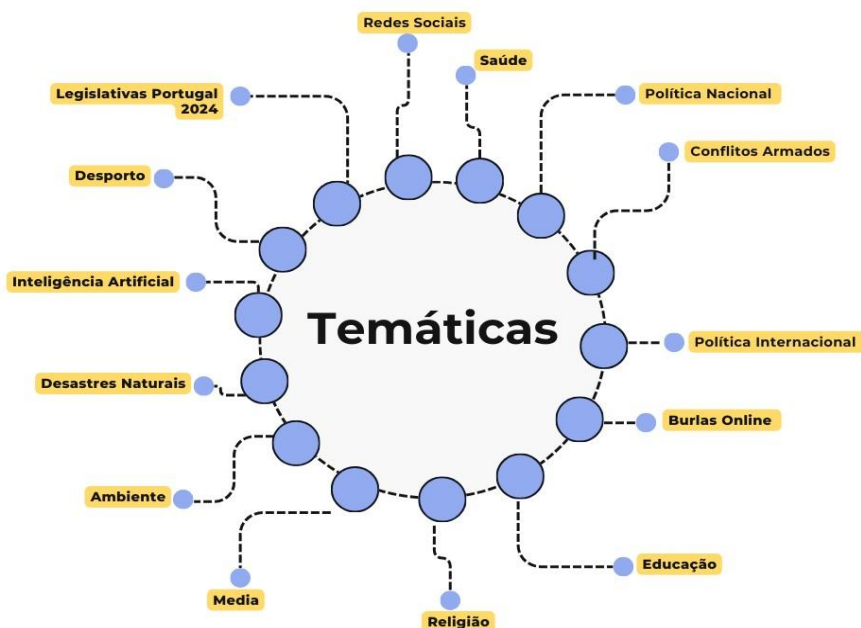


Tabela 6: Temáticas abordadas entre julho de 2023 e julho de 2024 na Prova dos Factos.

De forma a apresentar as 14 temáticas acima descritas foi realizada a leitura e a análise de conteúdo das 128 publicações da *Prova dos Factos*, entre julho de 2023 e julho de 2024. Todas essas publicações foram identificadas e decompostas numa folha de cálculo e, posteriormente analisadas, no *Webqda*. A cada publicação foi atribuída uma temática, em conformidade com o conteúdo da informação publicada. Serão dados alguns exemplos da distribuição de temáticas através de títulos publicados.

- **Redes Sociais:** Vídeo da Jornada Mundial da Juventude apresentado em publicação falsa como sendo de Gaza. Esta publicação, que se tratou de um ato de verificação da *Prova dos Factos*, incide sobre um vídeo partilhado na rede social X. Esta temática inclui muitas mais situações semelhantes, de imagens partilhadas em redes sociais com o objetivo de disseminar desinformação, um caso de *Mal- Information*, que, como explica Wardle (2017), é retirado o partido de informação verdadeira com o objetivo de deturpar a realidade.

- **Saúde:** O SNS24 está a pedir para atualizar os dados? Sim, veja como funciona. Esta publicação foi colocada na temática relativa à saúde por abordar o Sistema Nacional de Saúde. Trata-se de um cenário em que várias pessoas estavam a receber mensagens a indicar que seriam contactadas para atualizar os seus dados no Serviço Nacional de Saúde, o que levou à suspeita sobre a veracidade dessa informação que foi verificada pela rubrica. Este caso trata-se de uma verificação de resultado verdadeiro.
- **Política Nacional:** Actas do Conselho de Estado só ficam acessíveis em 2056? Esta publicação é referente a Actas do Conselho de Estado, e quando ficariam acessíveis a toda a população. Uma publicação claramente acerca de Política Nacional e que foi verificada pela Prova dos Factos como verdadeira, indicando que o então primeiroministro António Costa afirmar que só 30 anos após o fim do mandato de Marcelo Rebelo de Sousa se poderia ter acesso ao que se passou no Conselho de Estado. Dado ser uma data de três décadas adiante do momento contemporâneo a informação levantou suspeita e incredulidade que demorasse tanto tempo esses documentos ficarem disponíveis.
- **Conflitos Armados:** O ataque do Hamas em Israel foi equivalente a quinze atentados do 11 de Setembro? (A temática de conflitos Armados refere-se às guerras que decorrem no mundo durante o processo de elaboração desta dissertação. Guerras essas tal como a do Médio Oriente, que é o foco desta publicação, mas também, por exemplo, sobre o conflito entre a Rússia e a Ucrânia. A afirmação inicial foi verificada e dada como verdadeira.
- **Política Internacional:** Presidente eleito argentino escolhe procurador-geral do Tesouro com passado neonazi A temática da Política Internacional engloba toda a informação sobre política que não seja acerca de Portugal, mas sim sobre o mundo, como este caso da Argentina, uma publicação verificada e dada como verdadeira.
- **Burlas Online:** Autoridade Tributária alerta para mensagens fraudulentas. Esta temática enquadra-se, sobretudo, em mensagens fraudulentas, que acabam por dar origem a burlas online, uma situação cada vez mais recorrente. Esta publicação teve o intuito de

passar a mensagem sobre a desinformação que circula nos telemóveis dos cidadãos e que poderia levar a situações bastante desvantajosas para os mesmos.

Educação: Escolas vão perder mais de três mil professores para a recuperação de aprendizagens? A temática da educação foi criada para as publicações relacionadas com as escolas, até porque um dos temas mais comuns nos noticiários são acerca dos professores e greves. Esta questão foi avaliada, neste caso, como inconclusiva.

- **Religião:** Plano de mobilidade da JMJ foi apresentado na altura em que estava previsto? Esta temática refere-se a assuntos ligados com a religião, ou seja, todas as religiões do mundo. Neste caso específico a notícia refere-se à Jornada Mundial da Juventude, um evento religioso que ocorreu em Portugal em 2023.
- **Media:** Gigantes digitais querem combater a desinformação nas eleições de 2024 – cada uma à sua maneira A temática Media refere-se a todos os temas ligados a jornalistas, informação e desinformação. Não se trata propriamente de corrigir os media, mas de dar a conhecer soluções para a desinformação, relatórios, histórias de jornalistas, etc.
- **Ambiente:** Uma pessoa demora mais de 30 anos a produzir o mesmo CO2 que Taylor Swift emitiu em três meses? Relativamente à temática do ambiente, estão inseridas nesta categoria todas as publicações referentes a temas ligados ao ambiente e que tão bem conhecemos, tal como o exemplo do CO2, e também caras que são conhecidas desta causa, como Greta Thunberg. Esta publicação foi verificada como parcialmente verdadeira.
- **Desastres Naturais:** Vídeo partilhado na Internet mostra prédio a desabar depois do sismo em Marrocos? Na temática de desastres naturais, estão incluídos todos os desastres climáticos, como terremotos, cheias, erupções vulcânicas, etc. Neste caso em específico, trata-se de um vídeo partilhado online depois do desastroso sismo em Marrocos, em setembro de 2023. O vídeo em análise foi descrito como falso.
- **Inteligência Artificial:** IA ou humano? É cada vez mais difícil distinguir A IA, que é cada vez mais comum no nosso quotidiano, marca presença nas temáticas desta análise pois é cada vez mais comum distinguir a realidade do que é formatado para parecer real,

e surgem muitas vezes dúvidas perante os cidadãos entre o que é ou não real, algo que o “PÚBLICO” tentou, sempre que possível, avaliar e informar.

Desporto: Protesto da equipa olímpica de natação israelita não é relacionado com estes Jogos. É de 2023. Esta temática engloba todos os desportos a nível mundial. Neste caso destacam-se os Jogos Olímpicos, a maior competição desportiva de todas.

- **Legislativas Portugal 2024:** “Metade dos jovens em Portugal não ganha mil euros”? — os factos da segunda noite de debates. A temática Legislativas Portugal 2024, foi criada dada a realização de eleições antecipadas em Portugal, que se realizaram em março de 2024. Este caso fala acerca de um dos debates televisivos, recorrentes antes de qualquer eleição.

Estes são exemplos das 14 temáticas identificadas nas publicações da *Prova dos Factos*.

Há casos em que existe mais uma temática, como por exemplo, temas relacionados com redes sociais e inteligência artificial, pois muitas das verificações são acerca de imagens e vídeos partilhados online, e assim sendo poderiam inserir-se nessas temáticas. Contudo, teve-se em conta o tema principal, preponderante, de forma a enfatizar a categoria principal. Neste caso, as atribuições entre temas e notícias, e verificações foram realizadas com base na componente informativa da notícia ou da avaliação elaborada pela verificação. Os títulos em destaque para cada uma das temáticas são exemplos que foram colocados nessas mesmas categorias. A avaliação que implicou eleger a temática na qual melhor a informação se enquadrar passou por uma análise, não só do título, mas de todo o texto criado, de todo o conteúdo da publicação.

Ainda na ordem das temáticas, será agora analisado mês a mês, de julho de 2023 a julho de 2024, a quantidade de incidência que as temáticas foram abordadas na *Prova dos Factos*. Por uma questão de simplicidade, cada um dos gráficos ilustra apenas os temas referidos nesse mesmo mês, ou seja, as temáticas que não foram referidas, por exemplo, em agosto, não farão parte do gráfico.

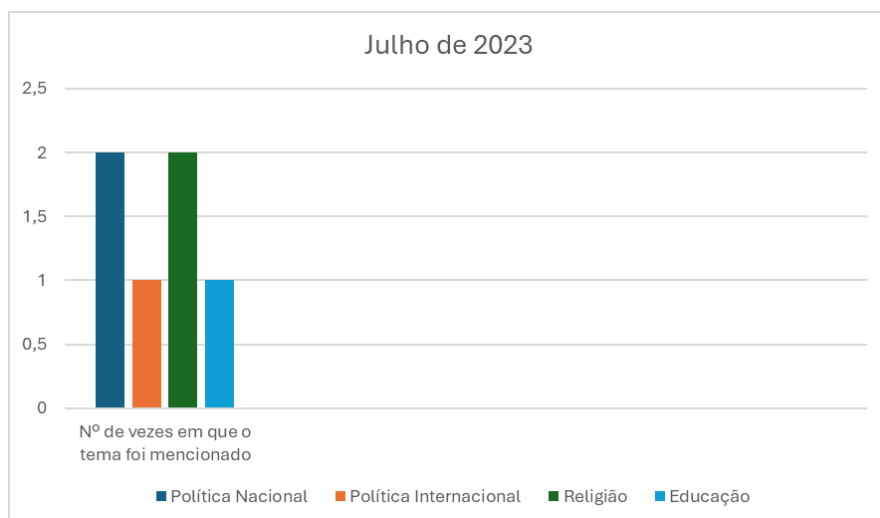


Figura 9: Temas mencionados em julho de 2023.

No mês de julho de 2023 é possível verificar que os temas abordados pelo Prova dos Factos foram relacionados com política nacional, política internacional, religião e educação.

Relativamente à política nacional, esta foi abordada duas vezes ao longo do mês de julho com foco numa polémica com médicos cubanos contratados para o SNS. Por esta altura o Governo português estava ainda a cargo do PS e Manuel Pizarro era o Ministro da Saúde no momento. Toda a polémica surgiu da contratação de 44 médicos cubanos para o Alentejo, Algarve e Lisboa, em 2009, aquando Manuel Pizarro era Secretário de Estado da Saúde, e questionando-se agora os salários dos médicos cubanos à altura. Este tema foi trazido a debate parlamentar pela Iniciativa Liberal, daí o seu carácter político. O tema foi alvo de verificação através das seguintes perguntas: Governo PSD também contratou médicos cubanos para o SNS? e Os médicos cubanos em Portugal só receberam 20% do salário bruto? Questões essas que a Prova dos Factos verificou como verdadeiras.

O tema da religião, esteve no mês de julho, em pé de igualdade com o de política nacional, sobretudo pelo tema que foi bastante abordado nos canais de informação, imprensa, e redes sociais, a Jornada Mundial da Juventude de 2023, que se realizou em Lisboa. As duas publicações são verificações acerca de faturas passadas a peregrinos e datas referentes ao plano de mobilidade da JMJ.

Em último lugar desta tabela, com apenas uma menção ao longo do mês estão a Política Internacional, sobre os motins que se deram na altura em França, pela morte de um rapaz de 17 anos às mãos da polícia, e a educação, acerca dos professores e do Plano de Recuperação de Aprendizagens.

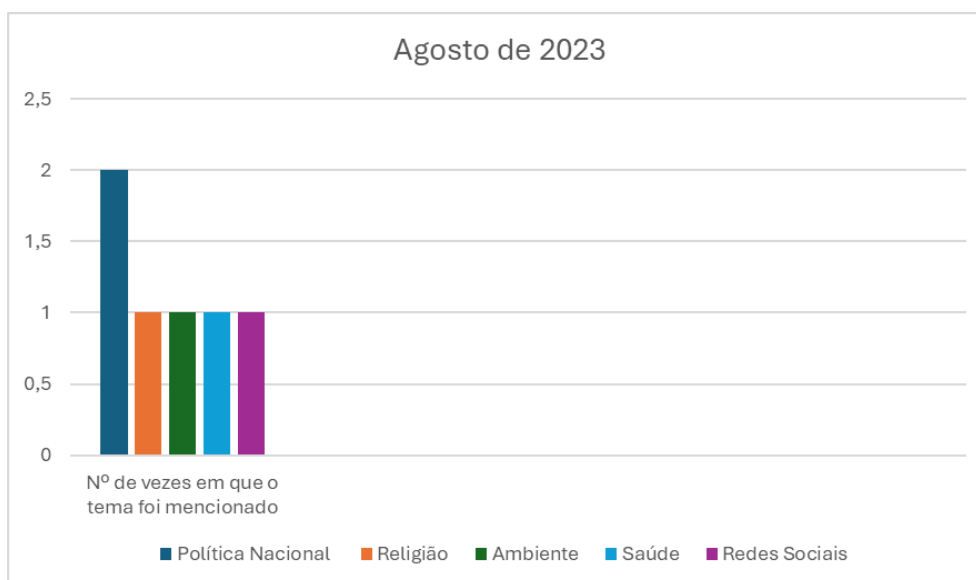


Figura 10: Temas mencionados em agosto de 2023.

Em agosto de 2023, um mês caracterizado pelas férias de verão e de um abrandamento a todos os níveis e setores no país, o tema política nacional foi novamente o mais abordado, um deles com foco para os bombeiros e os fogos rurais, na qual o presidente da Liga dos Bombeiros, apresentou a António Costa, ainda Primeiro-Ministro, a exigir a demissão do Presidente da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, e o pedido de declaração de situação de alerta. A outra publicação relacionada com o tema política nacional é sobre o Partido Chega, por dar uso a grafismos do jornal “PÚBLICO” e da Rádio Renascença para partilhar notícias que não existem, sobre as contas do partido em questão.

A religião foi novamente abordada no mês de agosto sobre os benefícios fiscais em todas as confissões religiosas, com um destaque para as JMJ.

O ambiente é pela primeira vez referido neste mês, com um ato de verificação de um vídeo de Greta Thunberg, ambientalista, que supostamente, e concluiu-se, falsamente, estava a

fazer um apelo ao mundo para ajudar a salvar os bancos, como forma de enfrentar as alterações climáticas.

Relativamente à saúde, este tema foi abordado no âmbito da partilha de mensagens do SNS24 para a atualização de dados, para que os utentes não perdessem os seus médicos de família, situação que foi avaliada como verdadeira.

Por último, a temática das redes sociais sobre a promessa de Donald Trump em não regressar ao X, promessa essa que não foi cumprida pela publicação de um tweet acompanhado por uma foto.

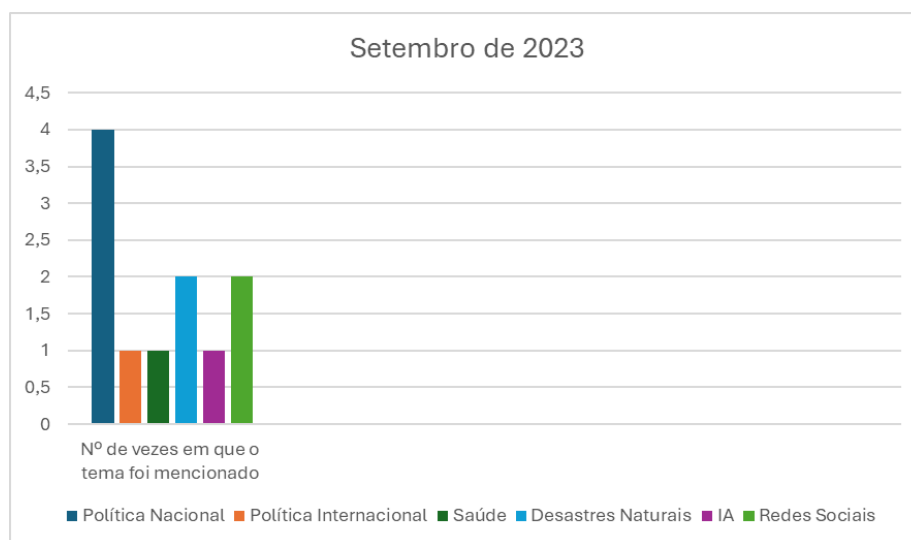


Figura 11: Temas mencionados em setembro de 2023.

Em setembro, novamente destaque para a política nacional como tema mais abordado na Prova dos Factos, neste caso quatro vezes.

A primeira situação é sobre a publicação das Actas do Conselho de Estado, que apenas ficarão disponíveis para consulta em 2056, a segunda publicação é sobre o projeto de lei entregue pelo Secretário-Geral do PCP para aumentar o alojamento para estudantes, principalmente para os deslocados, em terceiro novamente o Chega se ter apropriado de gráficos do “PÚBLICO” e da Rádio Renascença, sendo desta vez a ERC a considerar este ato uma tentativa de credibilização, finalmente em quarto uma afirmação de Carlos Guimarães Pinto,

deputado da Iniciativa Liberal, sobre um projeto do PCP na Avenida Lourenço Peixinho, em Aveiro.

O segundo tema mais abordado, e infelizmente, foram os desastres naturais. Ao longo do mês foram duas vezes referidos pelo Prova dos Factos, em que a causa principal foi sempre a mesma, o sismo em Marrocos, que deixou um enorme rasto de destruição, o que leva à primeira publicação sobre o tema, um vídeo de um prédio a cair em Marraquexe que circulou pela Internet, mas que estava completamente descontextualizado, ou seja, o vídeo era real, mas de dezembro de 2022 e de um prédio em Casablanca. Ainda acerca do sismo em Marrocos, a segunda publicação fala acerca do prédio de propriedade de Cristiano Ronaldo em Marrocos, que supostamente estaria a abrigar vítimas do sismo, algo que foi desmentido, pois apesar do hotel não ser afetado pela catástrofe albergou pessoas sim, mas hóspedes de outros hotéis que sofreram incidentes e pessoas que procuravam alojamento em hotel na cidade.

A par com os desastres naturais em temas mais abordados de setembro estão também as redes sociais com uma publicação acerca de um *deep fake* de Elon Musk sobre como criar um plano de investimento para gerar milhões de euros, e a circulação nas redes sociais de uma promoção de aniversário da *Hot Wheels* de 100 carros a dois euros, falsa, realizada através da colonização do site da *Mattel* e com os contactos da loja da *Toys “r” us* do centro comercial Colombo.

Seguidamente, falou-se, ao mesmo nível, ou seja, apenas uma vez ao longo mês, de política internacional, sobre as emissões de carbono do Reino Unido, a saúde com o tema da menstruação e os seus ciclos, e por fim, a inteligência artificial, com a partilha de uma imagem do ex Ministro da Defesa da Ucrânia num iate, uma imagem descontextualizada, pois apesar de ser real foi tirada e partilhada em 2020, e não em 2023.

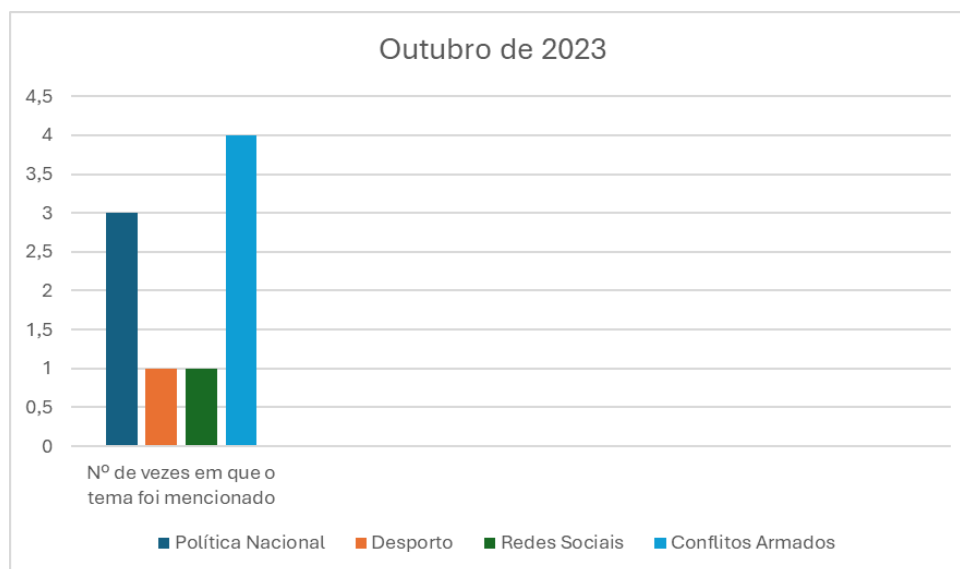


Figura 12: Temas mencionados em outubro de 2023.

Em outubro a política nacional, não foi, pela primeira vez, até ao momento em análise, o tema mais abordado do mês, mas sim os conflitos armados, com quatro publicações, em que três são sobre o conflito do Médio Oriente entre Israel e o Hamas, com imagens desinformativas, dados sobre o número de vítimas do dia 7 de outubro e a partilha de apoios monetários dos EUA, que depois se vieram a verificar como falsos. Ainda sobre conflitos armados, a última publicação do mês é sobre a base dos EUA na Síria sob ataque, uma imagem de 2019.

O segundo tema mais abordado em outubro foi a política nacional, abordado três vezes em questões como a opinião do Bloco de Esquerda sobre o pagamento aos professores, questões relacionadas com a habitação e os gastos da Câmara de Lisboa com o *Web Summit*.

Apenas abordados uma vez ao longo mês de outubro está o desporto com uma publicação sobre o não aproveitamento de alguns dos estádios construídos para o Euro 2004, e as redes sociais com uma publicação acerca de um vídeo partilhado nas redes sociais, como sendo de pessoas a dormir em Gaza, mas que na realidade se tratava de uma imagem da Jornada Mundial da Juventude.

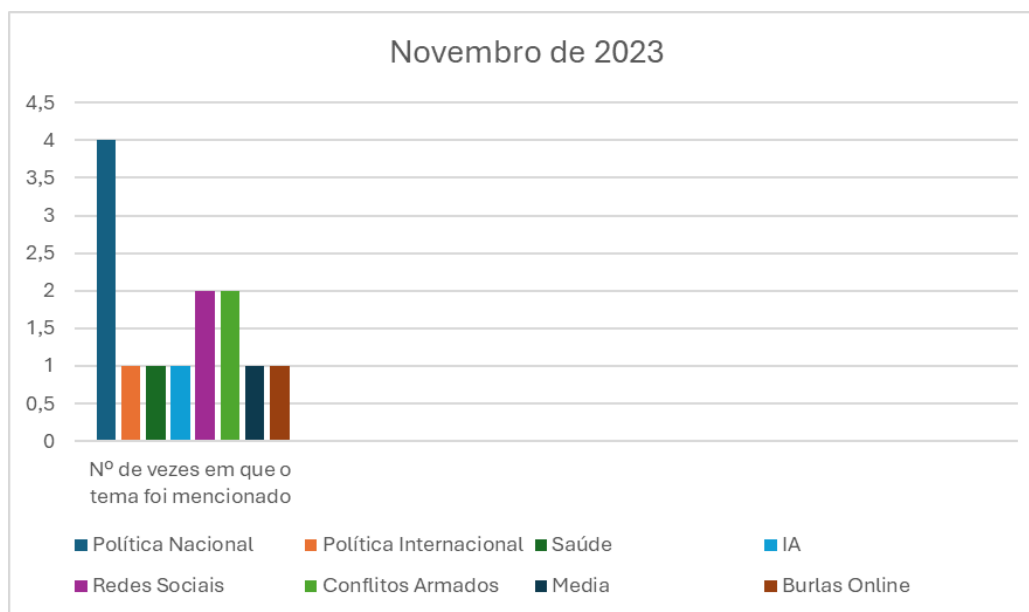


Figura 13: Temas mencionados em novembro de 2023.

O mês de novembro contou com variados temas publicados, especificamente oito.

O tema mais abordado voltou a ser, novamente, a política nacional, mas antes de se abordarem as características das publicações é importante ressaltar que novembro de 2023 foi alvo de um grande e mediático acontecimento em Portugal a nível político, com a demissão do até à altura, Primeiro-Ministro, António Costa, e a consequente queda do Governo socialista, que deixou o país em clima instável e de preparação para eleições antecipadas.

Passando agora à análise da temática política, a primeira abordagem foi sobre o Partido Social Democrata (PSD) e a sua defesa para o Pacto para a Saúde, a seguinte publicação foi realizada no dia 8, dia seguinte à demissão de António Costa na qual é referida uma publicação que circulava na rede social X a afirmar que António Costa não teria sido um dos primeiros-ministros mais votados de sempre, afirmação essa que a Prova dos Factos declarou como falsa. A terceira publicação sobre política está relacionada com troca de opiniões entre Marcelo Rebelo de Sousa e António Costa, aposta a demissão do Primeiro-Ministro, e por último uma publicação sobre a Câmara de Lisboa e a utilização de uma foto de julho de 1975 como se esta fosse da celebração do 25 de novembro de 1975.

Depois da política encontram-se em destaque as redes sociais e os conflitos armados, com duas publicações, respetivamente. Relativamente às redes sociais a Prova dos Factos chama a atenção para os valores recebidos pela empresa Meta pelos anúncios de burlas online que se espalham no Facebook, e que mesmo com o controlo da empresa existem burlas que ficam mesmo depois de denunciadas. A outra publicação é sobre um vídeo que circula nas redes sociais no qual Rio Nilo ficou vermelho, uma imagem que pode ser retirada da Laguna Roja, no Chile.

Quanto aos conflitos armados, ambas as publicações são sobre a Guerra no Médio Oriente entre Israel e o Hamas.

A política internacional foi mencionada apenas uma vez no mês de novembro no âmbito da política espanhola, com uma reunião entre o PSOE e o Junts.

Também a saúde foi mencionada apenas uma vez durante este mês, sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Quanto à IA, a Prova dos Factos chama a atenção para a ameaça das *deep fakes*.

Os media foram também abordados neste mês, no qual se ressalta a importância da verificação dos factos, e de como essa é uma tarefa central do jornalismo.

Por último, as burlas online foram também mencionadas em novembro devido à circulação de mensagens fraudulentas da Autoridade Tributária.

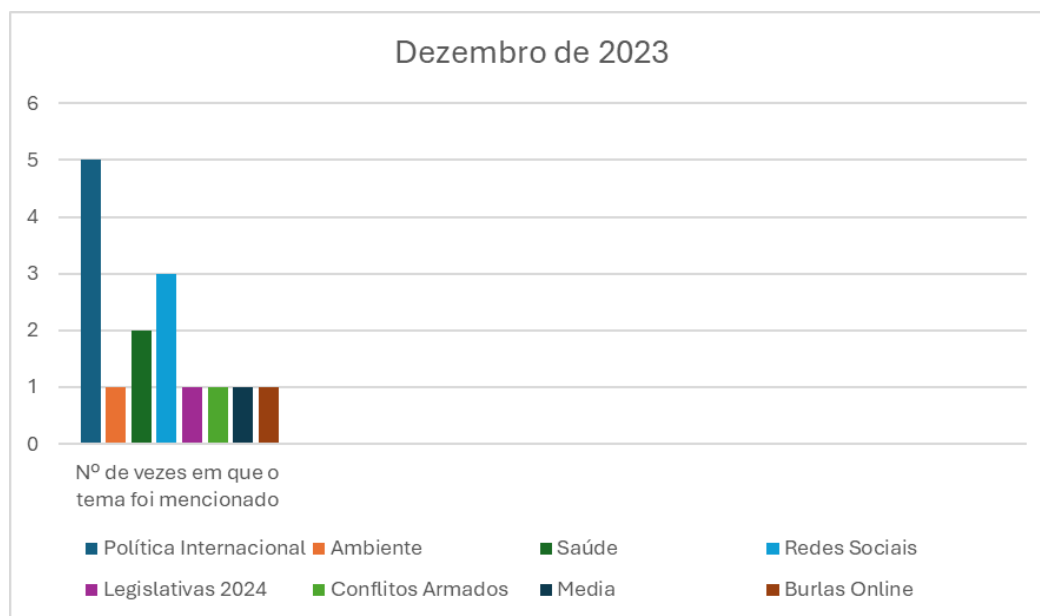


Figura 14: Temas mencionados em dezembro de 2023.

Tal como novembro, dezembro foi um mês preenchido de publicações, com igualmente oito, no total.

Neste caso, o tema mais abordado foi a política internacional, com cinco publicações sobre a Argentina, Venezuela, Estados Unidos da América, processos instaurados em Bruxelas, e questões relativas ao Holocausto.

As redes sociais foram o segundo tema mais abordado neste mês sobre vídeos online, sátiras e combate à desinformação.

A saúde, foi o terceiro tema mais abordado em dezembro, um mês que costuma ser caracterizado pelo caos nas urgências e centros de saúde, mas os temas foram a cólera em Moçambique e a Cruz Vermelha Portuguesa.

O ambiente, os conflitos armados, os media, as burlas online e até as Legislativas de 2024 foram abordados em publicações apenas uma vez.

Em relação ao ambiente é abordado o CO2. No que toca aos conflitos armados, o tema que continua na ordem mediática é o conflito do Médio Oriente.

O tema dos media fala acerca das cinco Provas dos Factos mais lidas em Portugal em 2023.

As burlas online até poderiam ser mais abordadas, dado que é mês de Natal, um mês que se caracteriza por um enorme volume de compras e muito propício a burlas, mas em vez disso a publicação aborda a vulnerabilidade da “Geração Z”, que apesar de ter bastantes conhecimentos a nível digital, são também os mais propícios a esquemas de burlas online.

Por fim, as Legislativas de 2024 é um tema de que já se começa a falar, com um alerta para o risco de desinformação nas eleições de 2024.

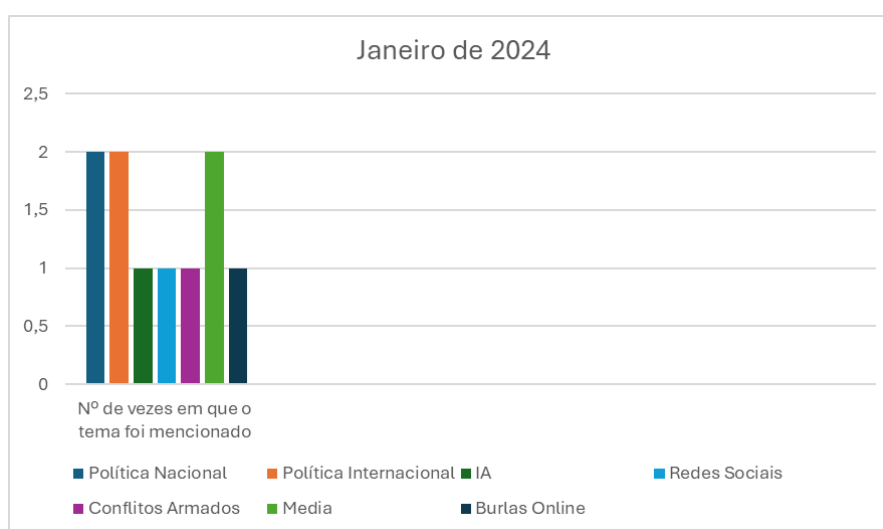


Figura 15: Temas mencionados em janeiro de 2024.

No mês de janeiro de 2024 a política nacional e internacional e os media encontram-se no mesmo nível de publicações, com duas respetivamente.

Relativamente à política nacional foram abordadas as taxas de desemprego aquando o PSD e o CDS estiveram no poder em 2013, e foram também escrutinados alguns factos sobre três afirmações de André Ventura na Convenção do Chega.

Quanto à política internacional são mencionadas propostas da União Europeia e a inflação dos Estados Unidos da América.

Em relação aos media foram feitas publicações no âmbito da difusão de uma imagem de uma pivô israelita com porte de arma, e outra com um alerta para a desinformação nas

eleições de 2024, não só em Portugal, mas também naquele que é considerado o maior ato eleitoral do mundo, as eleições nos Estados Unidos da América.

Os restantes temas abordados, apenas uma vez, foram IA, redes sociais, conflitos armados e burlas online.

Em relação à Inteligência Artificial foi abordado o aumento da dificuldade entre o que é IA ou humano. Nas redes sociais é abordada a rede X e Elon Musk.

A temática dos conflitos armados é, neste mês, caracterizada pelo conflito entre a Ucrânia e a Rússia.

Relativamente às burlas online são abordados e-mails falsos de reembolsos das Finanças.

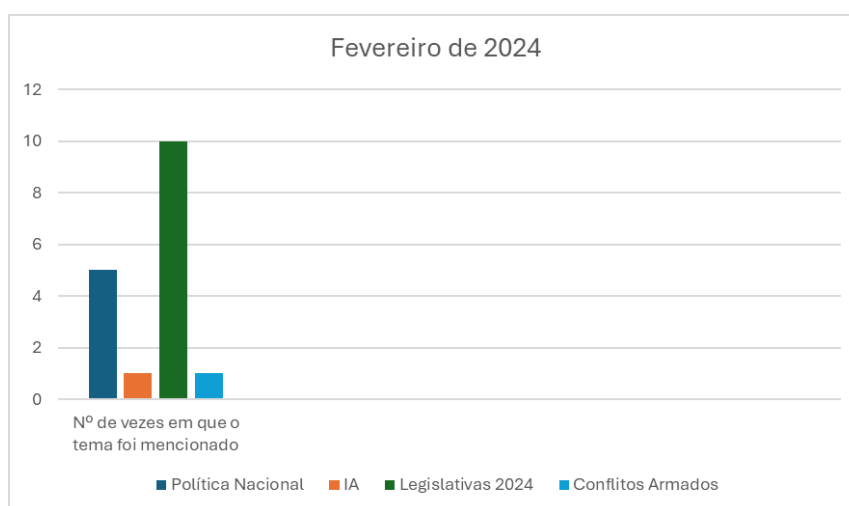


Figura 16: Temas mencionados em fevereiro de 2024.

Em fevereiro de 2024 o tema mais abordado, e talvez o mais abordado de sempre num mês, foram as Legislativas de 2024. O mês de fevereiro antecedeu o mês das eleições legislativas e a Prova dos Factos fez um escrutínio dos debates legislativos, sendo essas as dez publicações do tema.

A política nacional foi o segundo tema mais abordado, mais especificamente cinco vezes, com temas relacionados a afirmações mencionadas pelos candidatos às eleições legislativas.

Os restantes temas abordados no mês de fevereiro foram a Inteligência Artificial sobre escovas de dentes *hackadas*, e os conflitos armados sobre o conflito entre a Ucrânia e a Rússia.



Figura 17: Temas mencionados em março de 2024.

Em março de 2024 apenas foram publicados conteúdos sobre política nacional pelo Prova dos Factos.

Entre as nove publicações apenas uma se trata de uma notícia informativa sobre as mesas de voto. As restantes oito tratam-se de verificações de declarações de personagens de carácter político em ambiente de campanha para eleições legislativas. é de referir que a maior parte das verificações são direccionadas a André Ventura e ao Partido Chega, com afirmações classificadas, maioritariamente, como falsas.

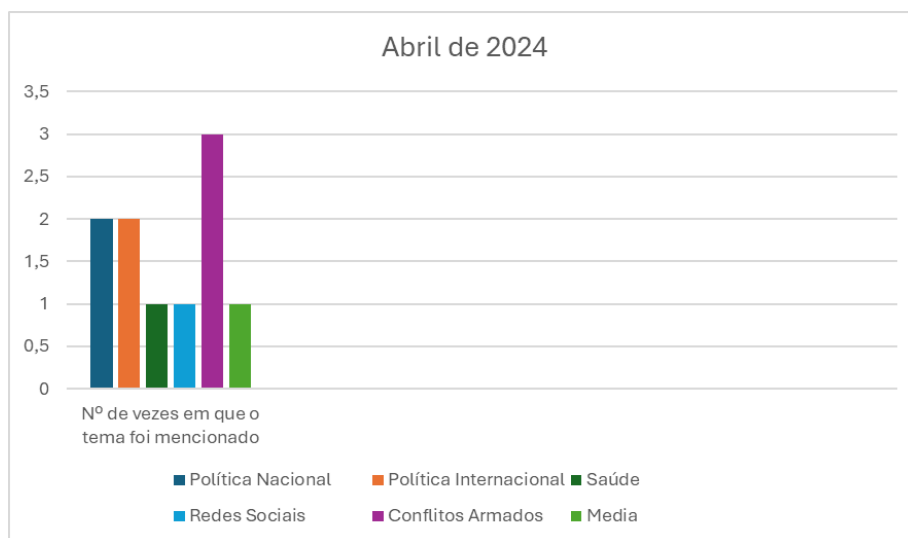


Figura 18: Temas mencionados em abril de 2024.

Em abril de 2024 o tema mais abordado voltou a ser “conflitos armados”, tal como em outubro de 2023 e fevereiro de 2024, em específico sobre o conflito no Médio Oriente e o conflito entre a Ucrânia e a Rússia.

Os seguintes temas mais abordados são a política nacional e internacional. Em relação à política nacional, é mencionado o risco de pobreza em Portugal e a isenção de taxas de IRS em pensões. A nível internacional é mencionada uma rede russa de desinformação e acusações de Trump Jr. a Joe Biden.

Em nível de igualdade na tabela encontram-se a saúde, as redes sociais e os media. Em relação à saúde foi mencionado o tema da interrupção voluntária da gravidez. No que toca às redes sociais a informação é sobre o *TikTok* e a contratação de novos trabalhadores, que não era real. Finalmente, em relação aos media, uma notícia sobre desinformação e o excelente empenho da Europa neste combate, em relação aos EUA.

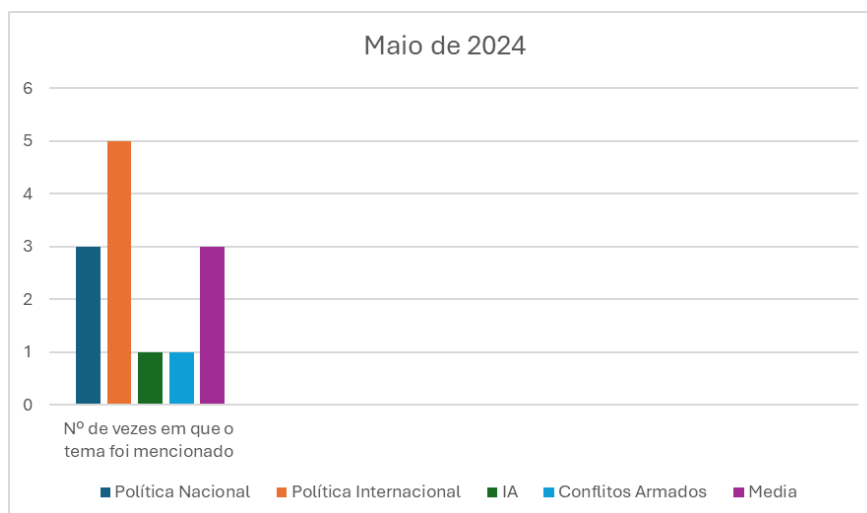


Figura 19: Temas mencionados em maio de 2024.

Em maio o tema mais mencionado foi a política internacional, pois este foi o mês que antecedeu as eleições europeias. Todas as publicações sobre este tema são sobre a Europa e os países europeus.

O segundo tema mais abordado não foi apenas um, mas sim dois, ou seja, política nacional, com abordagens acerca de abolição de portagens, afirmações de André Ventura e uma reflexão de como a ideologia da direita radical funciona eleitoralmente, e media com temas relacionados ao combate à desinformação através da IA e *factcheckers* com vontade de utilizar mais a IA no seu trabalho, e a não desistência da importância da verdade no campo dos media.

Por último são abordados os conflitos armados, sobre o conflito no Médio Oriente e Inteligência Artificial, com a distinção entre desinformação e *fake news*.

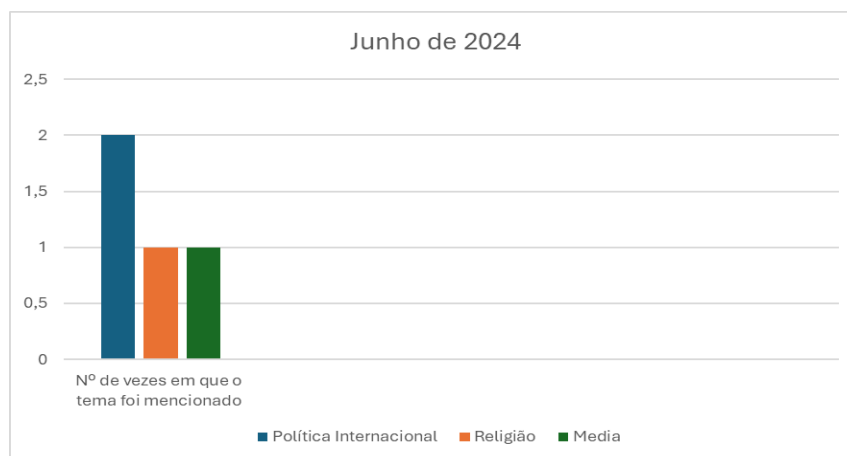


Figura 20: Temas mencionados em junho de 2024.

Em junho de 2024 observa-se uma ligeira diminuição de publicações face aos meses anteriores, provavelmente por se aproximar a época de verão e férias, se bem que o jornalismo nunca pára.

Neste mês o tema mais vezes mencionado foi política internacional acerca da Rússia e a partilha de informação falsa, assim como das Eleições Europeias, e a consequente disseminação de informação falsa.

A religião voltou a integrar as temáticas abordadas, desta vez com a polémica disseminação de um vídeo falso de bispos a circular na Internet.

Os media foram novamente abordados, com a preocupação dos portugueses com a desinformação e os conteúdos gerados por inteligência artificial.

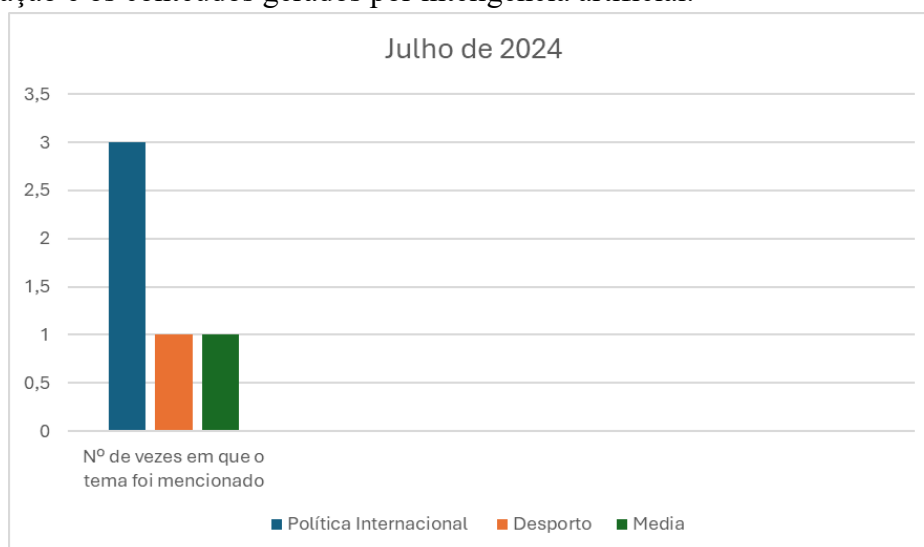


Figura 21: Temas mencionados em julho de 2024.

No mês de julho de 2024, o último mês em análise, o tema mais abordado foi a política internacional, especificamente sobre as eleições legislativas em França, as eleições presidenciais nos EUA, e as eleições presidenciais da Venezuela.

O tema desporto voltou a ser mencionado, depois de tantos meses, com foco para os Jogos Olímpicos de Paris.

Por fim, os media voltaram a ser tema em julho, com um guia para evitar cair em desinformação e em teorias da conspiração.

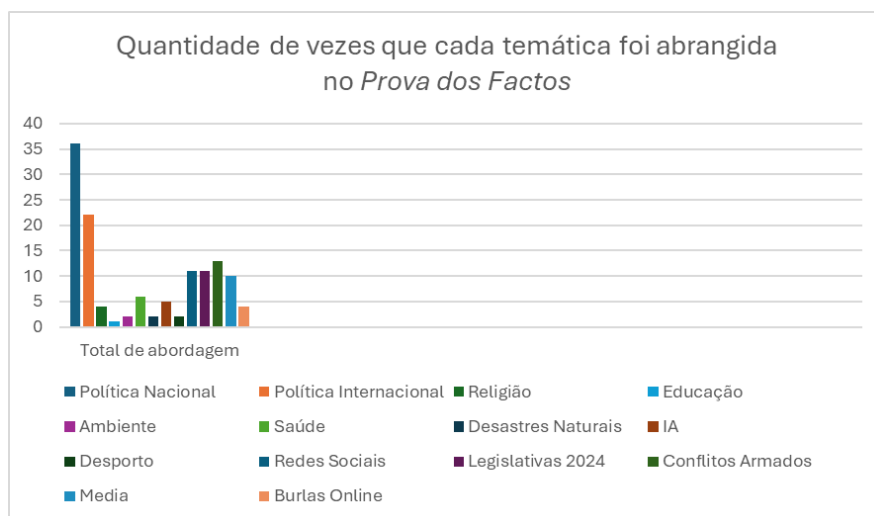


Figura 22: Número de vezes que cada temática foi mencionada na Prova dos Factos.

Depois de analisadas as temáticas mês e mês foi elaborada uma tabela que realiza a síntese de todos esses meses. Ou seja, ao longo da apresentação dos resultados é possível concluir que o tema mais abordado ao longo dos meses foi a política nacional, que se destacou praticamente em todos os meses como o tema mais abordado, exceto em dezembro de 2023, o qual o palco internacional marcou maior presença mediática, e em junho e julho de 2024, que como já referido anteriormente são meses tendenciosamente de férias e de abrandamento de notícias, principalmente de cariz político nacional, pois começam as férias dos políticos. A política nacional conseguiu até um mês dedicada apenas a si mesma, em março de 2024, que se justifica pela campanha eleitoral e pelas Eleições Legislativas de 2024, no qual o jornalismo português se foca ao máximo com debates televisivos e horas de direito de antena, no qual cada partido tem a possibilidade de expor as suas ambições e contribuições para o país.

O segundo tema mais abordado é a política internacional com ênfase para as eleições europeias de 2024, as eleições americanas, as eleições da Argentina e da Venezuela, e também notícias que marcaram o espaço mediático, sobretudo o Europeu.

Pode-se assim concluir que a política, em geral, quer seja ela nacional ou internacional foi o tema mais abordado ao longo dos meses em estudo, seja através de atos de verificação ou por notícias a alertar para desinformação.

O terceiro tema mais abordado, ainda que a uma longa distância da política, foram os conflitos armados, com principal incidência para o conflito do Médio Oriente entre Israel e o Hamas, e também algum espaço dedicado ao conflito europeu entre a Ucrânia e a Rússia, que dura já há mais de 2 anos, enquanto que o conflito do Médio Oriente dura há pouco mais de um ano, e em termos jornalísticos, a questão da temporalidade é importante quando se trata de enfatizar temáticas.

Outros dois temas, que são de chamar à atenção são as Legislativas Portuguesas de 2024, que marcaram o cenário mediático principalmente em março e abril deste ano, e as redes sociais, que, sem surpresa podem-se destacar ainda nos temas mais abordados ao longo dos meses em análise com constantes verificações e notícias sobre desinformação sobre partilhas de imagens e vídeos falsos ou descontextualizados.

O tema menos abordado, e que se revelou uma surpresa foi a educação, pois um dos aspetos que levou a esta linha cronológica foi o término e o início do ano letivo, assim como as constantes greves dos professores e funcionários das escolas que são abordados diariamente no contexto informativo. No entanto, não foi um tema escrutinado pela Prova dos Factos, talvez por existir a necessidade de chamar à atenção a temas baseados na desinformação e que influenciam o pensamento crítico dos cidadãos, como a política, quer seja ela nacional ou internacional.

Depois de apresentadas e discutidas as temáticas abordadas na Prova dos Factos, é altura de apresentar e analisar as escalas de avaliação mês a mês, de forma a ser possível responder às perguntas orientadoras secundárias. Vejamos os seguintes gráficos:

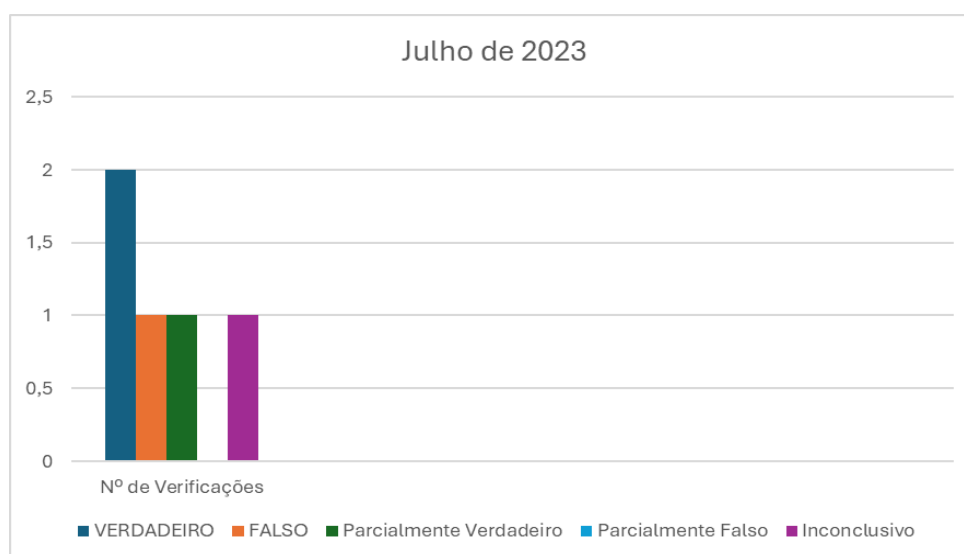


Figura 23: Número de verificações ao longo do mês de julho de 2023.

No mês de julho foram realizados cinco atos de verificação pelo Prova dos Factos, sendo dois deles verdadeiros, e inseridos no tema de política nacional, mais propriamente sobre as declarações de Rui Rocha, deputado da Iniciativa Liberal sobre a contratação de médicos cubanos para o SNS.

A única verificação falsa no mês de julho baseia-se nos motins em França, originados pela morte de um jovem às mãos da polícia, e que levou à circulação de um vídeo na internet de jovens franceses a conduzir uma carrinha, um vídeo descontextualizado, pois trata-se da cena de um filme, de nome *Athena*, lançado em 2022 e disponível na *Netflix*.

A única publicação parcialmente verdadeira verificada é sobre a Jornada Mundial da Juventude de 2023, e sobre o cumprimento do plano de mobilidade no tempo previsto, plano esse que foi prometido ao longo de muitos meses, mas sempre em atraso.

Relativamente à única verificação de resultado inconclusivo, sendo mesmo a única ao longo de todos os meses, esta centra-se sobre a educação, no qual o foco é a perda de mais de 3000 professores para a recuperação de aprendizagens.



Figura 24: Número de verificações ao longo do mês de agosto de 2023.

Durante o mês de agosto de 2023, mês em que o país se encontra um pouco menos ativo devido às férias de verão, foram realizadas 5 verificações, sendo 3 delas verdadeiras, e as restantes 2 falsas.

As 3 verificações verdadeiras, são acerca de três temas distintos: a religião, em que é comprovado que os benefícios fiscais são acessíveis para todas as confissões religiosas; a política, centrada na situação dos incêndios e do pedido do Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses para o Governo colocar Portugal em estado de alerta, de forma a tornar a situação mais favorável para os bombeiros voluntários; e por fim a saúde, em que é comprovado, que sim, o SNS24 estava a pedir aos utentes para atualizarem os seus dados.

Quanto às 2 verificações falsas, estas são sobre ambiente e redes sociais. Em relação ao ambiente a verificação foca-se numa declaração da ambientalista Greta Thunberg, numa entrevista em 2019, na qual afirma que os resgates dos bancos são a prova de que o mundo tem dinheiro para combater as alterações climáticas, uma frase retirada com o objetivo de ser partilhada de forma descontextualizada, pois na entrevista pode-se verificar a ambientalista a falar acerca dos bancos, mas dizendo que se os líderes mundiais podem salvar os bancos, também podem salvar o planeta. Em relação às redes sociais, a verificação é sobre uma afirmação de Donald Trump e a promessa, que não cumpriu, em não regressar ao antigo X.



Figura 25: Número de verificações ao longo do mês de setembro de 2023.

No mês de setembro foram realizadas 11 verificações, sendo 6 delas falsas, 3 verdadeiras e 1 parcialmente verdadeira.

Começando pelas falsas a maior parte trata-se da partilha de imagens e vídeos em redes sociais completamente descontextualizadas, como por exemplo o desabamento de um edifício durante o sismo que ocorreu em Marrocos, e a falsa afirmação de que o Hotel de Cristiano Ronaldo no país estaria a abrigar cidadãos abrangidos pela tragédia, o que não se verificou, pois continuou a abrigar apenas hóspedes deste e outros hotéis.

Uma outra imagem descontextualizada tem como protagonista o ex. Ministro da Defesa da Ucrânia a beber vinho num iate na Turquia, como se fosse em 2023, mas na realidade a fotografia é de 2020.

Além das imagens descontextualizadas foram também alvo de verificação as *deepfakes*, que conseguem recriar a face e a voz de qualquer um e colocar-lhe as afirmações que quiser, neste caso o alvo foi Elon Musk.

Uma outra verificação falsa é acerca de burlas, especificamente sobre uma promoção de aniversário falsa, partilhada online, sobre a oferta de carros da *Hot Wheels*.

Por fim, a última verificação avaliada como falsa foi acerca de saúde, mais concretamente menstruação, através de uma frase que se costuma utilizar com bastante

recorrência, ou seja, que as mulheres que partilham mais tempo juntas sincronizam o seu ciclo menstrual.

Para verificar esta afirmação foram ouvidos dois médicos da especialidade de Ginecologia e Obstetrícia, que afirmam que não há evidência científica que comprove a teoria de que as mulheres sincronizam o ciclo menstrual quando passam muito tempo juntas.

Em relação às verificações verdadeiras estas focam-se em política nacional e internacional. No campo da política nacional é verificada como verdadeira a afirmação de António Costa sobre a disponibilidade de consulta das Actas do Conselho de Estado apenas em 2056, e a afirmação do secretário-geral do PCP acerca das camas disponíveis para alunos universitários. A nível internacional a verificação é sobre a eficácia do Reino Unido, como o país dos G7 que reduziu mais rapidamente as emissões de carbono.

Relativamente à verificação parcialmente verdadeiro, esta é sobre a afirmação de Carlos Guimarães Pinto sobre a enorme probabilidade do PCP ter demolido a sua sede em Aveiro para construir prédios com um custo de meio milhão de euros.

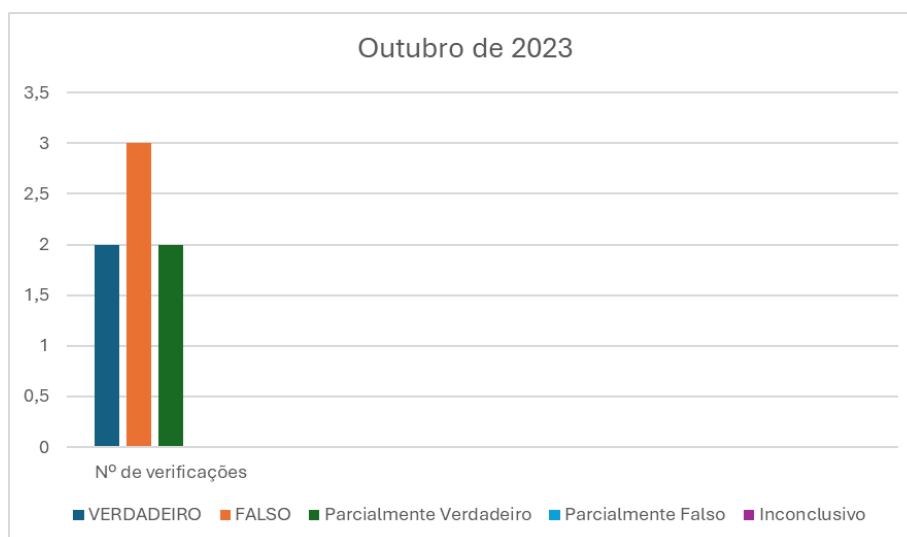


Figura 26: Número de verificações ao longo do mês de outubro de 2023.

No mês de outubro foram realizadas 5 verificações, sendo 3 delas falsas, e 2 verdadeiras e parcialmente verdadeiras, respetivamente.

Relativamente às verificações falsas todas elas acabam por estar relacionadas com conflitos armados. A primeira verificação é sobre a afirmação de um grande apoio monetário dos EUA a Israel, que foi verificado como falso. A segunda verificação é sobre uma imagem real, mas utilizada para descontextualizar nas redes sociais sobre um ataque à base dos EUA na Síria, como de 2023, mas a imagem era de 2019. Por último, também uma imagem descontextualizada, em que foi utilizada uma fotografia de jovens a dormir na Jornada Mundial da Juventude em Portugal, como se fosse em Gaza.

Em relação às verificações verdadeiras, a primeira é sobre uma declaração de Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, sobre o recuo do PSD perante a aprovação da contagem do tempo de serviço dos professores. A segunda refere-se ao primeiro dia do conflito no Médio Oriente, dia 7 de outubro de 2023, em que sim, o ataque do Hamas a Israel foi equivalente a quinze atentados do 11 de setembro.

Relativamente, às verificações parcialmente verdadeiras, estas são referentes a afirmações de António Costa em relação à habitação e a uma afirmação de Carlos Moedas, Presidente da Câmara de Lisboa sobre a *Web Summit*.

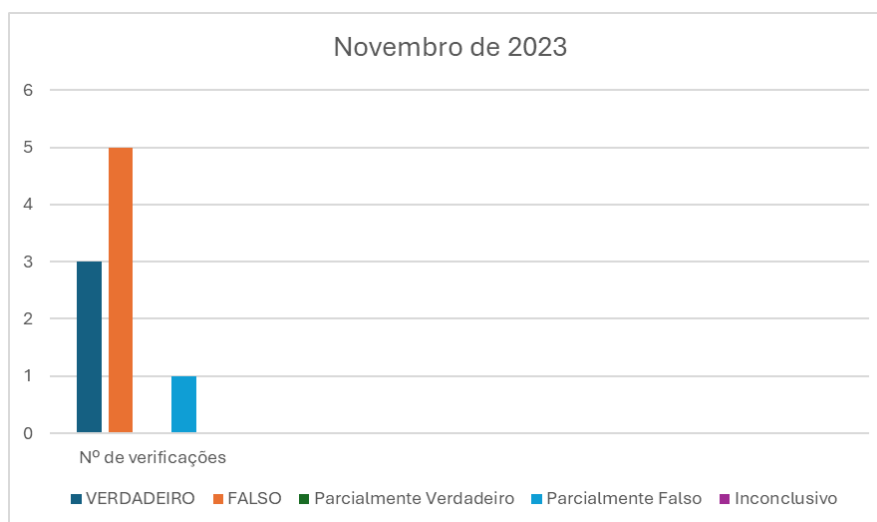


Figura 27: Número de verificações ao longo do mês de novembro de 2023.

No mês de novembro foram realizadas 9 verificações, sendo 5 delas falsas, 3 verdadeiras e 1 parcialmente falsa.

Relativamente às verificações avaliadas como falsas, 2 delas são sobre política nacional, referentes à demissão de António Costa e a troca de palavras com Marcelo Rebelo de Sousa. As restantes 3 verificações baseiam-se em imagens e vídeos descontextualizados, sobre a cor do Rio Nilo, em que na imagem seria, sim um rio no Chile, a imagem de uma suposta escala de reféns do Hamas, que afinal era apenas um calendário com dias da semana, e um vídeo de um rapaz que seria um ator do Hamas a partilhar vídeos online em que se encontrava ferido, mas as imagens são de um rapaz de 16 anos que perdera a perna na visita ao pai num campo de refugiados em julho do mesmo ano.

No que toca às verificações dadas como verdadeiras, duas são acerca de política nacional, mais propriamente sobre o Pacto de Saúde e a partilha de uma imagem errada do 25 de novembro de 2975 pela Câmara Municipal de Lisboa. A última verificação refere-se ao número de abortos legais realizados em Portugal, por opção da mulher.

Em relação à verificação dada como parcialmente falso, esta é sobre a foto de uma reunião do PSOE e do Junts onde se encontrava um quadro sobre o referendo da Catalunha.

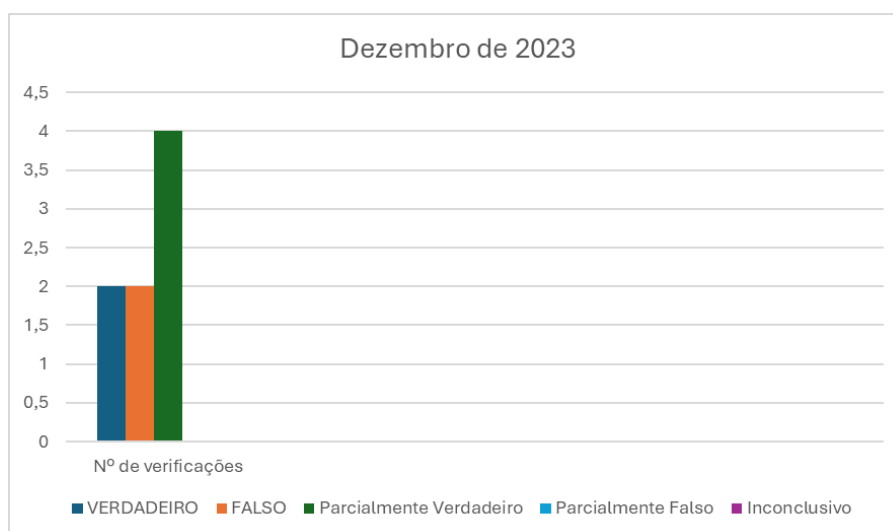


Figura 28: Número de verificações ao longo do mês de dezembro de 2023.

No mês de dezembro foram realizadas 8 verificações, sendo 4 parcialmente verdadeiras, 2 falsas e 2 verdadeiras.

Em relação às verificações de resultado parcialmente verdadeiro, duas delas são sobre Israel, um outro sobre um vídeo do *TikTok* em relação a uma rua francesa que foi construído

através do computador, e finalmente com destaque para o ambiente, uma notícia sobre o CO2 que um cidadão comum produz em relação ao que é produzido pela cantora Taylor Swift.

As duas afirmações consideradas verdadeiras, são ambas acerca de política internacional, a primeira em relação ao Presidente eleito na Argentina, com passado neonazi, e a segunda com informações sobre o Holocausto.

Relativamente às duas verificações dadas como falsas, uma pertence à temática de política internacional, sobre a Venezuela, na qual Maduro utilizou uma foto da Primeira Guerra Mundial, como se esta fosse do bloqueio da costa venezuelana em 1902. A segunda refere-se a partilhas nas redes sociais e burlas, em que supostamente o Aeroporto de Lisboa estaria a vender uma bagagem perdida.

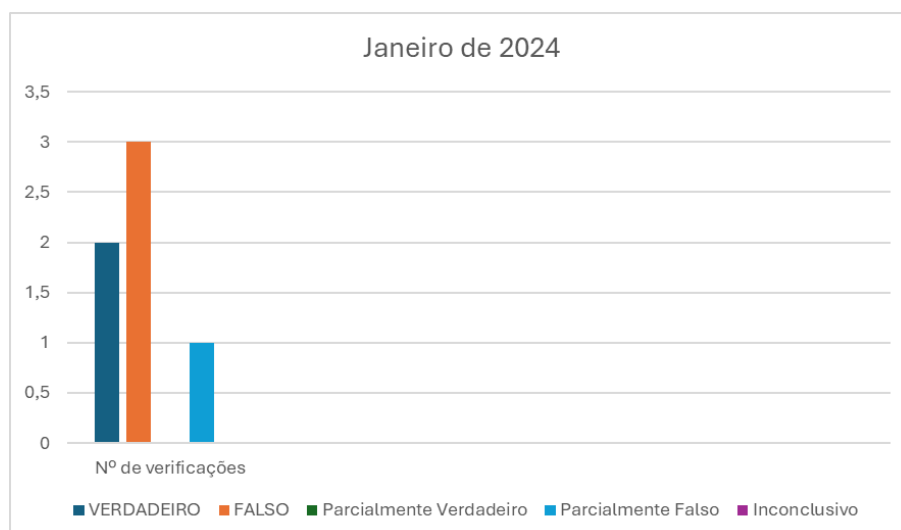


Figura 29: Número de verificações ao longo do mês de janeiro de 2024.

No mês de janeiro foram realizadas 6 verificações, sendo 3 delas dadas como falsas, 2 como verdadeiras, e 1 como parcialmente falsa.

Relativamente às verificações declaradas como falsas, neste mês abordam temáticas distintas, como os objetivos da União Europeia e a redução do impacto ambiental, as redes sociais, especificamente a rede X de Elon Musk, e uma burla online, de um e-mail de reembolso de impostos das Finanças.

As verificações dadas como verdadeiras são sobre uma imagem de uma *pivot* israelita armada e a taxa de desemprego aquando a governação do PSD e CDS.

A verificação avaliada como parcialmente falsa assenta sobre a política internacional, mais concretamente sobre a inflação dos EUA.

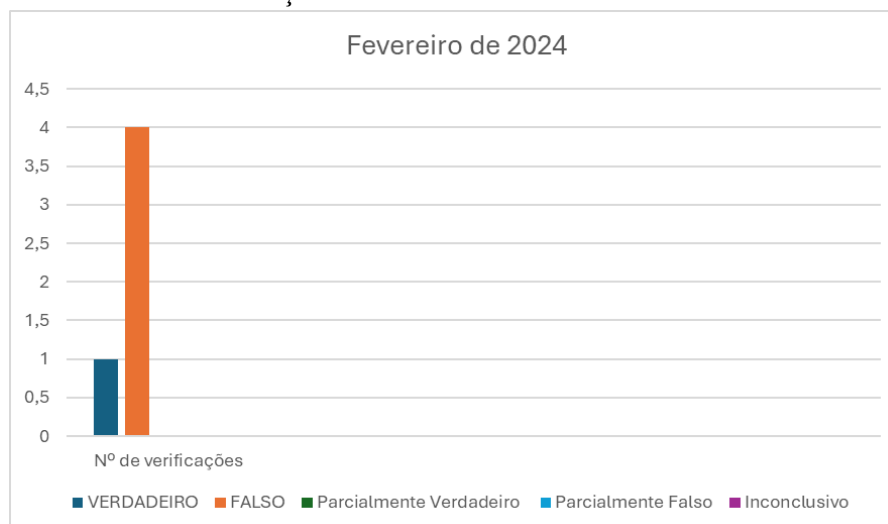


Figura 30: Número de verificações ao longo do mês de fevereiro de 2024.

Em fevereiro de 2024 foram realizadas 5 verificações, sendo 4 delas declaradas como falsas e 1 verdadeira.

Em relação às verificações dadas como falsas, estas falam, sobretudo de política nacional e da campanha eleitoral para as legislativas, enquanto que apenas uma é acerca de milhões de escovas dos dentes supostamente *hackeadas*.

A verificação avaliada como verdadeira, trata-se também de política nacional, mas em comparação com a internacional, ou seja, fala acerca dos rendimentos dos portugueses em relação à média na União Europeia.



Figura 31: Número de verificações ao longo do mês de março de 2024.

No mês de março, mês marcado em Portugal pelas eleições Legislativas, foram realizadas 8 verificações, sendo 7 dadas como falsas e 1 verdadeira.

Começamos a análise pelas verificadas como falsas, sendo que 5 delas corrigem afirmações feitas por André Ventura e o seu partido, Chega. As restantes avaliações decaem sobre os planos de reformas e um protesto contra o Ministro da Educação em 1993.

A única verificação dada como verdadeira no mês de março é de uma afirmação de Pedro Nuno Santos, Secretário-Geral do PS, acerca da diminuição do número de professores entre 2011 e 2015.

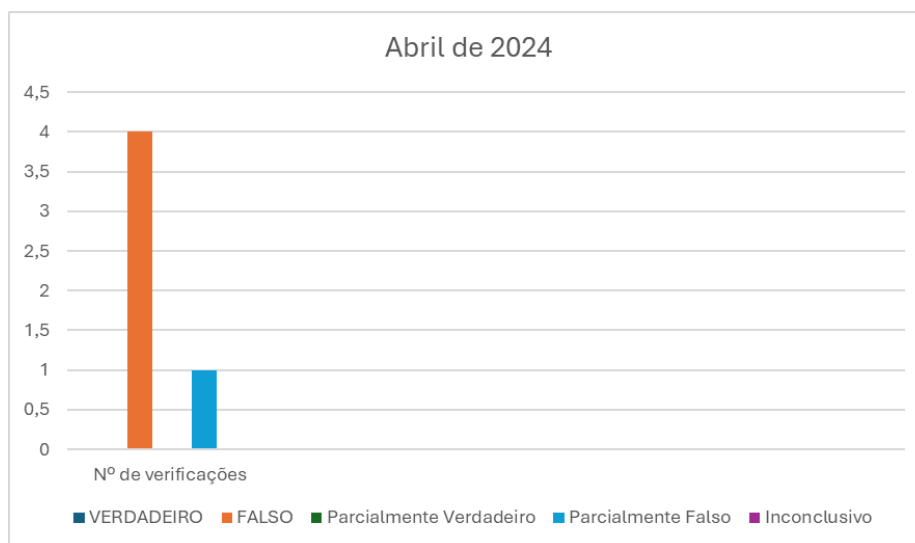


Figura 32: Número de verificações ao longo do mês de abril de 2024.

No mês de abril foram realizadas 5 verificações, 4 delas dadas como falsas e 1 como parcialmente falsa.

As verificações escaladas como falsas abrangem variados temas, entre a interrupção voluntária da gravidez, os planos de pensões, a troca de acusações entre Trump Jr. e Joe Biden, e por fim, a divulgação de um falso panfleto do *McDonalds* que congratulava o exército israelita.

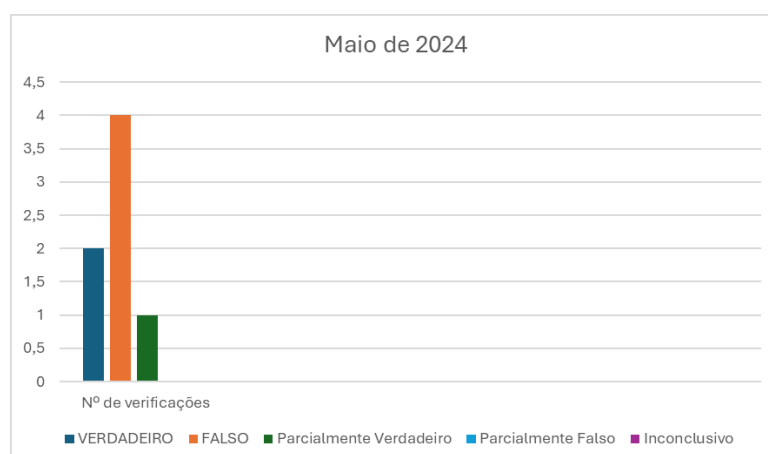


Figura 33: Número de verificações ao longo do mês de maio de 2024.

No mês de maio foram realizadas 7 verificações de informação, sendo 4 delas dadas como falsas, 2 verdadeiras e 1 parcialmente verdadeira.

No que toca às verificações dadas como falsas 3 são acerca de política nacional, mais concretamente acerca de afirmações do deputado André Ventura, que foram confirmadas como falsas. A temática da última verificação dada como falsa é acerca de um vídeo descontextualizado de Gaza.

As verificações avaliadas como verdadeiras fazem referência à política nacional e internacional.

O parcialmente verdadeiro verificado neste mês de maio é acerca da União Europeia, visto que no mês seguinte se realizaram as eleições Europeias.



Figura 34: Número de verificações ao longo do mês de junho de 2024.

No mês de junho não foi realizado qualquer ato de verificação de factos pelo Prova dos Factos, dado que em junho a rubrica publicou apenas notícias sobre o combate à desinformação, tanto em Portugal, como no resto do mundo.



Figura 35: Número de verificações ao longo do mês de julho de 2024

No mês de julho de 2024, o último em análise, foram apenas realizados 4 atos de verificação, todos eles dados como falsos.

Neste caso 3 das verificações são acerca de vídeos e fotografias descontextualizadas, especificamente um vídeo sobre reações às legislativas francesas, no qual consta um do ano de 2022, e uma fotografia com a orelha de Trump intacta, face ao ataque que sofreu na campanha às presidenciais dos EUA, que é de 2022. Por último uma imagem utilizada como protesto da equipa isrealita nos Jogos Olímpicos de Paris em 2024, mas que na realidade é de 2023.

A restante verificação é acerca das eleições presidenciais da Venezuela.

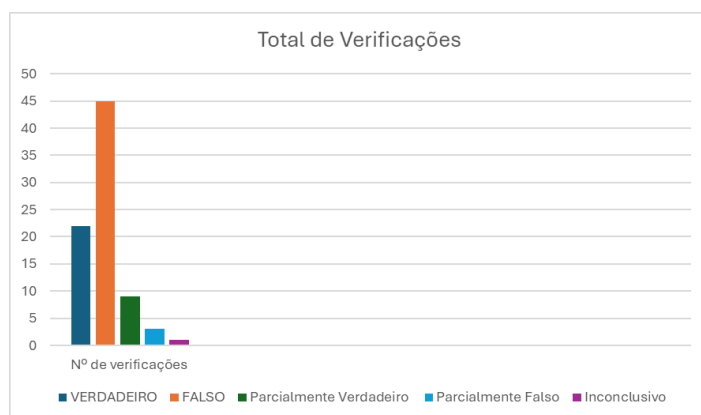


Figura 36: Total de verificações entre julho de 2023 e julho de 2024 na rubrica Prova dos Factos.

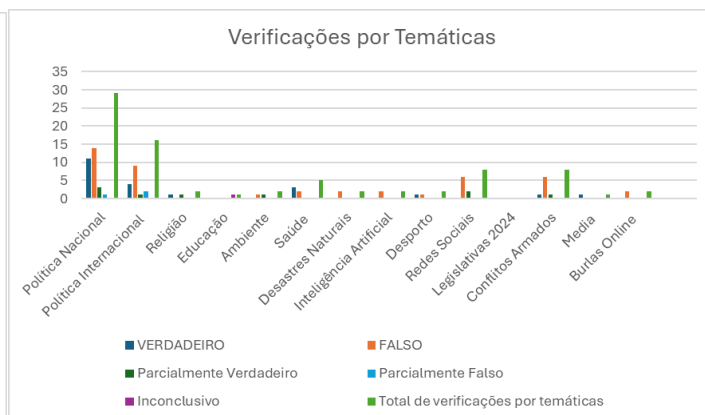


Figura 37: Verificações por temáticas.

Tendo em conta as análises realizadas mês a mês, entre julho de 2023 e julho de 2024, e com base nos dois gráficos acima representados sobre o total de verificações, e o número de verificações por temáticas, estão agora reunidas as condições para proceder à discussão de resultados relacionados com as verificações e respetivas escalas de avaliação.

A escala de avaliação “falso” foi a que mais se destacou ao longo de todos os meses, como a mais utilizada, exceto em julho e agosto de 2023, nos quais a avaliação “verdadeiro” foi superior, e também no mês de dezembro de 2023, no qual a escala “parcialmente verdadeiro”, foi novamente superior. Nos restantes meses, é de destacar a existência de verificações maioritariamente falsas, muitas vezes relacionadas com afirmações falsas ou imagens e vídeos manipulados e descontextualizados que circulam online e fomentam a desinformação.

No total foram avaliadas como falsas 45 verificações, sendo que 14 são relativas à política nacional, sendo, na maior parte das vezes, correções de afirmações utilizadas por André Ventura, Líder partidário do Chega, principalmente em época de campanha eleitoral e pós-eleições legislativas. Também do total de 45 atos de verificação de resultado falso 9 são sobre política internacional, com foco para países da europa, eleições europeias, e eleições nos EUA e países da América do Sul.

Outros dois temas com grande destaque nas verificações falsas foram os conflitos armados e as redes sociais, com 6 correções cada uma. Em relação aos conflitos armados a maior parte das publicações é sobre o conflito no Médio Oriente e pela partilha de falsa informação online, que nos leva às redes sociais com grandes quantidades de imagens e vídeos partilhados que são completamente manipulados e descontextualizados, e que contribuem para uma massiva campanha de *mal -information* com propósitos de causar danos e lesar pessoas e organizações, e que leva à partilha constante da informação por parte dos utilizadores virtuais, muitas vezes inocentemente, espalhando a mentira, ou muitas vezes com toda a certeza que aquela informação é a correta pois vai de encontro aos seus ideais. Além destas situações referir também os casos de desinformação em que não se trata, muitas vezes, de informação

manipulada, mas de informação criada com um propósito muito negativo que gera danos e confusão.

O facto da escala de verificação falso ser maioritariamente referida no âmbito da política nacional, acaba por se destacar como um aspeto grave, pois a política orienta o país e os cidadãos e estas falsidades levantam questões de confiança em relação aos agentes políticos e às próprias práticas políticas e que quebra a confiança na política, tal como refere Natalie Fenton na sua abordagem sobre “Falsa Democracia”.

Por outro lado, a escala de verificação verdadeira é utilizada 22 vezes ao longo ano em análise, quase metade em relação à escala de falso, mas que pode suscitar ainda um pouco de esperança, pelo menos no que toca ao panorama político. A política nacional é também a temática mais abordada pela escala de avaliação verdadeiro, com 11 verificações, o que significa que ainda não está tudo perdido, e que nem tudo o que lemos em relação à política portuguesa é, sobretudo, falso.

A política internacional é a segunda temática mais abordada pela escala verdadeiro, com 4 verificações, relativamente inferior às 9 da escala falso.

Relativamente, à escala de avaliação parcialmente verdadeiro, esta é utilizada 9 vezes, maioria, novamente, para a política nacional, com algumas correções de afirmações de personalidades da política portuguesa. É também utilizada 2 vezes em relação às redes sociais, concretamente às imagens e vídeos partilhados online.

No que toca à escala de avaliação parcialmente falso, esta é utilizada 3 vezes, com maioria para a política internacional. pela primeira vez, a temática da política nacional não se encontra no pódio das verificações.

Por último, a escala de avaliação inconclusivo, na qual ao longo de toda a análise foi utilizada apenas 1 vez, e sobre o tema educação, que é surpreendentemente a temática menos abordada de todas, apesar das sucessivas greves dos professores e funcionários de escolas.

Estas verificações são importantíssimas no espaço público, pois é graças a elas que conseguimos ainda distinguir aquilo que é boa informação, aquilo que são falsas declarações, imagens e vídeos manipulados, burlas online... Todos estes temas estão na ordem do dia e são

parte de diversos diálogos entre os cidadãos, e aquilo que se lê ou vê pode influenciar, e muito a perspetiva sobre um tema ou uma pessoa, e sobretudo o pensamento crítico do próprio cidadão, que molda de certa forma a nossa personalidade e a pessoa que somos em sociedade.

O *fact-checking* detém este importante papel de prestar o seu melhor serviço em relação à informação partilhada e recebida, e a Prova dos Factos distingue-se por esse excelente trabalho, e pela tentativa de alertas a situações de desinformação, com a publicação de notícias sobre desordens informativas, que estão expostas no seguinte gráfico.

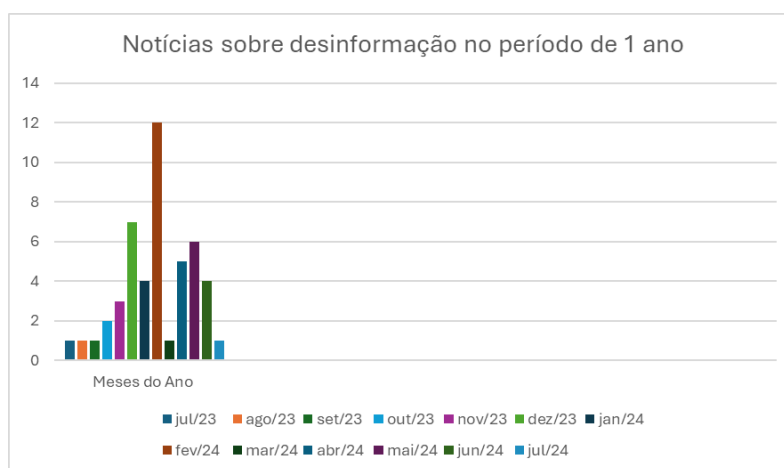


Figura 38: Notícias sobre desinformação em Portugal, entre julho de 2023 e julho de 2024.

A rubrica do Prova dos Factos, além de realizar o seu trabalho de fact-checking, partilha também com os leitores notícias sobre desinformação, para alertar os cidadãos sobre este problema do quotidiano.

Através deste gráfico é possível verificar quantas notícias acerca de desinformação foram partilhadas em cada um dos meses em análise, ou seja, de julho de 2023 a julho de 2024.

O mês que se destaca por esta partilha de informação, é o mês de fevereiro, que se caracterizou pelos debates para as eleições legislativas portuguesas. O Prova dos Factos, durante todo o mês de fevereiro, elaborou um trabalho de escrutínio sobre este mesmo tema, para que as eleições portuguesas não ficassem marcadas por campanhas desinformativas, como acontece muitas vezes, a nível internacional.

Apresentam-se alguns exemplos de notícias sobre desinformação partilhadas pelo Prova dos Factos:

- **Contas do Chega clonam jornais para partilhar informação falsa nas redes sociais**

Este é um dos exemplos de partilha de alertas de desinformação sobre política nacional, em concreto sobre o partido político, Chega.

O esquema de clonagem de informação sobre o Chega nos jornais é desmontado ao longo da notícia, com referência a partilhas de supostas manchetes informativas de jornais como o “PÚBLICO” nas redes sociais, em especial na rede social X.



Figura 39: Partilha de informação falsa pelo partido “Chega”.

- **Terror e imagens violentas aceleram desinformação na guerra entre Israel e o Hamas**

Nesta notícia sobre a imagens desinformativas acerca do conflito no Médio Oriente são divulgados uma série de relatos de imagens antigas, vídeos igualmente antigos e com traduções erradas, e até imagens de videojogos, o que dificulta a perceção do que é real neste conflito, que é tão mediático no quotidiano.



Figura 40: Imagens desinformativas sobre o conflito no Médio Oriente.

- **“Metade dos jovens em Portugal não ganha mil euros”? — os factos da segunda noite de debates**

Esta foi uma das publicações dedicadas aos debates das Legislativas de 2024, pelo Prova dos Factos, como notícias sobre desinformação.

Neste caso, a notícia fala-nos sobre o debate em geral, e realça frases mencionadas pelos atores políticos ao longo dos debates. Ao longo da notícia as afirmações vão sendo assinaladas como verdadeiras e falsas, através do símbolo de um certo e de errado, como é possível verificar nas seguintes imagens:

António Costa tinha mesmo prometido habitação condigna para todos em 2024. E sim, houve mais de um milhão de pedidos de asilo na UE no ano passado. Mas, em Novembro, 860 mil estavam pendentes.

Fernando Costa
7 de Fevereiro de 2024, 10:43 (atualizado a 7 de Fevereiro de 2024, 13:27)



Debate entre Mariana Mortágua e Luís

Figura 41: Debate para as eleições legislativas de 2024.

Na figura 42 é possível verificar um exemplo de uma afirmação considerada correta pelo Prova dos Factos.

≡ **P** Assinar

portugueses recebiam abaixo de mil euros.

✓ “[Os governos socialistas] prometeram que nos 50 anos do 25 de Abril iríamos ter habitação condigna para todos os portugueses” – Luís Montenegro

Ainda na troca de ideias sobre a habitação, apontando o dedo ao BE pelos anos de Governo socialista apoiado pelos bloquistas, Luís Montenegro recuperou uma alegada promessa do PS de que no 50.º aniversário do 25 de Abril haveria “habitação condigna para todos os portugueses”.

Figura 42: Exemplo de verificação de uma afirmação como correta.

Na figura 43 é possível verificar um exemplo de uma afirmação considerada incorreta pelo Prova dos Factos.

Na União Europeia há, detalha o [Eurostat](#), cerca de 448 milhões de habitantes. Se todos os pedidos de asilo de 2023 fossem aceites, a população da UE aumentaria 0,2%.

✗ “Praticamente metade dos países europeus tem governos liberais” – Rui Rocha

Rui Rocha, durante o debate com André Ventura, afirmou que mais ou menos metade dos governos europeus é liberal e que pôs em prática “soluções que trouxeram crescimento económico”.

Figura 43: Exemplo de verificação de uma afirmação como incorreta.

Este aspeto diferencial, em dar a conhecer informações e notícias importantes sobre desordens informativas, enriquece o Prova dos Factos em relação aos restantes *fact-checking* portugueses, pela cada vez maior, insistência em quebrar bolhas desinformativas.

São todas estas características que fazem dele um excelente Estudo de Caso para esta dissertação de mestrado e que foi finalmente mencionado num trabalho académico.

6.2. Considerações Finais

Segundo os dados analisados, a forma como a Prova dos Factos do Jornal “PÚBLICO” contribui para a ordem informativa no espaço público discursivo sucede através de diversos aspetos: i) desmistificação de desinformação e informação falsificada; ii) promoção da transparência e ensaiando cultivar uma cultura da responsabilidade; iii) educação para a literacia mediática, visto que ao apresentar os resultados da verificação de factos de forma acessível e compreensível, o “PÚBLICO” ajuda os leitores a desenvolver uma mentalidade crítica em

relação ao consumo de informação; iv) fortalecimento da confiança na imprensa: uma vez que, ao se reforçar o compromisso com a precisão e a veracidade nas notícias fortalece-se a confiança do público nos meios de comunicação; vi) estímulo ao debate público; vii) fomenta o pensamento crítico, pois, em vez de simplesmente consumir informações, os leitores são levados a pensar criticamente sobre os factos apresentados e a refletir sobre a verdade por trás das narrativas.

Por um lado, o trabalho recorrente de verificação da informação da Prova dos Factos contribui para a ordem informativa por evidenciar aos cidadãos as afirmações falsas, desmistificando imagens manipuladas e vídeos descontextualizados e inventados, numa sociedade completamente inundada pelo digital e virtual, no qual tudo o que se encontra online reivindica o lugar de real ou a resposta a todos os problemas. A Prova dos Factos, com o seu trabalho, mostra precisamente o contrário, que o jornalismo é a base da verdade, a base da democracia e daquilo que se partilha no espaço público discursivo e que exercita o nosso pensamento crítico.

As redes sociais e a Internet, pelo contrário, limitam o pensamento crítico, pois aparentam apresentar-nos tudo como verdadeiro de forma rápida, eficaz e correta, com soluções para todas as dúvidas, seja qual for a fonte, seja qual for o ano, ou a forma discursiva. É também através dela que a Inteligência Artificial se fortalece, com as enormes quantidades de algoritmos que decidem quais as pesquisas a fazer, com a quantidade de *bots* que comunicam com os cidadãos como se fossem um igual, e amplificando a quantidade de *deepfakes*, fazendo acreditar que alguém fez ou afirmou certa situação. Estamos, assim, numa sociedade de pós-verdade alimentada pela falsa informação e onde o jornalismo, para se fortalecer — como é o caso da Prova dos Factos — ao verificar declarações feitas por figuras públicas, partidos políticos, e até cidadãos, ensaia contribuir para a redução da desinformação no espaço público. Prova dos Factos leva a que todos os cidadãos tenham conhecimento dos perigos da desinformação e das constantes ameaças ao espaço público discursivo. Numa democracia de pleno exercício não existiriam desordens informativas, em que é comum distorcer e manipular informações, afirmações, vídeos e até imagens com o objetivo de causar o pânico, de ferir suscetibilidades e colocar em causa o bom nome de alguém. Esse é um dos aspetos pelos quais Natalie Fenton

(2018) defende que vivemos em “falsa democracia”, uma democracia em que as empresas detêm canais de informação, em que a confiança na política e no jornalismo é cada vez menor, tal como foi possível constatar ao longo desta dissertação, principalmente através dos vários gráficos sobre confiança em jornalismo do *Digital News Report 2024*, e compreender, também, através dos gráficos de verificação do prova dos Factos, no qual o tema destacado em maior número como falso foi o de política nacional, seguido da política internacional. Foi, igualmente, através dos gráficos do *Digital News Report 2024*, que foi possível constatar a grande dificuldade dos portugueses em distinguir o que é informação real e informação que não é real, principalmente nas redes sociais, com um grande destaque para a rede social X. Toda essa questão acaba por ser contraditória, pois a partir desses gráficos é igualmente perceptível que maioria dos cidadãos consulta notícias online, mas, no entanto, e de um ponto de vista positivo mantém a confiança nos canais de informação que fazem parte do seu quotidiano desde sempre, como a RTP, SIC, Jornal Notícias, “PÚBLICO”, “Expresso”, etc.

É através da Prova dos Factos que se compreende a necessidade da análise de toda a informação que circula entre nós, todos os dias, evidenciando a necessidade de verificar fontes e validar informação, de contextualizá-la para que seja mais inteligível o que está em causa, promovendo a qualidade informativa e a qualidade de construção social da realidade das pessoas. A Prova dos Factos também evidencia que nem tudo são erros, por mais extraordinário que possa parecer, levando à suspeição, como foi o caso da afirmação de António Costa sobre os documentos do Conselho de Estado apenas ficarem disponíveis para consulta em 2056, afirmação que se veio a constatar como verdadeira.

Continua a existir informação verdadeira, que é sempre o seu propósito, a verdade dos factos. Através da Prova dos Factos, é possível compreender também que, por vezes algumas informações têm pequenos erros ou acabam por estar descontextualizadas, mas todos esses são fatores que os cidadãos e os leitores devem estar atentos para preservar o espaço público discursivo, tão necessário para a cultura da participação e para o exercício do pensamento crítico a nível individual e coletivo.

E não é só através das suas verificações que a *Prova dos Factos* controla e dá a conhecer estas bolhas informativas, mas também através da sua enorme particularidade de divulgação de notícias e conteúdo sobre desinformação, que pode colocar qualquer cidadão a

par da importância deste tema e dos perigos da desinformação. Muitos tentam ignorar, e até mesmo desprezar a mediatização dada ao tema da desinformação, mas a realidade é que esta traz muitos perigos, sob os quais devem estar alertas.

Ao longo da discussão dos resultados foi perceptível que muitas das notícias sobre desinformação e verificações se tratavam de afirmações do atual líder do partido Chega, o qual divulga informação ora imprecisa, ora, através de imagens e informações descontextualizadas, e esse não deve ser o exemplo da política para combater a desinformação. Aliás, esse exercício acaba por dividir os cidadãos e contribuir para este agudizar das desordens informativas, e resulta numa diminuição da confiança no jornalismo e na democracia.

A Prova dos Factos, através da análise que foi encetada nesta dissertação, tem um papel relevante na defesa do jornalismo e na tentativa de cultivar uma cultura da responsabilidade, com informações corretas, informações corrigidas e dados importantes, focando-se na partilha da verdade, pilar basilar do jornalismo e da democracia. Nesse sentido, poderá configurar-se como uma boa prática jornalística oferecendo aos leitores-cidadãos uma alternativa exemplar do bom funcionamento da ordem informativa.

É necessário fomentar o espaço público discursivo, fomentar o pensamento crítico e realizar debates em que não existem ideias fixas do que é certo ou errado, algo que começou a ser deixado para trás. A partilha de informações e pontos de vista, e aceitação dos mesmos é que permite também um bom funcionamento do espaço público discursivo, e consequentemente da ordem informativa.

Com efeito, a *Prova dos Factos* do jornal “PÚBLICO” desempenha um papel fundamental na ordem informativa ao aplicar uma metodologia rigorosa de *fact-checking* (verificação de factos), contribuindo assim para a promoção da literacia mediática e para a educação dos leitores em relação à credibilidade da informação que consomem.

7. Conclusões

Através desta dissertação foi possível demonstrar de que forma a rubrica *Prova dos Factos* contribui para a ordem informativa na arena discursiva, sobretudo no que diz respeito aos temas abordados, discursos escrutinados e metodologia de análise, onde os temas preponderantes, entre julho de 2023 e julho de 2024 foram os de política nacional e política internacional. Além destes, ficou evidente que, nesse mesmo período, os temas mais abordados foram conflitos armados com ênfase para o Médio Oriente, redes sociais, com a partilha sucessiva de conteúdos descontextualizados e manipulados, como por exemplo a partilha de imagens na rede social X, e ainda as eleições Legislativas portuguesas de 2024, com uma enorme cobertura dos debates televisivos entre os partidos com assento parlamentar e, por fim, os media, através da partilha de informação e alertas para os problemas da desinformação.

A elaboração desta dissertação contribuiu, igualmente, para destacar a importância do *fact-checking* como disciplina de verificação de informação e contrapor a ideia de que este trabalho consiste em corrigir notícias elaboradas por jornalistas. Através de toda a pesquisa bibliográfica e exploração de gráficos, é possível inferir que este trabalho jornalístico não consiste em corrigir o jornalismo, mas verificar e retificar as afirmações que circulam no espaço público discursivo, muitas das vezes por parte de intervenientes com algum destaque, como figuras públicas, e que podem prestar dados errados e, ou, imprecisos. Sendo o jornalista um *watchdog* da democracia, além de produzir as notícias que circulam diariamente e chegam até aos cidadãos, deve, também, garantir que não são transmitidas ideias ou afirmações equivocadas ou distorcidas.

Todo este trabalho de intervenção jornalística e verificação é ainda mais amplificado através do meio digital, como é possível constatar ao longo desta dissertação. Não excluindo todas as vantagens, o ecossistema digital da web apresenta-se como um espaço para circulação de informação manipulada, gerando uma cadeia desinformativa e lesando, assim, a democracia e a verdade, criando desordem. No que toca a esse aspeto acabam por ser ainda, relativamente, escassas as soluções para combater esta tendência da partilha fácil sobre todo o tipo de conteúdo, sem este ser escrutinado. Projetos de *fact checking* como a Prova dos Factos, tal como

aborda esta dissertação, inserem-se na linha da prestação de um serviço público não só de verificação, mas de promoção da literacia dos media e do jornalismo, apresentam-se como relevantes para a promoção da ordem informativa.

No que a limitações diz respeito, esta dissertação centra-se num limite temporal, de apenas um ano, necessitando por isso de uma continuidade, com alguns aprofundamentos e melhorias em relação a temáticas como a inteligência artificial e as suas implicações na desinformação, e descoberta de mais resultados relativamente às publicações de notícias sobre desinformação.

Ainda assim, considera-se que o intervalo de análise com 128 textos acabou por conferir respostas valiosas e insights relevantes sobre tendências temáticas e o *modus operandi* na rubrica *Prova dos Factos* do jornal “PÚBLICO”.

Em matéria, de pesquisas futuras, seria pertinente não só realizar um estudo comparado entre outros meios de *fact-checking* em Portugal, no mesmo período temporal, como também abordar o *fact-checking* em Países de Língua Oficial Portuguesa. A rubrica *Prova dos Factos* do jornal “PÚBLICO”, através das suas técnicas de verificação, da produção de informação exclusiva sobre desinformação e de como contrariar quer as bolhas informativas e as desordens informativas que dominam a informação no quotidiano, tem contribuído para a ordem informativa no espaço público, a promoção da informação de confiança, e sobretudo, para a formação dos leitores-cidadãos, instigando a que valorizem a importância da informação e o perigo da desinformação, para promover uma democracia de maior confiança.

8. Bibliografia

Alemão, S. (2023, 27 de outubro). *Câmara de Lisboa vai gastar menos com a Web Summit “se houver menos gente”?* PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/10/27/local/noticia/camara-lisboa-vai-gastar-menos-websummit-menos-gente-2068161>

Alhinho, L. (2023, 16 de novembro). *O Nilo não ficou vermelho. Vídeo viral pode ter sido gravado no Chile.* PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/11/16/azul/noticia/nilo-nao-ficouvermelho-video-viral-gravado-chile-2070474>

Alvarez, L. (2023, 7 de novembro). *Maria Helena Sousa: “A verificação dos factos é a tarefa central do jornalismo”.* PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/11/07/sociedade/noticia/maria-helena-sousa-verificacao-factostarefa-central-jornalismo-2069230>

Alves, R. (2006). *Jornalismo digital: Dez anos de web... e a revolução continua.* *Comunicação e Sociedade*, 10(93)

Amado, C. (2024, 22 de maio). *O Chega “nunca fez um discurso contra imigrantes”?* *Dez exemplos em contrário.* PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/05/22/politica/noticia/chegafez-discurso-imigrantes-dez-exemplos-contrario-2091460>

Baltarejo, B. (2023, 28 de setembro). *As mulheres sincronizam o ciclo menstrual quando passam muito tempo juntas?* PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/09/28/p3/noticia/mulheres-sincronizam-ciclo-menstrual-passamtempo-juntas-2064663>

Barbosa, S. (2006). *Jornalismo digital e a informação de proximidade: o caso dos portais regionais, com estudo sobre o UAI e o iBahia.*

Barbosa, S. (2006). *O que é o jornalismo digital em bases de dados.*

Belton, C. (2024, 22 de fevereiro). *A campanha de desinformação que o Kremlin montou contra Zelensky*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/02/22/mundo/noticia/campanhadesinformacao-kremlin-montou-zelensky-2081148>

Belton, C., & Menn, J. (2024, 9 de abril). *Trolls russos tentam condicionar apoio norteamericano à Ucrânia, mostram documentos do Kremlin*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/04/09/mundo/noticia/trolls-russos-tentam-condicionar-apoionorteamericano-ucrania-mostram-documentos-kremlin-2086393>

Belton, C., & Mekhennet, S. (2024, 4 de junho). *Como a Rússia usou os partidos populistas para espalhar desinformação na Europa*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/06/04/mundo/noticia/russia-usou-partidos-populistas-espalhardesinformacao-europa-2092725>

Cádima, F., Martins, L., & Silva, M. (2016). Os media e o pluralismo em Portugal. In *Liberdade de expressão: Atualidades* (pp. 99–115). Escola de Comunicações e Artes da USP.

Cappelle, M., Gonçalves, C., & Melo, M. (2011). Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 5(1).

<http://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/251/248>

Carmo, D. (2023, 21 de julho). *Escolas vão perder mais de três mil professores para a recuperação de aprendizagens?* PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/07/21/sociedade/noticia/escolas-vao-perder-tres-mil-professoresrecuperacao-aprendizagens-2057679>

Código deontológico – sindicato dos jornalistas. (s.d.). Sindicato dos Jornalistas – Sindicato dos Jornalistas. <https://jornalistas.eu/codigo-deontologico/>

Costa, F. (2023a, 13 de setembro). *Video partilhado na Internet mostra prédio a desabar depois do sismo em Marrocos?* PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/09/13/mundo/noticia/video-partilhado-internet-mostra-prediodesabar-sismo-marrocos-2063194>

Costa, F. (2023b, 22 de setembro). *Promoção de aniversário da Hot Wheels — 100 carros a dois euros — é uma burla*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/09/22/economia/noticia/promocao-aniversario-hot-wheels-100carros-dois-euros-burla-2064275>

Costa, F. (2023c, 26 de outubro). *Imagem viral não mostra ataque a base do EUA na síria. imagem é de 2019*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/10/26/mundo/noticia/imagenviral-nao-mostra-ataque-base-eua-siria-imagem-2019-2068079>

Costa, F. (2023d, 1 de novembro). *Meta recebe dinheiro com anúncios patrocinados de burlas que inundam o Facebook*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/11/01/tecnologia/noticia/meta-recebe-dinheiro-burlas-anunciospatrocinados-inundam-facebook-2068504>

Costa, F. (2023e, 7 de novembro). *Foto de reunião de PSOE e Junts onde há quadro sobre referendo da Catalunha é real?* PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/11/07/mundo/noticia/foto-reuniao-psoe-junts-onde-ha-quadroreferendo-catalunha-real-2069336>

Costa, F. (2023f, 8 de novembro). *António Costa não foi um dos primeiros-ministros mais votados de sempre (nem do PS)*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/11/08/politica/noticia/antonio-costa-nao-primeirosministrosvotados-ps-2069497>

Costa, F. (2023g, 9 de novembro). *Narrativa viral com jovem actor que seria do Hamas é falsa*. PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/11/09/mundo/noticia/narrativa-viral-jovemactor-hamas-falsa-2069596>

Costa, F. (2023h, 11 de novembro). *Deep fakes são uma ameaça crescente e ainda falta resposta legal adequada*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/11/11/tecnologia/noticia/deep-fakes-sao-ameaca-crescente-faltaresposta-legal-adequada-2069760>

Costa, F. (2023i, 17 de novembro). *Alegada escala de membros do Hamas que guardavam reféns é, afinal, um calendário com dias da semana*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/11/17/mundo/noticia/alegada-escala-membros-hamsguardavam-refens-afinal-calendario-dias-semana-2070600>

Costa, F. (2023j, 23 de novembro). *Câmara de Lisboa anuncia celebração do 25 de Novembro de 1975 com foto de comício do PS*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/11/23/local/noticia/camara-lisboa-anuncia-celebracao-25novembro-1975-foto-comicio-ps-2071250>

Costa, F. (2023k, 23 de novembro). *Já se fizeram mais de 250 mil abortos legais em Portugal “por opção da mulher”?* PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/11/23/sociedade/noticia/jafizeram-250-mil-abortos-legais-portugal-opcao-mulher-2071237>

Costa, F. (2023l, 1 de dezembro). *Cruz Vermelha disse não encontrar, em 1944, “instalações para exterminar civis em Auschwitz”*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/12/01/mundo/noticia/cruz-vermelha-nao-encontrar-1944instalacoes-exterminar-civis-auschwitz-2072112>

Costa, F. (2023m, 5 de dezembro). *Presidente eleito argentino escolhe procurador-geral do Tesouro com passado neonazi*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/12/05/mundo/noticia/presidente-eleito-argentino-escolheprocuradorgeral-tesouro-passado-neonazi-2072637>

Costa, F. (2023n, 9 de dezembro). *Israel impede recolha de água da chuva a palestinianos na Cisjordânia*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/12/09/mundo/noticia/israel-impedirrecolha-agua-chuva-palestinianos-cisjordania-2073076>

Costa, F. (2023o, 10 de dezembro). *Foto que Maduro diz ser do bloqueio da costa venezuelana em 1902 é da primeira guerra mundial*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/12/10/mundo/noticia/foto-maduro-bloqueio-costa-venezuelana-1902-primeira-guerra-mundial-2073142>

Costa, F. (2023p, 15 de dezembro). *O aeroporto de Lisboa não está a vender bagagem perdida. É outra burla no Facebook*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/12/15/sociedade/noticia/aeroporto-lisboa-nao-vender-bagagemperdida-burla-facebook-2073856>

Costa, F. (2023q, 18 de dezembro). *Impulsivos e com “excesso de confiança”, jovens da “Gen Z” são mais vulneráveis a burlas online*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/12/18/p3/reportagem/impulsivos-excesso-confianca-jovens-genz-sao-vulneraveis-burlas-online-2073808>

Costa, F. (2023r, 22 de dezembro). *Imobiliária israelita anunciou venda de casas em Gaza? Sim, mas diz que era uma “piada”*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/12/22/mundo/noticia/imobiliaria-israelita-anunciou-venda-casasgaza-sim-piada-2074500>

Costa, F. (2023s, 26 de dezembro). *Vídeo do TikTok dizia mostrar rua francesa que “não é real”. Afinal, contém filmagens*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/12/26/tecnologia/noticia/video-tiktok-dizia-mostrar-ruafrancesa-nao-real-afinal-contem-filmagens-2074871>

Costa, F. (2023t, 28 de dezembro). *Uma pessoa demora mais de 30 anos a produzir o mesmo CO2 que Taylor Swift emitiu em três meses?* PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/12/28/azul/noticia/pessoa-demora-30-anos-produzir-co2-taylor-swift-emitiu-tres-meses-2074975>

Costa, F. (2023u, 30 de dezembro). *Donald Trump encontrou nos memes uma máquina de propaganda online*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/12/30/mundo/noticia/donaldtrump-encontrou-memes-maquina-propaganda-online-2074349>

Costa, F. (2023v, 31 de dezembro). *Cinco pessoas foram mortas em Moçambique devido a desinformação sobre a difusão de cólera*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/12/31/mundo/noticia/cinco-pessoas-mortas-mocambique-devido-desinformacao-difusao-colera-2075177>

Costa, F. (2024a, 4 de janeiro). *Fotografia viral de “pivot” israelita com arma no coldre em estúdio é autêntica*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/01/04/mundo/noticia/fotografiaviral-pivot-israelita-arma-coldre-estudio-autentica-2075715>

Costa, F. (2024b, 11 de janeiro). *“Com PSD e CDS no poder” atingiu-se maior taxa de desemprego “desde que há registo”*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/01/11/politica/noticia/psd-cds-atingiuse-maior-taxa-desempregodesde-ha-registo-2076339>

Costa, F. (2024c, 14 de janeiro). *Há “400 milhões” para igualdade de género? Os factos sobre três afirmações de Ventura na Convenção do Chega*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/01/14/politica/noticia/ha-400-milhoes-igualdade-genero-factostres-afirmacoes-ventura-convencao-chega-2076786>

Costa, F. (2024d, 19 de janeiro). *A União Europeia não quer proibir a reparação de carros com mais de 15 anos*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/01/19/economia/noticia/uniaoeuropeia-nao-quer-proibir-reparacao-carros-15-anos-2077451>

Costa, F. (2024e, 24 de janeiro). *EUA são a potência com menor inflação e maior crescimento, como disse Biden? Não e depende*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/01/24/economia/noticia/eua-sao-potencia-menor-inflacao-maiorcrescimento-biden-nao-depende-2077860>

Costa, F. (2024f, 26 de janeiro). *Elon Musk diz que X é a rede social com menos conteúdo anti-semita. Vários estudos dizem o contrário*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/01/26/tecnologia/noticia/elon-musk-x-rede-social-menosconteudo-antisemita-varios-estudos-contrario-2078230>

Costa, F. (2024g, 26 de janeiro). *Governo alemão descobre campanha de desinformação pro Rússia no X*. PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2024/01/26/mundo/noticia/governo-alemaodescobre-campanha-desinformacao-prorussia-x-2078281>

Costa, F. (2024h, 28 de janeiro). *Gigantes digitais querem combater a desinformação nas eleições de 2024 – cada uma à sua maneira*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/01/28/mundo/noticia/gigantes-digitais-querem-combaterdesinformacao-eleicoes-2024-maneira-2077835>

Costa, F. (2024i, 30 de janeiro). *E-mail que promete “reembolso de imposto” não é das Finanças — é mais uma burla*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/01/30/economia/noticia/email-promete-reembolso-imposto-naofinancas-burla-2078601>

Costa, F. (2024j, 1 de fevereiro). *Rendimento por habitante em função da média da UE é menor do que em 2000, como disse Montenegro*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/02/01/economia/noticia/rendimento-habitante-funcao-media-uemenor-2000-montenegro-2078801>

Costa, F. (2024k, 6 de fevereiro). *Da emigração jovem ao abate religioso de animais: Os factos da primeira noite de debates*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/02/06/politica/noticia/emigracao-jovem-abate-religioso-animaisfactos-primeira-noite-debates-2079393>

Costa, F. (2024l, 7 de fevereiro). *“Metade dos jovens em Portugal não ganha mil euros”? — os factos da segunda noite de debates*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/02/07/politica/noticia/metade-jovens-portugal-nao-ganha-mileuros-factos-segunda-noite-debates-2079529>

Costa, F. (2024m, 8 de fevereiro). *Há mesmo quem espere (mais de) 850 dias por uma cirurgia: Três factos do debate entre IL e Livre*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/02/08/politica/noticia/ha-espere-850-dias-cirurgia-tres-factosdebate-il-livre-2079670>

Costa, F. (2024n, 9 de fevereiro). *Da lei dos debates à emigração no tempo da troika — factos do debate entre BE e Livre*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/02/09/politica/noticia/lei-debates-emigracao-tempo-troikafactos-debate-be-livre-2079814>

Costa, F. (2024o, 10 de fevereiro). *Portugal investe pouco na educação? Os factos da quinta noite de debates*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/02/10/politica/noticia/portugalinveste-educacao-factos-quinta-noite-debates-2079959>

Costa, F. (2024p, 13 de fevereiro). *Factos e contexto sobre três afirmações de André Ventura*.

PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2024/02/13/politica/noticia/factos-contexto-tresafirmacoes-andre-ventura-2080176>

Costa, F. (2024q, 13 de fevereiro). *Os magistrados podem ter filiação política? – os factos do debate entre PSD e Chega*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/02/13/politica/noticia/magistrados-podem-filiacao-politica-factos-debate-psd-chega-2080186>

Costa, F. (2024r, 15 de fevereiro). *Três milhões de pessoas recebem menos de mil euros brutos? Os factos da nona noite de debates*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/02/15/politica/noticia/tres-milhoes-pessoas-recebem-menos-mileuros-brutos-factos-nona-noite-debates-2080381>

Costa, F. (2024s, 16 de fevereiro). *Do mercado imobiliário aos escalões mais baixos de IRS: Os factos do debate entre BE e IL*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/02/16/politica/noticia/mercado-imobiliario-escaloes-baixos-irs-factos-debate-be-il-2080517>

Costa, F. (2024t, 17 de fevereiro). *Dois mil médicos em dedicação plena num mês? Os factos da 11.ª noite de debates*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/02/17/politica/noticia/doismil-medicos-dedicacao-plena-mes-factos-11-noite-debates-2080664>

Costa, F. (2024u, 20 de fevereiro). *Do SNS às pensões, passando pela educação e os impostos: Os factos do debate entre PS e AD*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/02/20/politica/noticia/sns-pensoes-passando-educacao-impostos-factos-debate-ps-ad-2080923>

Costa, F. (2024v, 27 de fevereiro). *Existe relação entre imigração e segurança, como sugeriu Passos Coelho? Não*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/02/27/politica/noticia/existerelacao-imigracao-seguranca-sugeriu-passos-coelho-2081845>

Costa, F. (2024w, 29 de fevereiro). *Pai de Mortágua não foi condenado a prisão perpétua – pena não existia durante Estado Novo*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/02/29/politica/noticia/pai-mortagua-nao-condenado-prisaoperpetua-pena-nao-existia-durante-estado-novo-2082104>

Costa, F. (2024x, 4 de março). *Há portagens em auto-estradas de Espanha, ao contrário do que afirmou Ventura*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/03/04/politica/noticia/haportagens-autoestradas-espanha-contrario-afirmou-ventura-2082279>

Costa, F. (2024y, 5 de março). *Como se escolhem as mesas de voto? Perguntas e respostas sobre o método eleitoral*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/03/05/politica/noticia/escolhem-mesas-voto-perguntas-respostasmetodo-eleitoral-2082599>

Costa, F. (2024z, 7 de março). *Só no ensino público, Portugal perdeu “quase 28 mil professores” entre 2011 e 2015*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/03/07/politica/noticia/so-ensino-publico-portugal-perdeu-quase-28-mil-professores-2011-2015-2082882>

Costa, F. (2024aa, 15 de março). *AD dedicou um capítulo do programa ao combate à corrupção, apesar do que disse Ventura*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/03/15/politica/noticia/ad-dedicou-capitulo-programa-combatecorrupcao-apesar-ventura-2083712>

Costa, F. (2024ab, 1 de abril). *Acusações de Trump Jr. a Biden sobre o domingo de Páscoa são falaciosas*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/04/01/mundo/noticia/acusacoestrump-jr-biden-domingo-pascoa-sao-falaciosas-2085462>

Costa, F. (2024ac, 5 de abril). *Panfleto em que a McDonalds congratula exército israelita não é autêntico*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/04/05/mundo/noticia/panfletomcdonalds-congratula-exercito-israelita-nao-autentico-2086009>

Costa, F. (2024ad, 10 de abril). *Houve, sim, pessoas punidas por interrupção voluntária da gravidez nas últimas décadas*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/04/10/sociedade/noticia/sim-pessoas-punidas-interrupcaovoluntaria-gravidez-ultimas-decadas-2086552>

Costa, F. (2024ae, 12 de abril). *Risco de pobreza aumentou em 2022, mas tendência dos oito anos de governo PS foi de descida*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/04/12/politica/noticia/risco-pobreza-aumentou-2022-tendenciaoito-anos-governo-ps-descida-2086847>

Costa, F. (2024af, 15 de abril). *Vídeos manipulados e descontextualizados sobre ataque iraniano enchem redes sociais*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/04/15/mundo/noticia/videos-manipulados-descontextualizadosataque-iraniano-enchem-redes-sociais-2087096>

Costa, F. (2024ag, 26 de abril). *Rede russa de desinformação terá pago a políticos europeus para influenciar eleições europeias*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/04/26/mundo/noticia/rede-russa-desinformacao-tera-pagoeurodeputados-influenciar-eleicoes-europeias-2087986>

Costa, F. (2024ah, 3 de maio). *O Governo PS votou contra todas as propostas de abolição de portagens, como disse Paulo Núncio*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/05/03/politica/noticia/governo-ps-votou-propostas-abolicaoportagens-paulo-nuncio-2089148>

Costa, F. (2024ai, 9 de maio). *Desinformação e fake news são a mesma coisa? Um guia para não te perderes*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/05/09/p3/noticia/desinformacaofake-news-sao-guia-nao-perderes-2089695>

Costa, F. (2024aj, 10 de maio). *Vicente Valentim: “Tornou-se óbvio que a direita radical como ideologia funciona eleitoralmente”*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/05/10/politica/entrevista/vicente-valentim-tornouse-obvioidireita-radical-ideologia-funciona-eleitoralmente-2089420>

Costa, F. (2024ak, 12 de maio). *“Tornarmo-nos cépticos, desistir da ideia de verdade. É isso que o autoritário quer”*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/05/12/mundo/noticia/tornarmonos-cepticos-desistir-ideiaverdade-autoritario-quer-2088973>

Costa, F. (2024al, 17 de maio). *Fact-checkers ibéricos querem usar mais inteligência artificial no trabalho*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/05/17/tecnologia/noticia/factcheckers-ibericos-querem-usarinteligencia-artificial-trabalho-2090873>

Costa, F. (2024am, 21 de maio). *União Europeia gasta mesmo 359 mil milhões por ano em subsídios para os combustíveis fósseis*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/05/21/politica/noticia/uniao-europeia-gasta-359-mil-milhoesano-subsidios-combustiveis-fosseis-2091239>

Costa, F. (2024an, 22 de maio). *PPM já defendeu referendo à “permanência na UE”, como afirmou Marta Temido*. PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2024/05/22/politica/noticia/ppmj-defendeu-referendo-permanencia-ue-afirmou-marta-temido-2091382>

Costa, F. (2024ao, 30 de maio). *Combate à desinformação gerada por IA nas redes sociais faz-se com rótulos e contexto*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/05/30/tecnologia/noticia/combate-desinformacao-gerada-ia-redes-sociais-fazse-rotulos-contexto-2091957>

Costa, F. (2024ap, 16 de junho). *Portugueses preocupados com desinformação. Notícias produzidas por IA geram desconforto*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/06/17/sociedade/noticia/portugueses-preocupadosdesinformacao-noticias-produzidas-ia-geram-desconforto-2094013>

Costa, F. (2024aq, 9 de julho). *Entre vídeos de reacções ao resultado das legislativas francesas há um que é de 2022*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/07/09/mundo/noticia/videos-reaccoes-resultado-legislativasfrancesas-ha-2022-2096908>

Costa, F. (2024ar, 22 de julho). *Fotografia que mostra orelha de Trump intacta não é actual. Foi tirada em 2022*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/07/22/mundo/noticia/fotografiamostra-orelha-trump-intacta-nao-actual-tirada-2022-2098390>

Costa, F. (2024as, 30 de julho). *Resultados das eleições excedem 100%? Não, gráficos da TV venezuelana induzem em erro*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/07/30/mundo/noticia/resultados-eleicoes-excedem-100-naograficos-tv-venezuelana-induzem-erro-2099299>

Costa, F. (2024at, 31 de julho). *Protesto da equipa olímpica de natação israelita não é relacionada com estes jogos. É de 2023*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/07/31/desporto/noticia/protesto-equipa-olimpica-natacaoisraelita-nao-relacionada-jogos-2023-2099404>

Crisóstomo, P. (2024, 19 de abril). *Pensões de 550 euros ganham com novas taxas de IRS? Não, já estão isentas*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/04/19/economia/noticia/pensoes-550-euros-ganham-novastaxas-irs-nao-ja-estao-isentas-2087644>

Dantas, M. (2023a, 1 de setembro). *Elon Musk prometeu 5700 dólares por dia aos europeus? É um deep fake*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/09/01/tecnologia/noticia/elon-muskprometeu-5700-dolares-dia-europeus-deep-fake-2061894>

Dantas, M. (2023b, 15 de setembro). *André Ventura usou PÚBLICO e RR para credibilizar mensagens do Chega, diz ERC*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/09/15/sociedade/noticia/andre-ventura-usou-publico-rrcredibilizar-mensagens-chega-erc-2063441>

Dias, P. S. (2024, 21 de junho). *Europeias: Houve informação falsa a chegar a eleitores, mas comissão nega condicionamento*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/06/21/sociedade/noticia/europeias-informacao-falsa-chegareleitores-comissao-nega-condicionamento-2094891>

Digital news report PORTUGAL 2024 – obercom. (s.d.). Obercom – Investigação e Saber em Comunicação. <https://obercom.pt/digital-news-report-portugal-2024/>

ERC - entidade reguladora para a comunicação social. (s.d.). ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social. <https://www.erc.pt/pt/?op=404>

Fenton, N. (2018). Fake democracy: The limits of public sphere theory. *Journal of the European Institute for Communication and Culture*, 25(1-2).

Fenton, N., & Freedman, D. (2018). Democracia Fake, más notícias. *Comunicação & Educação*, 1(1)

Ferreira, M. (2023a, 5 de julho). *Imagens de filmes e vídeos antigos: A verdade sobre a desinformação que está a ser arma nos motins em França*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/07/05/mundo/noticia/imagens-filmes-videos-antigos-verdadedesinformacao-arma-motins-franca-2055716>

Ferreira, M. (2023b, 26 de julho). *Jornada Mundial da Juventude passa facturas a peregrinos? Vice-presidente do PSD de Olhão diz que não, organização desmente*.

PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/07/26/sociedade/noticia/jornada-mundial-juventudepassa-facturas-peregrinos-vicepresidente-psd-olhao-nao-organizacao-desmente-2058177>

Ferreira, M. (2023c, 25 de agosto). *Donald Trump cumpriu a promessa de não regressar ao Twitter (agora X)?* PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/08/25/mundo/noticia/donaldtrump-cumpriu-promessa-nao-regressar-twitter-x-2061270>

Ferreira, M. (2023d, 17 de outubro). *Vídeo da Jornada Mundial da Juventude apresentado em publicação falsa como sendo de Gaza*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/10/17/mundo/noticia/video-jornada-mundial-juventudeapresentado-publicacao-falsa-gaza-2067004>

Ferreira, M. (2024a, 21 de março). *Chega não é o primeiro partido a “vencer mesmo” as legislativas na emigração*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/03/21/politica/noticia/chega-nao-partido-vencer-legislativasemigracao-2084410>

Ferreira, M. (2024b, 22 de março). *Deputado do Chega foi imigrante ilegal em França para fugir à ditadura? As contas desmentem*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/03/22/politica/noticia/deputado-chega-imigrante-ilegal-francafugir-ditadura-contas-desmentem-2084528>

Ferreira, M. (2024c, 22 de março). *Não, o marido de Von der Leyen não trabalha na Pfizer, como diz o líder do Chega*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/03/22/politica/noticia/nao-marido-von-der-leyen-nao-trabalhapfizer-lider-chega-2084508>

Ferreira, M. (2024d, 30 de março). *Não, Miguel Prata Roque não baixou as calças em protesto contra o ministro da Educação em 1993*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/03/30/politica/noticia/nao-miguel-prata-roque-nao-baixoucalcas-protesto-ministro-educacao-1993-2085340>

Ferreira, M. (2024e, 17 de maio). *Turcos estão entre os que mais horas trabalham na OCDE*.

PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2024/05/17/politica/noticia/turcos-estao-horas-trabalhamocde-2090863>

Ferreira, M. (2024f, 21 de maio). *Itália é o país que mais apoia refugiados ucranianos? Números contam outra história*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/05/21/mundo/noticia/italia-pais-apoia-refugiados-ucranianosnumeros-contam-historia-2091254>

Ferreira, V. (2024, 26 de março). *Marques Mendes e o PRR: Quinto cheque não vai ser “retido nas próximas semanas”*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/03/26/economia/noticia/marques-mendes-prr-quinto-chequenao-vai-retido-proximas-semanas-2084905>

Filho, I., Marrafon, M., & Medón, F. (2022). A inteligência artificial a serviço da desinformação: Como as deepfakes e as redes automatizadas abalam a liberdade de ideias no debate público e a democracia constitucional e deliberativa. *Economic Analysis of Law Review*, 13(3), 32–47.

Flor, A. (2023, 22 de setembro). *O Reino Unido é o país do G7 que reduziu de forma mais rápida as emissões de carbono?* PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/09/22/azul/noticia/reino-unido-pais-g7-reduziu-forma-rapidaemissoes-carbono-2064317>

Jorge, T. (2007). A notícia em mutação. *Estudo sobre o relato noticioso no jornalismo digital*.

Kaufman, D. (2018). *A inteligência artificial irá suplantar a inteligência humana?* Estação das letras e cores.

Kaufman, D. (2022). *Desmistificando a inteligência Artificial*. Autêntica.

Kelly, H. (2024, 16 de julho). *Como evitar cair em desinformação e teorias da conspiração*.

PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2024/07/16/impar/noticia/evitar-cair-desinformacaoteorias-conspiracao-2097719>

Kovach B., Rosenstiel, T. (2021). *The elements of journalism* (4ªed). Crown Trade.

Loschner, E., & Zonta, G. (2024). Os desafios da comunicação em tempos de desinformação e inteligência artificial. *Revista IniciaCom*, 13(3), 111–123.

Lusa. (2023a, 29 de novembro). *Autoridade Tributária alerta para mensagens fraudulentas*.

PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/11/29/economia/noticia/autoridade-tributaria-alertamensagens-fraudulentas-2071944>

Lusa. (2023b, 18 de dezembro). *Bruxelas lança processo contra X por difusão de conteúdos ilegais sobre conflito no Médio Oriente*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/12/18/mundo/noticia/bruxelas-lanca-processo-x-difusaoconteudos-ilegais-conflito-medio-oriente-2074089>

Lusa. (2023c, 30 de dezembro). *ONG DisinfoLab alerta para risco global de desinformação nas eleições de 2024*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/12/30/mundo/noticia/ongdisinfolab-alerta-risco-global-desinformacao-eleicoes-2024-2075287>

Lusa. (2024, 6 de junho). *Vídeos falsos de bispos na Internet levam diocese de Leiria a apresentar queixa nas autoridades*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/06/06/sociedade/noticia/videos-falsos-bispos-internet-levamdiocese-leiria-apresentar-queixa-autoridades-2093190>

MCintyre, L. (2018). *Post-truth*. The MIT Press.

Moreira, C. (2023, 11 de agosto). *A situação de alerta seria mais favorável para os bombeiros voluntários?* PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/08/11/sociedade/noticia/situacao-alertafavoravel-bombeiros-voluntarios-2060018>

Mota, A., Pimentel, S., & Oliveira, A. (2023). *Desordens informativas: Análise de pronunciamentos de Jair Bolsonaro contra a vacinação de covid-19*. – *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, 17(2).

Nascimento, F. (2021). *Entendendo o Fact-Checking como uma ferramenta para promoção de literacia mediática no contexto Luso Brasileiro*. *E-Revista De Estudos Interculturais Do CEI-ISCAP*, 3(9). <https://parc.ipp.pt/index.php/erei/article/view/4220>

Neto, I., & Dantas, M. (2023, 17 de agosto). *Contas do Chega clonam jornais para partilhar informação falsa nas redes sociais*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/08/17/politica/noticia/contas-chega-clonam-jornais-partilharinformacao-falsa-redes-sociais-2060464>

Neto, I. (2023, 3 de dezembro). *Brent acreditava que cultos satânicos e pedófilos governavam o mundo. Agora luta contra as teorias da conspiração*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/12/03/mundo/noticia/brent-acreditava-cultos-satanicospedofilos-governavam-mundo-luta-teorias-conspiracao-2070838>

Neto, I. (2024a, 26 de abril). *Nina Jankowicz: “A Europa está a ultrapassar os Estados Unidos no combate à desinformação”*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/04/26/mundo/noticia/nina-jankowicz-europa-ultrapassar-estadosunidos-combate-desinformacao-2088115>

Neto, I. (2024b, 29 de maio). *Polícia faz buscas no Parlamento Europeu devido a possível interferência russa*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/05/29/mundo/noticia/policia-fazbuscas-parlamento-europeu-devido-possivel-interferencia-russa-2092196>

Neves, S. (2023, 3 de outubro). *Em Nova Iorque “só pode haver alojamento local na casa do próprio”, como disse Costa?* PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/10/03/politica/noticia/nova-iorque-so-haver-alojamento-localcasa-proprio-costa-2065463>

Neves, S. (2024, 22 de fevereiro). *Chega queixou-se de ser alvo de tiros — afinal era uma moto da própria comitiva*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/02/22/politica/noticia/chega-queixouse-alvo-tiros-afinal-motopropria-comitiva-2081221>

Pequenino, K. (2023, 19 de outubro). *Terror e imagens violentas aceleram desinformação na guerra entre Israel e o Hamas*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/10/19/tecnologia/noticia/terror-imagens-violentas-aceleramdesinformacao-guerra-israel-hamas-2067109>

Pequenino, K. (2024a, 25 de janeiro). *IA ou humano? É cada vez mais difícil distinguir*.

PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2024/01/25/tecnologia/noticia/ia-humano-dificildistinguir-2077979>

Pequenino, K. (2024b, 9 de fevereiro). *Milhões de escovas de dentes hackadas? Falso: A culpa será do tradutor*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2024/02/09/tecnologia/noticia/milhoes-escovas-dentes-hackadasfalso-culpa-sera-tradutor-2079798>

Pereira, H. (2023a, 8 de julho). *Governo PSD também contratou médicos cubanos para o SNS?* PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/07/08/politica/noticia/governo-psd-tambemcontratou-medicos-cubanos-sns-2056142>

Pereira, H. (2023b, 14 de julho). *Plano de mobilidade da JMJ foi apresentado na altura em que estava previsto?* PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/07/14/politica/noticia/planomobilidade-jmj-apresentado-altura-previsto-2056937>

Pereira, H. (2023c, 1 de agosto). *Os benefícios fiscais são acessíveis para todas as confissões religiosas?* PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/08/01/politica/noticia/beneficios-fiscaissao-acessiveis-confissoes-religiosas-2058767>

Pereira, H. (2023d, 15 de setembro). *Há 120 mil estudantes deslocados e só 15 mil camas em residências públicas?* PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/09/15/sociedade/noticia/ha-120-mil-estudantes-deslocados-so-15-mil-camas-residencias-publicas-2063510>

Pereira, H. (2023a, 29 de setembro). *PCP demoliu a sede em Aveiro para “pôr lá” um prédio com apartamentos a meio milhão de euros?* PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/09/29/politica/noticia/pcp-vender-apartamentos-meio-milhaoeuros-2065053>

Pereira, H. (2023f, 2 de outubro). *Quando podia ter aprovado contagem do tempo de serviço de professores, PSD recuou?* PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/10/02/politica/noticia/aprovado-contagem-tempo-servicoprofessores-psd-recuou-2065319>

Pereira, H. (2023g, 3 de novembro). *PSD defendeu Pacto para a Saúde e não fez esse desafio no debate do OE?* PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/11/03/politica/noticia/psddefendeu-pacto-saude-nao-fez-desafio-debate-oe-2068797>

Polígrafo. (s.d.). Polígrafo. <https://poligrafo.sapo.pt/>

Ponte, J. (1994). O estudo de caso na investigação em Educação Matemática. *Quadrante*, 3(1),

3–18. <https://quadrante.apm.pt/article/view/22652/16719>

Prado, M. (2022). Fake News e Inteligência Artificial: O poder dos algoritmos na guerra da desinformação. Edições 70.

Público. (s.d.). PÚBLICO. <https://www.publico.pt/>

Público & Reuters. (2023a, 15 de setembro). *Hotel de Ronaldo em Marraquexe foi abrigo para vítimas do sismo em Marrocos?* PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/09/15/fugas/noticia/hotel-ronaldo-marraquexe-abrigo-vitimassismo-marrocos-2063546>

Público & Reuters. (2023b, 20 de setembro). *Imagem de ex-ministro da Defesa da Ucrânia num iate partilhada nas redes é descontextualizada*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/09/20/mundo/noticia/imagem-exministro-defesa-ucrania-iatepartilhada-redes-descontextualizada-2063974>

Público. (2023, 30 de dezembro). *É verdade: São estas as cinco Provas de Factos mais lidas de 2023*. PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/12/30/sociedade/noticia/verdade-sao-cincoprovas-factos-lidas-2023-2075226>

Recuero, R., & Stumpf, E. (2022). Características do discurso desinformativo no Twitter: Estudo do discurso antivacinas do Covid-19. In *Linguagem, tecnologia e ensino* (pp. 119–137). Pontes Editores.

Reis, P. N. (2023, 28 de julho). *Os médicos cubanos em Portugal só receberam 20% do salário bruto?* PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2023/07/28/mundo/noticia/medicoscubanos-portugal-so-receberam-20-salario-bruto-2058495>

Reuters. (2023, 5 de agosto). *Greta Thunberg fez um apelo ao mundo para ajudar a salvar os bancos?* PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/08/05/azul/noticia/greta-thunberg-fezapelomundo-ajudar-salvar-bancos-2059258>

Ribeiro, M. (2024a, 13 de abril). *Não, o TikTok não está a recrutar trabalhadores. É uma burla*. PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2024/04/13/tecnologia/noticia/nao-tiktok-naorecrutar-trabalhadores-burla-2086824>

Ribeiro, M. (2024b, 17 de maio). *Este vídeo filmado em Gaza é de Novembro, não mostra a evacuação de Rafah*. PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2024/05/17/mundo/noticia/videofilmado-gaza-novembro-nao-mostra-evacuacao-rafah-2090829>

Rodrigues, S. (2023, 8 de setembro). *Actas do conselho de estado só ficam acessíveis em 2056?* PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/09/08/politica/noticia/actas-conselho-estadoso-ficam-acessiveis-2056-2062583>

Rodrigues, V. (2021). *Narrativas cinematográficas, humanizar histórias Jornalismo, documentário, desenvolvimento humano Os casos Divergente (Portugal) e Cross Content (Brasil)* [Tese de Doutoramento não publicada]. Universidade Lusófona do Porto.

Saad, E., & Santos, M. (2023). Jornalismo, inteligência artificial e desinformação: Avaliação preliminar do potencial de utilização de ferramentas de geração de linguagem natural, a partir do modelo GPT, para difusão de notícias falsas. *Estudios sobre el mensaje periodístico*, (26), 783–794.

Sapage, S. (2023a, 13 de outubro). *Biden aprovou apoio de oito mil milhões de dólares para Israel?* PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/10/13/mundo/noticia/biden-aprovou-apoiooito-mil-milhoes-dolares-israel-2066551>

Sapage, S. (2023b, 20 de outubro). *O ataque do Hamas em Israel foi equivalente a quinze atentados do 11 de Setembro?* PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/10/20/mundo/noticia/ataque-hamas-israel-equivalente-quinzeatentados-11-setembro-2067413>

Serafim, T. (2023, 18 de agosto). *O SNS24 está a pedir para actualizar os dados? Sim, veja como funciona*. PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/08/18/sociedade/noticia/sns-24pedir-actualizar-dados-sim-veja-funciona-2060596>

Silva, E. (2021). Os media em Portugal: Políticas, regulação e economia.

Silva, F. (2002). Espaço público em habermas. *Imprensa de Ciências Sociais*.
<https://books.google.com.br/books?hl=pt>

Sousa, N. (2023, 6 de outubro). *Há estádios referentes ao Euro2004 que estão desaproveitados?* PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/10/06/desporto/noticia/haestadios-referentes-euro2004-estao-desaproveitados-2065837>

Sudbrack, S. (2019). *Desordens informativas e bolhas ideológicas na campanha eleitoral 2018: Os impactos do uso do Facebook no comportamento eleitoral* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Teixeira, J. (2019). *O que é inteligência artificial. e-galáxia*.

Tiago, M. (2023, 19 de novembro). *Costa “esclareceu” que foi ele a sugerir a Marcelo reunião com a PGR, como disse o Presidente?* PÚBLICO.
<https://www.publico.pt/2023/11/19/politica/noticia/costa-esclareceu-sugerir-marcelo-reunissepgr-presidente-2070775>

Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Editora Insular.

Valentim, F. (2019). Fact-Checking como possível ferramenta qualificadora do debate público. *Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança*, 2(1).
<https://www.cadernosuninter.com/index.php/ESGPPJS/article/view/961>

Valentim, F. (n.d.). Fact-Checking como possível ferramenta qualificadora do debate público. *Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança*, 2(1).
<https://www.cadernosuninter.com/index.php/ESGPPJS/article/view/961>

Ventura, M. (2007). O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Socerj*, 20(5), 383–386.
http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf

Voirol, O. (2008). A esfera pública e as lutas por reconhecimento: De Habermas a Honnet. *Cadernos de Filosofia Alemã*, (11).
<https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/64787/67404>

Yazan, B. (2016). Três abordagens do método de estudo de caso em educação: Yin, Merriam e Stake 1. *The Qualitative Report*, 20(2). <https://www.researchgate.net/profile/Bedrettin>

9. Apêndices

Título
Imagens de filmes e vídeos antigos: a verdade sobre a desinformação que está a ser arma nos motins em França
Governo PSD também contratou médicos cubanos para o SNS?
Plano de mobilidade da IMJ foi apresentado na altura em que estava previsto?
Escolas vão perder mais de três mil professores para a recuperação de aprendizagens?
Mundial da Juventude passa facturas a peregrinos? Vice-presidente do PSD de Oltão diz que não, organização de
Os médicos cubanos em Portugal só receberam 20% do salário bruto?
Os benefícios fiscais são acessíveis para todas as confissões religiosas?
Greta Thunberg fez um apelo ao mundo para ajudar a salvar os bancos?
A situação de alerta seria mais favorável para os bombeiros voluntários?
Contas do Chega clonam jornais para partilhar informação falsa nas redes sociais
O SNS24 está a pedir para actualizar os dados? Sim, veja como funciona
Donald Trump cumpriu a promessa de não regressar ao Twitter (agora X)?
Elon Musk prometeu 5700 dólares por dia aos europeus? É um deep fake
Actas do Conselho de Estado só ficam acessíveis em 2056?
Vídeo partilhado na Internet mostra prédio a desabar depois do sismo em Marrocos?
Hotel de Ronaldo em Marraquexe foi abrigo para vítimas do sismo em Marrocos?
Há 120 mil estudantes deslocados e só 15 mil camas em residências públicas?
André Ventura usou PÚBLICO e RR para credibilizar mensagens do Chega, diz ERC
Imagem de ex-ministro da Defesa da Ucrânia num late partilhada nas redes é descontextualizada
O Reino Unido é o país do G7 que reduziu de forma mais rápida as emissões de carbono?
Promoção de aniversário da Hot Wheels — 100 carros a dois euros — é uma burla
As mulheres sincronizam o ciclo menstrual quando passam muito tempo juntas?
PCP demoliu a sede em Aveiro para “pôr lá” um prédio com apartamentos a meio milhão de euros?
Quando podia ter aprovado contagem do tempo de serviço de professores, PSD recuou?
Em Nova Iorque “só pode haver alojamento local na casa do próprio”, como disse Costa?
Há estádios referentes ao Euro2004 que estão desaproveitados?
Biden aprovou apoio de oito mil milhões de dólares para Israel?
Vídeo da Jornada Mundial da Juventude apresentado em publicação falsa como sendo de Gaza
Terror e imagens violentas aceleraram desinformação na guerra entre Israel e o Hamas
O ataque do Hamas em Israel foi equivalente a quinze atentados do 11 de Setembro?
Imagem viral não mostra ataque a base do EUA na Síria. Imagem é de 2019
Câmara de Lisboa vai gastar menos com a Web Summit “se houver menos gente”?
Meta recebe dinheiro com anúncios patrocinados de burlas que inundam o Facebook
PSD defendeu Pacto para a Saúde e não fez esse desafio no debate do OE?
Foto de reunião de PSOE e Junts onde há quadro sobre referendo da Catalunha é real?
Maria Helena Sousa: “A verificação dos factos é a tarefa central do jornalismo”
António Costa não foi um dos primeiros-ministros mais votados de sempre (nem do PS)
Narrativa viral com jovem actor que seria do Hamas é falsa
Deep fakes são uma ameaça crescente e ainda falta resposta legal adequada
O Nilo não ficou vermelho. Vídeo viral pode ter sido gravado no Chile
Alegada escata de membros do Hamas que guardavam reféns é, afinal, um calendário com dias da semana
Costa “esclareceu” que foi ele a sugerir a Marcelo reunião com a PGR, como disse o Presidente?
Câmara de Lisboa anuncia celebração do 25 de Novembro de 1975 com foto de comício do PS

Já se fizeram mais de 250 mil abortos legais em Portugal “por opção da mulher”?
Autoridade Tributária alerta para mensagens fraudulentas
Cruz Vermelha disse não encontrar, em 1944, “instalações para exterminar civis em Auschwitz”
rent acreditava que cultos satânicos e pedófilos governavam o mundo. Agora luta contra as teorias da conspiração
Presidente eleito argentino escolhe procurador-geral do Tesouro com passado neonazi
Israel impede recolha de água da chuva a palestinianos na Cisjordânia
Foto que Maduro diz ser do bloqueio da costa venezuelana em 1902 é da Primeira Guerra Mundial
Impulsivos e com “excesso de confiança”, jovens da “Gen Z” são mais vulneráveis a burlas online
O aeroporto de Lisboa não está a vender bagagem perdida. É outra burla no Facebook
Bruxelas lança processo contra X por difusão de conteúdos ilegais sobre conflito no Médio Oriente
Imobiliária israelita anunciou venda de casas em Gaza? Sim, mas diz que era uma “plada”
Vídeo do TikTok dizia mostrar rua francesa que “não é real”. Afinal, contém filmagens
Uma pessoa demora mais de 30 anos a produzir o mesmo CO2 que Taylor Swift emitiu em três meses?
Donald Trump encontrou nos memes uma máquina de propaganda online
ONG DisinfoLab alerta para risco global de desinformação nas eleições de 2024
É verdade: são estas as cinco Provas de Factos mais lidas de 2023
Cinco pessoas foram mortas em Moçambique devido a desinformação sobre a difusão de cólera
Fotografia viral de “pivot” israelita com arma no coltore em estúdio é autêntica
“Com PSD e CDS no poder” atingiu-se maior taxa de desemprego “desde que há registo”
Há “400 milhões” para igualdade de género? Os factos sobre três afirmações de Ventura na Convenção do Chega
A União Europeia não quer proibir a reparação de carros com mais de 15 anos
EUA são a potência com menor inflação e maior crescimento, como disse Biden? Não e depende
IA ou humano? É cada vez mais difícil distinguir
Governo alemão descobre campanha de desinformação pro-Rússia no X
Elon Musk diz que X é a rede social com menos conteúdo anti-semita. Vários estudos dizem o contrário
Gigantes digitais querem combater a desinformação nas eleições de 2024 — cada uma à sua maneira
E-mail que promete “reembolso de imposto” não é das Finanças — é mais uma burla
Rendimento por habitante em função da média da UE é menor do que em 2000, como disse Montenegro
Da emigração jovem ao abate religioso de animais: os factos da primeira noite de debates
“Metade dos jovens em Portugal não ganha mil euros”? — os factos da segunda noite de debates
Há mesmo quem espere (mais de) 850 dias por uma cirurgia: três factos do debate entre IL e Livre
Da lei dos debates à emigração no tempo da troika — factos do debate entre BE e Livre
Milhões de escovas de dentes hackadas? Falso: a culpa será do tradutor
Portugal investe pouco na educação? Os factos da quinta noite de debates
Os magistrados podem ter filiação política? — os factos do debate entre PSD e Chega
Factos e contexto sobre três afirmações de André Ventura
Três milhões de pessoas recebem menos de mil euros brutos? Os factos da nona noite de debates
Do mercado imobiliário aos escalões mais baixos de IRS: os factos do debate entre BE e IL
Dois mil médicos em dedicação plena num mês? Os factos da 11.ª noite de debates
Do SNS às pensões, passando pela educação e os impostos: os factos do debate entre PS e AD
A campanha de desinformação que o Kremlin montou contra Zelensky
Chega queixou-se de ser alvo de tiros — afinal era uma moto da própria comitiva
Existe relação entre imigração e segurança, como sugeriu Passos Coelho? Não
Pai de Mortágua não foi condenado à prisão perpétua — pena não existia durante Estado Novo

Legislação
<p>Adoptar uma carrinha da polícia não são dois metros em França, mas de um filme. É um dos exemplos de desinformação.</p> <p>O presidente da Iniciativa Liberal criticou o atual governo socialista mas também um ex-governo o PSD/CDS.</p> <p>José Sá Fernandes defendeu esta sexta-feira que o governo cumprirá prazos que estavam anunciados.</p> <p>Depender 3200 professores que ajudam a concretizar Plano de Recuperação das Aprendizagens, mas ME diz que não foi a IMI por não ter acesso à fatura da inscrição da filha. Organização diz que documento é emitido ao grupo a que pertence a iniciativa Liberal disse que a maior fatura dos vencimentos dos profissionais contratados em 2009 era retida pelo Est.</p> <p>António Lobo Xavier referiu-se a Lei de Liberdade Religiosa e aos benefícios fiscais.</p> <p>berj em 2019 mostra a ativista climática sueca a dizer que os resgates dos bancos são a prova de que o mundo tem</p> <p>rente da Liga dos Bombeiros portugueses, António Nunes, falava aos jornalistas na terça-feira após se ter quejado de</p> <p>Renascença usados para partilhar notícias inexistentes em contas do partido de André Ventura. Técnica foi usada pelos</p> <p>soas estão a receber mensagens a indicar que serão contactadas para atualizar os seus dados no Serviço Nacional</p> <p>ria ao Twitter e que se manteria na rede social que criou quando foi expulso. Mas falhou à promessa: voltou a tweetar</p> <p>vestimento que permitiria gerar um milhão de euros em meses. As promessas são muito exageradas, mas recorrem a</p> <p>rou que só em 30 anos após o fim do mandato de Marcelo Rebelo de Sousa se pode ter acesso ao que se passou no</p> <p>prédio a desabar, alegadamente, em Marraquexe estão descontextualizadas. O prédio desabou em Dezembro de 20</p> <p>que abalou Marrocos, surgiram nas redes sociais relatos de que o hotel de Cristiano Ronaldo, em Marraquexe, estari</p> <p>PCP entregou um projeto de lei para aumentar o complemento para alojamento e o seu alargamento a todos os estu</p> <p>do PÚBLICO e Rádio Renascença em publicações nas redes sociais com mensagens do partido. Entidade reguladora</p> <p>ria do ex-ministro da Defesa da Ucrânia a beber vinho num late na Tunísia, alegadamente tirada em 2023, é, na verdade</p> <p>britânicos que o primeiro-ministro Rishi Sunak anunciou um retrocesso nas políticas britânicas para a redução das e</p> <p>a promoção da marca. No entanto, a promoção não existe, o site de encomendas é clonado do Mattel e o contact</p> <p>estado científico sugerir que a menstruação das mulheres que passam muito tempo juntas se possa aproximar ou sit</p> <p>Carlos Guimarães Pinto referiu-se ao projeto que o PCP tem em curso na avenida Lourenço Peixinho, em Aveiro.</p> <p>rtigaça, coordenadora nacional do BE, acusa o PSD de ter mudado de posição, quando os seus votos já não têm o m</p> <p>dos temas centrais, o primeiro-ministro de exemplo da nova lei implementada em Nova Iorque, nos EUA, que lim</p> <p>Ministro da Economia lembrou o investimento feito no Euro 2004.</p> <p>lgaram um documento em que se lia que o Governo americano aprovara, durante o fim de semana, um apoio financ</p> <p>ma multidão a dormir no chão como sendo de palestinianos em Gaza durante o conflito no Médio Oriente. Mas imag</p> <p>deos mal traduzidos regem discurso online sobre Israel e o Hamas. Online, as acusações de desinformação múltipl</p> <p>cionalmente, o ataque do dia 7 de Outubro em Israel fez tantas vítimas mortais como se tivesse havido 15 ataques à</p> <p>os utilizadores remonta a 2019 e mostra uma operação norte-americana de combate contra o Daesh no Leste sírio.</p> <p>nanceiro de sete milhões ao evento é condicional à real execução das despesas. Mas proposta aprovada é omissa em</p> <p>reia” usando bots, imagens manipuladas, e anúncio pagos. Controlo feito pelo Facebook tende a ser eficaz, mas há b</p> <p>Deputado do PSD estranhou silêncio da direção do partido sobre proposta de pacto.</p> <p>ão do PSOE alegou ser falsa traça de uma reconstrução feita pela Antena 3. No entanto, o quadro que alude ao refe</p> <p>toma posse nesta terça-feira como nova presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Os desafio</p> <p>que António Costa teve dos melhores resultados de sempre em eleições legislativas. No entanto, mesmo entre soc</p> <p>peçoas que acusam - apesar de não haver confirmação - de ser ator do Hamas. Foi vítima de um bombardeamento a</p> <p>lar discursos políticos ou para pôr famosos a cantar músicas. Pelo mundo, poucos países têm legislação que acom</p> <p>no TikTok que mostra uma corrente de água vermelha não foi gravada no Rio Nile, como tem sido indicado. É provável</p> <p>des sociais disseam que as OF tinham encontrado uma escala de membros do Hamas que tomaram conta de reféns.</p> <p>residente que comentário público teve ou foto; não me ocorre nenhum”, disse António Costa face à declaração de N</p> <p>a Câmara Municipal de Lisboa de usar uma fotografia de um comício do PS de Julho de 1975 e não do 25 de Novembro</p>

reção-Geral da Saúde, já se realizaram 255.846 interrupções voluntárias da gravidez desde Julho de 2007, quando o

Je abram um link que os encaminha para páginas maldosas. A AT aconselha, em caso de dúvida, a nunca responder

haxaxada israelita é autêntico. Nas últimas décadas, a Cruz Vermelha Internacional admitiu várias vezes o “falhanço”

igora participa em congressos para combater a desinformação. “É muito difícil escapar às imposições dos algoritmos

ministro da Justiça, fez parte de um movimento de ideologia neonazi. O caso foi conhecido em 1996 e levou a sua dem

fronho Israelita destrói cisternas de recolha de chuva de comunidades palestinianas. Em Gaza, “Israel não tem contro

otografia no Twitter para celebrar os 121 anos de bloqueio da costa da Venezuela, de 1902. No entanto, a fotografia

sem tem mais teratça digital do que eles. No entanto, estudos apontam para que sejam mais sucedêis a equim

h que o aeroporto de Lisboa estaria a vender bagagem perdida por dois euros. Trata-se, no entanto, como confirmo

lis origis as plataformas a atuar perante este tipo de conteúdos ilegais, devendo fazer moderação de conteúdos;

é um sonho!”, publicitou a imobiliária Harey Zahav. Depois de provocar indignação nas redes sociais, empresa diz q

gens de uma rua francesa foi feito sem usar imagens reais. No entanto, o autor do vídeo original já confirmou no You

ce, em Kansas City, os jatos de Taylor emitem 138 toneladas de dióxido de carbono. O cidadão médio emite entre q

ntidade a “Máquina de guerra online de Trump”. Divulgar conteúdo racista, homofóbico e misógino, que enaltece a

o relatório da DisinfoLab, a corrupção e a desconfiança das instituições e dos média são as narrativas de desinform

por supostos camponeses de sexo. O PÚBLICO passou 2023 a verificar factos sobre tudo e mais alguma coisa. Estas

bulares de difundir casos de colera. A agência transmite-se, sobretudo, por contacto com água ou alimentos contem

nh, que circula há poucos dias nas redes sociais, foi partilhada várias vezes pela jornalista. “Não se metam com mult

verificou “a maior taxa de desemprego” de que há registo (17%). É verdade, mas no primeiro trimestre do ano, a taxa

Não exatamente. Trinta por cento dos residentes de Braga são imigrantes? Muito provavelmente não. Que partido a

o impacto ambiental associado à venda e exportação de veículos em fim de vida, aumentar a recolha destes e mel

rmou no X, os EUA não têm, sequer, a menor inflação do G7. Em termos de crescimento económica, têm o maior do

cada vez melhor a criar imagens que parecem fotografias. Ponha-se à prova e descubra falhas, estereótipos e algu

dos Negócios Estrangeiros alemão encontraram 50 mil contas falsas que difundiam desinformação contra a Ucrâni

ilha na plataforma aumentou desde que Elon Musk comprou o X (antigo Twitter). Estudos também indicam que a rec

adidos para combater a desinformação em 2024. Mas, como os métodos são diferentes, os agentes de desinformação

ma de “phishing”. O e-mail indica que as pessoas têm reembolso para receberem, mas cobram um centímo para tal. O

ECD, o PIB per capita português, em função da média da União Europeia, é, de facto, inferior ao de 2000. Afirmação

s e Rui Rocha ficou tendencialmente marcado, em regra, pelo rigor nos factos. Debate inflamado entre Inês Souz

ria e Mariana Mortágua e Rui Tavares discutiram emigração, habitação e política externa. Fora um ou outro número ao

caso em que milhões de escovas de dentes na Suíça teriam sido usadas para ciberataques do tipo DDoS. A história r

SA estão dentro da média da OCDE, a corrupção mais comunicada acontece na administração local e mais de metade

lega cresceu mais em número de votos nos Açores do que a AD. Ventura propõe dar direito à greve e a filiação política

bra que o Chega é candidato à vitória, apesar das sondagens o colocarem em terceiro lugar. Pesa da economia para

11, 30 mil milhões de euros. Em 2021, Ventura falhou à votação de um pacote anticontorno. Taxa carbónica proposta

o país com mais projetos de construção de hotéis. Os não-residentes representam cerca de 13% das transações no

o prisional está presa preventivamente. A palavra “penas” não aparece nenhuma vez no programa do Livre, mas fo

o primeiro-ministro foi marcado pelos números, estatísticas e gráficos. Nem todos os dados foram rigorosos, mas no

st teve acesso mostram que o Kremlin criou equipas para difundir fake news nas redes sociais para tentar dividir a U

afirmou que foram disparados vários tiros, quando a caravana do Chega chegou a Farnalício, e que reportou o caso.

ilicita e a criminalidade não seguiu esta tendência - a criminalidade grave até é menor. Porcentagem de reclusos des

evia a 20 anos de prisão por participar no assalto ao Banco de Portugal, em 1987. Depois do 25 de Abril foi amnistia

Há portagens em auto-estradas de Espanha, ao contrário do que afirmou Ventura
Como se escolhem as mesas de voto? Perguntas e respostas sobre o método eleitoral
Só no ensino público, Portugal perdeu “quase 28 mil professores” entre 2011 e 2015
AD dedicou um capítulo do programa ao combate à corrupção, apesar do que disse Ventura
Chega não é o primeiro partido a “vencer mesmo” na emigração
Deputado do Chega foi imigrante legal em França para fugir à ditadura? As coisas desmentem
Não, o marido de Von der Leyen não trabalha na Pfizer, como diz o líder do Chega
Marques Mendes e o PRR: quinto cheque não vai ser “retido nas próximas semanas”
Não, Miguel Prata Roque não balou as calças em protesto contra o ministro da Educação em 1993
Acusações de Trump Jr. a Biden sobre o domingo de Páscoa são falaciosas
Panfletos em que a McDonalds congratula exército israelita não é autêntico
Trolls russos tentam condicionar apoio norte-americano à Ucrânia, mostram documentos do Kremlin
Houve, sim, pessoas punidas por interrupção voluntária da gravidez nas últimas décadas
Risco de pobreza aumentou em 2022, mas tendência dos oito anos de governo PS foi de descida
Não, o TikTok não está a recrutar trabalhadores. É uma burla
Vídeos manipulados e descontextualizados sobre ataque iraniano enchem redes sociais
Pensões de 550 euros ganham com novas taxas de IRS? Não, já estão isentas
Nina Jankowicz: “A Europa está a ultrapassar os Estados Unidos no combate à desinformação”
Rede russa de desinformação terá pago a políticos europeus para influenciar eleições europeias
O Governo PS votou contra todas as propostas de abolição de portagens, como diz o ministro Nuno
Desinformação e fake news são a mesma coisa? Um guia para não te perderes
Vicente Valentim: “Tornou-se óbvio que a direita radical como ideologia funciona eleitoralmente”
“Tornarmo-nos cépticos, desistir da ideia de verdade. É isso que o autoritário quer”
Fact-checkers ibéricos querem usar mais inteligência artificial no trabalho
Turcos estão entre os que mais horas trabalham na OCDE
Este vídeo filmado em Gaza é de Novembro, não mostra a evacuação de Rafah
Háití é o país que mais apoia refugiados ucranianos? Números contam outra história
União Europeia gasta mesmo 359 mil milhões por ano em subsídios para os combustíveis fósseis
O Chega “nunca fez um discurso contra imigrantes”? Dez exemplos em contrário
PPM já defendeu referendo “a permanência na UE”, como afirmou Marta Temido
Polícia faz buscas no Parlamento Europeu devido a possível interferência russa
Combate à desinformação gerada por IA nas redes sociais faz-se com rótulos e contexto
Como a Rússia usou os partidos populistas para espalhar desinformação na Europa
Vídeos falsos de bispos na Internet levam diocese de Leiria a apresentar queixa nas autoridades
Portugueses preocupados com desinformação. Notícias produzidas por IA geram desconforto
Europeias: houve informação falsa a chegar a eleitores, mas comissão nega condicionamento
Entre vídeos de reacções ao resultado das legislativas francesas há um que é de 2022
Como evitar cair em desinformação e teorias da conspiração?
Fotografia que mostra orelha de Trump intacta não é actual. Foi tirada em 2022
Resultados das eleições excedem 100%? Não, gráficos da TV venezuelana induzem em erro
Protesto da equipa olímpica de natação israelita não é relacionado com estes Jogos. É de 2023

e Mobilidade Sustentável espanhol enumera, no seu site 12, autopistas (equivalentes às auto-estradas portuguesas)

issão Nacional de Eleições, do Manuel de Membros das Mesas Eleitorais e da Lei eleitoral para esclarecer várias dú

ência é verdadeira em relação ao grupo de perguntas a exercer no ensino público. Incluindo os do ensino privado,

PSD “não tem nada sobre” o combate à corrupção. Porém, a AD tem no programa eleitoral um capítulo inteiro chama

neiro partido a passar os 50 mil votos nos círculos eleitorais do estrangeiro e a “vencer mesmo” na emigração. Resulta

go só foi imigrante legal para fugir à ditadura. Mas José Dias Fernandes saiu de Portugal depois do 25 de Abril, no ano

Comissão Europeia está a ser investigada porque o marido trabalha na Pfizer. É falso. Heiko trabalha noutra farmac

do PSD atacou Governo de Costa por atraso na aprovação de reformas que integram o próximo desembolso do Pl

ti em dos universitários que mostraram as mágoas ao ministro da Educação em 1993. É falso. O comentarista públic

lado de Páscoa no Casa Branca existe há mais de 45 anos. Biden não declarou o domingo de Páscoa Dia da Willisli

artilharium imagens de um panfleto no qual, supostamente, a McDonalds “dá os parabéns ao exército israelita em G

isso mostram que a campanha de desinformação pretende acitar tensões raciais e económicas nos Estados Unid

mulheres que recorreram à IVG e foram condenadas a seis meses de prisão com pena suspensa. Paulo Otelo disse

umento para “quase dois milhões” de pessoas em risco de pobreza. No entanto, desde 2015 que o número tende a d

s diários até 800 euros, pedindo às vítimas para aderir a grupos no WhatsApp. Não entre nestes grupos e não clique n

h indicações que os relacionam ao ataque iraniano em Israel. No entanto, muitos vídeos são antigos e outros nem se

euros mensais não pagam IRS. No entanto, Montenegro assumiu que pensionistas que recebem 550 euros são desti

a norte-americana trabalhou na Leste da Europa a analisar desinformação russa e chegou a colaborar com Adminis

cheças estará por trás do site Voice of Europe. Alega-se que eurodeputados de países como Bélgica e Alemanha tora

propostas de vários partidos. A ex-ministra da Coesão Territorial, como afirmou Nuno, disse em Outubro que abolir

nações incorretas e fake news. Os termos são muitos e fúteis de se confundir. O P3 Organizou um mini-glossário para

le Oxford, o voto de protesto não explica, por si, o crescimento da direita radical. A estabilidade do atual governo pod

erdade, a desinformação serve para destruir o conceito de verdade, os que não votam, não vêem notícias e “não acre

o pode ajudar a tornar o trabalho de verificação mais rápido e eficaz. Porém, o julgamento humano será sempre que

so, mas os números desmentem-no. Estão entre os trabalhadores da OCDE que mais horas trabalham e os níveis de

ntinuam a surgir vídeos do dia-a-dia na Palestina depois dos ataques israelitas - mas nem todas as imagens estão b

lhanos, mas está no fundo da lista em proporção com a população. Candidato do Chega diz que é dos países que mai

é superior ao apontado por Pedro Fidalgó Marques, do PAN, no debate para as europeias. Portugal terá recebido da E

e europeias, o candidato do Chega afirmou que o partido “nunca fez um discurso contra os imigrantes”. Pelo menos o

o de um referendo sobre o processo de integração do país na União Europeia”. O programa da AD, da qual faz parte,

Site de notícias Voice Of Europe era usado para espalhar desinformação ligada à Rússia

ormação defendem que “vai ser cada mais fácil ser-se enganado”. O anti-foto? “Mais educação” e não se “acreditar

Site de informação foi usado para passar influência russa.

ID. António Marto e do bispo D. José Ornelas está a ser usada, referindo discursos de divulgação de uma suposta po

2024”, produzido pelo Obercom, mostra que a televisão ainda é a principal fonte de informação e que Portugal desce

Portugal diz que foram “detetadas ações em vários países” nas eleições. PÚBLICO organizou debate sobre desinfor

eleitorais de domingo são verdadeiros, mas há um que mostra apoiantes de Le Pen insatisfeitos com o resultado das p

Am rapidamente na internet e pode ser difícil distinguir o que é real do que é propositalmente enganador ou falso.

afia de Trump sem a orelha lesionada, que se alega ser posterior à data do ataque no comício na Pensilvânia. Porém,

duro surge com 51,2% dos votos, González com 44,2% e os outros oito candidatos com 4,6% cada. No entanto, os 4

o de reféns tem circulado nas redes sociais como se estivesse relacionada com os Jogos Olímpicos de Paris. Mas a t

Data	Tema
05/07/2023	Desinformação - Motins em França
08/07/2023	Política - Rui Rocha (IL) / PS / PSD/CDS
14/07/2023	Jornada Mundial da Juventude / Governo
21/07/2023	João Costa (Ex-Ministro da Educação) / Escolas
26/07/2023	Jornada Mundial da Juventude / Vice-Presidente PSD de Oihão
28/07/2023	Política (IL) / Salário dos Médicos Cubanos em Portugal
01/08/2023	Religião (António Lobo Xavier) / Benefícios Fiscais
05/08/2023	Greta Thunberg
11/08/2023	Bombeiros
17/08/2023	Desinformação - Chega
18/08/2023	SNS
25/08/2023	X (Antigo Twitter) / Donald Trump
01/09/2023	Deep Fake de Elon Musk
08/09/2023	Política - António Costa / Marcelo Rebelo de Sousa
13/09/2023	Sismo em Marrocos / Redes Sociais
15/09/2023	Cristiano Ronaldo / Sismo Marrocos
15/09/2023	Política - PCP / Falta de Alojamento para Alunos Deslocados
15/09/2023	Política - André Ventura (Chega) / ERC
20/09/2023	Falsa Fotografia Ex-Ministro Ucrânia
22/09/2023	Política - Reino Unido (Primeiro-Ministro Rishi Sunak) / Emissões de Carbono
22/09/2023	Facebook / Falsa Promoção Hot Wheels
26/09/2023	Menstruação
29/09/2023	Política - Carlos Guimarães Pinto (IL) / PCP
02/10/2023	Política - Mariana Mortágua (BE) / PSD
03/10/2023	Política - António Costa / Alojamento Local Nova Iorque
06/10/2023	Investimento nos Estádios Euro 2004 em Portugal
13/10/2023	Guerra Médio Oriente / Governo EUA
17/10/2023	X (Antigo Twitter) / Guerra Médio Oriente / Jornada Mundial da Juventude
19/10/2023	Desinformação - Guerra Médio Oriente
20/10/2023	Guerra Médio Oriente
26/10/2023	Ataque EUA na Síria
27/10/2023	Política - Câmara Municipal de Lisboa (Carlos Moedas)
01/11/2023	Burles Facebook
03/11/2023	Política (PSD)
07/11/2023	Política - Espanha / Catalunha
07/11/2023	Importância da Verificação dos Factos no Jornalismo
08/11/2023	X (Antigo Twitter) / Política (António Costa - PS)
09/11/2023	Guerra Médio Oriente
11/11/2023	Falta de Legislação Deep Fakes
16/11/2023	X (Antigo Twitter) / TikTok / Rio Nilo
17/11/2023	Guerra Médio Oriente
19/11/2023	Política - António Costa / Marcelo Rebelo de Sousa
23/11/2023	Política - Câmara Municipal de Lisboa

23/11/2023	Interrupção Voluntária da Gravidez
29/11/2023	Mensagens Fraudulentas Autoridade Tributária
01/12/2023	Cruz Vermelha / Holocausto
03/12/2023	Desinformação / Algoritmo - Redes Sociais
05/12/2023	Política - Argentina
09/12/2023	Guerra Médio Oriente
10/12/2023	X (Antigo Twitter) / Venezuela (Presidente Maduro)
12/12/2023	Jovens Mais Vulneráveis a Burlas Online
15/12/2023	Facebook / Aeroporto de Lisboa / Fraude
18/12/2023	X (Antigo Twitter) / Comissão Europeia / Guerra Médio Oriente
22/12/2023	Redes Sociais / Piada
26/12/2023	TikTok
28/12/2023	Taylor Swift / Emissão CO2
30/12/2023	Política EUA - Donald Trump
30/12/2023	Desinformação - Perigo para Eleições em 2024
30/12/2023	Cinco Prova de Factos mais Lidas em 2023
31/12/2023	Desinformação - Mocambique / Cólera
04/01/2024	Jornalista Judia - Israel
11/01/2024	Política (Pedro Nuno Santos - PS)
14/01/2024	Política (André Ventura - Chega)
19/01/2024	União Europeia
24/01/2024	Política - EUA
25/01/2024	Teste - IA vs Humanos
26/01/2024	Desinformação - Guerra Ucrânia - Rússia / X (Antigo Twitter)
26/01/2024	Elon Musk / X (Antigo Twitter)
28/01/2024	Desinformação - Planos Grandes Empresas Combate Desinformação
30/01/2024	Burta Autoridade Tributária / Finanças
01/02/2024	Política (Montenegro - PSD)
06/02/2024	Eleições Legislativas Portugal 2024 - Debates
07/02/2024	Eleições Legislativas Portugal 2024 - Debates
08/02/2024	Eleições Legislativas Portugal 2024 - Debates
09/02/2024	Eleições Legislativas Portugal 2024 - Debates
09/02/2024	Escova de Dentes Hackeada
10/02/2024	Eleições Legislativas Portugal 2024 - Debates
13/02/2024	Eleições Legislativas Portugal 2024 - Debates
13/02/2024	Política (André Ventura - Chega)
15/02/2024	Eleições Legislativas Portugal 2024 - Debates
16/02/2024	Eleições Legislativas Portugal 2024 - Debates
17/02/2024	Eleições Legislativas Portugal 2024 - Debates
20/02/2024	Eleições Legislativas Portugal 2024 - Debates
22/02/2024	Desinformação - Guerra Ucrânia - Rússia
22/02/2024	Política (André Ventura - Chega)
27/02/2024	Relação imigrantes - criminalidade (Passos Coelho - PSD)
29/02/2024	Política (Mariana Mortágua - BE)

04/03/2024	Política (André Ventura - Chega)
05/03/2024	Política Portugal
07/03/2024	Política (PS)
15/03/2024	Política (André Ventura - Chega)
21/03/2024	Política (André Ventura - Chega)
22/03/2024	Política (André Ventura - Chega)
22/03/2024	Política (André Ventura - Chega)
26/03/2024	Política Portugal
30/03/2024	Política (PS)
01/04/2024	Política - EUA
05/04/2024	Guerra Médio Oriente
09/04/2024	Desinformação Rússia
10/04/2024	Interrupção Voluntária da Gravidez
12/04/2024	Política (Montenegro - PSD)
13/04/2024	TikTok
15/04/2024	Guerra Médio Oriente
19/04/2024	Política (PSD - Montenegro)
26/04/2024	Desinformação - EUA vs Europa
26/04/2024	Desinformação - Europa
03/05/2024	Política (PS)
09/05/2024	Diferença entre Desinformação e Fake News
10/05/2024	Política (Direita Radical)
12/05/2024	Desinformação
17/05/2024	Fact-Checkers
17/05/2024	Política (André Ventura - Chega)
17/05/2024	Guerra Médio Oriente
21/05/2024	Refugiados
21/05/2024	Eleições Europeias 2024
22/05/2024	Eleições Europeias 2024
22/05/2024	Eleições Europeias 2024
29/05/2024	Desinformação - Rússia
30/05/2024	Combate à Desinformação
04/06/2024	Política Rússia
06/06/2024	Religião
17/06/2024	Inquérito Desinformação em Portugal
21/06/2024	Desinformação - Eleições Europeias 2024
09/07/2024	Eleições Presidenciais França 2024
16/07/2024	Desinformação
22/07/2024	Eleições Presidenciais Estados Unidos da América 2024
30/07/2024	Eleições Presidenciais Venezuela 2024
31/07/2024	Jogos Olímpicos Paris 2024

Tipo de Informação	Escala de Avaliação
Verificação	Falso
Verificação	Verdadeiro
Verificação	Parcialmente Verdadeiro
Verificação	Inconclusivo
Notícia	-
Verificação	Verdadeiro
Verificação	Verdadeiro
Verificação	Falso
Verificação	Verdadeiro
Notícia	-
Verificação	Verdadeiro
Verificação	Falso
Verificação	Falso
Verificação	Verdadeiro
Verificação	Falso
Verificação	Falso
Verificação	Verdadeiro
Notícia	-
Verificação	Falso
Verificação	Verdadeiro
Verificação	Falso
Verificação	Parcialmente Verdadeiro
Verificação	Verdadeiro
Verificação	Parcialmente Verdadeiro
Verificação	Verdadeiro
Verificação	Falso
Verificação	Falso
Verificação	Parcialmente Verdadeiro
Notícia	-
Verificação	Verdadeiro
Verificação	Parcialmente Falso
Notícia	-
Verificação	Falso
Verificação	Falso
Notícia	-
Verificação	Falso
Verificação	Falso
Verificação	Falso
Verificação	Verdadeiro

<https://www.publico.pt/2024/03/04/politica/noticia/ha-portagens-autoestradas-espanha-contrario-afirmou-ventura-208257>
<https://www.publico.pt/2024/03/05/politica/noticia/escolhem-mcas-voto-perguntas-respostas-metodo-eletoral-208270>
<https://www.publico.pt/2024/03/07/politica/noticia/so-ensino-publico-portugal-perdeu-quase-28-mil-professores-2011-2015>
<https://www.publico.pt/2024/03/15/politica/noticia/ad-dedicou-capitulo-programa-combate-corupcao-apesar-ventura-208281>
<https://www.publico.pt/2024/03/21/politica/noticia/cheqa-nao-partido-vencer-legislativas-emiracao-2084410>
<https://www.publico.pt/2024/03/22/politica/noticia/deputado-quega-imigrante-legal-franca-foi-ditadura-contas-desmentem>
<https://www.publico.pt/2024/03/22/politica/noticia/nao-marido-vn-der-leyen-nao-trabalha-pfizer-lider-quega-208451>
<https://www.publico.pt/2024/03/26/economia/noticia/marques-mendes-prr-quinto-cheque-nao-va-retido-proximas-semanas>
<https://www.publico.pt/2024/03/30/politica/noticia/nao-miguel-prata-toque-nao-baiou-calças-protesto-ministro-educacao-19>
<https://www.publico.pt/2024/04/01/mundo/noticia/acusacoes-trump-ji-hiden-dominio-pascoa-sao-falaciosas-208549>
<https://www.publico.pt/2024/04/05/mundo/noticia/panfletos-mcdonalds-congratula-exercito-israelita-nao-autenticos-208>
<https://www.publico.pt/2024/04/09/mundo/noticia/trolls-russos-tentam-condicionar-apolio-norteamericano-ucrania-mostrar-document>
<https://www.publico.pt/2024/04/10/sociedade/noticia/sim-pessoas-punidas-interrupcao-voluntaria-gravidez-ultimas-decadas>
<https://www.publico.pt/2024/04/12/politica/noticia/risco-pobreza-aumentou-2022-tendencia-oito-anos-governo-ps-descida>
<https://www.publico.pt/2024/04/13/tecnologia/noticia/nao-tiktok-nao-recrutar-trabalhadores-burla-2086824>
<https://www.publico.pt/2024/04/15/mundo/noticia/videos-manipulados-descontextualizados-ataque-iraniano-enchem-redes-soc>
<https://www.publico.pt/2024/04/19/economia/noticia/nenacos-550-euros-sanham-novas-taxas-irs-nao-ja-estao-isentas-20>
<https://www.publico.pt/2024/04/26/mundo/noticia/nina-jankowicz-europa-ultrapassar-estados-unidos-combate-desinformaca>
<https://www.publico.pt/2024/04/26/mundo/noticia/rede-russa-desinformacao-tera-paço-eurodeputados-influenciar-eleicoes-euro>
<https://www.publico.pt/2024/05/03/politica/noticia/governo-ps-votou-propostas-abolicao-portagens-paulo-nuncio-2089>
<https://www.publico.pt/2024/05/09/p3/noticia/desinformacao-fake-news-sao-guia-nao-perderes-2089695>
<https://www.publico.pt/2024/05/10/politica/entrevista/valente-valentim-tornouse-objeto-direita-radical-ideologia-funcao-eletoral>
<https://www.publico.pt/2024/05/17/mundo/noticia/tomamos-escotos-de-sistir-ineia-verdade-autoritario-nuqr-2089>
<https://www.publico.pt/2024/05/17/tecnologia/noticia/factcheckers-ibericos-querem-usar-inteligencia-artificial-trabalho-2>
<https://www.publico.pt/2024/05/17/politica/noticia/diucos-estao-horas-trabalham-ocide-2090863>
<https://www.publico.pt/2024/05/17/mundo/noticia/video-filmado-saza-novembro-nao-mostra-evacuacao-rafah-20908>
<https://www.publico.pt/2024/05/21/mundo/noticia/italia-nao-anoia-refugiados-ucranianos-numeros-contam-historia-209>
<https://www.publico.pt/2024/05/21/politica/noticia/omnia-euronia-sasta-359-mil-milhoes-ano-subsidios-combustiveis-fossis>
<https://www.publico.pt/2024/05/22/politica/noticia/cheqa-fez-discurso-imigrantes-dez-exemplos-contrario-2091460>
<https://www.publico.pt/2024/05/22/politica/noticia/pom-ja-defendeu-referendo-permanencia-uc-afirmou-marta-temido-20>
<https://www.publico.pt/2024/05/29/mundo/noticia/policia-faz-buscas-parlamento-europeo-devido-possivel-interferencia-russ>
<https://www.publico.pt/2024/05/30/tecnologia/noticia/combate-desinformacao-serada-ia-redes-sociais-fazse-rotulos-contexti>
<https://www.publico.pt/2024/06/04/mundo/noticia/russia-usou-partidos-populistas-espalhar-desinformacao-europa-209>
<https://www.publico.pt/2024/06/06/sociedade/noticia/videos-falsos-bispos-internet-levam-diocese-leiria-apresentar-queixa-autori>
<https://www.publico.pt/2024/06/17/sociedade/noticia/portugueses-preocupados-desinformacao-noticias-produzidas-ia-geram-desc>
<https://www.publico.pt/2024/06/21/sociedade/noticia/europeias-informacao-falsa-chear-eleitores-comissao-nega-condicionam>
<https://www.publico.pt/2024/07/09/mundo/noticia/videos-reacoes-resultado-legislativas-francesas-ha-2022-209699>
<https://www.publico.pt/2024/07/16/impai/noticia/evitar-cair-desinformacao-teorias-conspiracao-2097719>
<https://www.publico.pt/2024/07/22/mundo/noticia/fotografia-mostra-orelha-trump-intacta-nao-actual-irada-2022-2098>
<https://www.publico.pt/2024/07/30/mundo/noticia/resultados-eleicoes-excedem-100-nao-graficos-tv-venezuelana-induzem-en>
<https://www.publico.pt/2024/07/31/desporto/noticia/protesto-equipa-olimpica-natacao-israelita-nao-relacionada-jogos-2023>

